



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, teve lugar a Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- **1 – Análise e Votação de Ata:**-----

----- 1.1 Ata da 1ª Sessão Ordinária, de 25 de fevereiro de 2022.-----

----- **2 – Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- **3 – Período da Ordem do Dia:**-----

----- 3.1 Tomada de conhecimento do Relatório Anual de Avaliação da Atividade 2021 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ de Águeda;-----

----- 3.2 Tomada de conhecimento do Relatório Semestral - 2.º Semestre 2021;-----

----- 3.3 Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2021;-----

----- 3.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição de um apoio financeiro à União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo para realização do evento “Estás em Barrô Mexete 2022”;-----

----- 3.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição de um apoio financeiro à União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão para realização do evento "V Trail Bela Bela 2022";-----

----- 3.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolo entre o Município de Águeda e a Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga para a gestão partilhada do Núcleo Museológico de Macinhata do Vouga;-----

----- 3.7 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Águeda e a Junta de Freguesia de Fermentelos para manutenção do percurso pedestre PR7 - Trilho dos Poços;-----

----- 3.8 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolos de Colaboração entre o Município de Águeda e as Freguesias para atribuição de apoio financeiro para 2022;-----

----- 3.9 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de composição do Conselho Municipal de Educação de Águeda, para o mandato de 2021-2025;-----

----- 3.10 Análise e discussão da proposta do Grupo Municipal do PS para a pronúncia da Assembleia Municipal sobre o Relatório de Avaliação Anual do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição 2021;-----

----- 3.11 Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- O Presidente da Assembleia Municipal, pelas vinte e uma horas, declarou aberta a segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. -----

----- A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Filipe de Almeida Pereira, que saudou os presentes, bem como todos os que acompanhavam a sessão através dos canais de comunicação, nomeadamente a Águeda TV, desejando a todos um excelente trabalho. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia foi secretariado pelas Senhoras Secretárias Cristina Paula Fernandes da Cruz e Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro.-----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:**-----

----- José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;-----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;-----

----- Ana Miguel Marques Neves dos Santos – PPD/PSD.MPT;-----

----- Ana Rita Antunes Pereira – PS;-----

----- Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT;-----

----- Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS – PP;-----

----- Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos – PPD/PSD.MPT;-----

----- Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;-----

----- Cristina Paula Fernandes da Cruz – PPD/PSD.MPT;-----

----- Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa – PS;-----

----- Gabriel Duarte Pires – PPD/PSD.MPT;-----

----- Rui Miguel Pires Moreto – CDS – PP;-----

----- Júlia Maria Pinheiro de Melo – PS;-----

----- Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro – PPD/PSD.MPT;-----

----- Abílio Ferreira Gomes da Silva – PPD/PSD.MPT;-----

----- Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente;-----

----- Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida – PPD/PSD.MPT;-----

----- Olívia de Sousa Passos – CDS – PP;-----

----- António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS;-----

----- Gisela Valente Pinheiro – PPD/PSD.MPT;-----

----- Isabel Maria Santiago Ferreira – PS.-----

----- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União de Freguesia (PJF):** --

----- Albano Marques de Abrantes – PJ de Aguada de Cima; -----

----- Nuno Gustavo Pimenta Cardoso – PUF de Águeda e Borralha; -----

----- João Marques Pitau – PUF de Barrô e Aguada de Baixo; -----

----- António de Oliveira Martins – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----
----- Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques – PJ de Macinhata do Vouga; -----
----- Pedro António Machado Vidal – PUF de Préstimo e Macieira; -----
----- João Carlos da Fonseca Coelho – Secretário da UF de Recardães e Espinhel; -----
----- Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----
----- Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----
----- Luís Filipe Tondela Falcão – PJ de Valongo do Vouga; -----

----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----

----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----
----- Edson Carlos Viegas dos Santos – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----
----- Marlene Domingues Gaio – PPD/PSD.MPT – Vereadora -----
----- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – Juntos – Vereador; -----
----- Luís Herculano Henriques de Pinho – PS – Vereador; -----
----- Antero Ricardo dos Santos Almeida – CDS - PP – Vereador; -----

----- JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS -----

----- Foi verificada as justificações de faltas dos seguintes membros: -----
----- O Deputado José Miguel Ramos Tendeiro comunicou que não poderia estar presente pelo que em sua substituição estaria Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida; o Presidente da União de Freguesias de Recardães e Espinhel, Manuel José de Almeida Marques de Campos, também comunicou a impossibilidade de estar presente e em sua substituição nomeou o Secretário daquela União de Freguesias João Coelho.-----

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- O Presidente da Assembleia informou que, a correspondência recebida foi publicada no link da documentação que foi remetida para análise desta sessão. -----

----- ANÁLISE E VOTAÇÃO DE ATAS -----

----- **1.1. Ata da 1ª Sessão Ordinária, de 25 de fevereiro de 2022;**-----

----- Neste ponto, o senhor Presidente da Assembleia começou por perguntar se alguém tem algum reparo à ata, dando, de imediato, a palavra ao Sr. Deputado Miguel Oliveira.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** – CDS: -----

----- “Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr. Presidente. Tal como acontecia no último mandato, neste novo mandato, estamos a ter um problema com a elaboração das atas que é recorrente. Que é elas serem transcritas quase automaticamente, como se fosse por uma máquina sem atenção à forma como as pessoas falam e, portanto, sem uma pontuação compatível com aquilo que foi dito, o que distorce, muitas vezes, o sentido das declarações dos Deputados Municipais. É



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

falha minha não ter em devido tempo procedido à correção das minhas intervenções para lhe apresentar aqui essa correção, portanto, essa falha eu admito-a. Mas também seria altura de termos um sistema que fosse mais fiel àquilo que é dito. Habitualmente, as atas não são transcritas de forma integral. É feito um apanhado, um resumo das coisas mais importantes que são ditas. Claro que isso presta-se a manipulações e a conflitos de outra ordem. Neste caso, seria apenas reforçar o cuidado de fazer com que [00:35:00] a pontuação corresponda à forma como as coisas são ditas e ao que é dito, será tão somente isto. E por vezes há palavras que são difíceis de compreender ou porque nós afastamos a boca de microfone e, portanto, o registo ficará mal feito e, portanto, convinha que todos os Deputados Municipais, é um apelo que faço, colaborassem com este esforço que é nosso, é de todos, é da Mesa, principalmente, para termos atas mais fiéis e que reproduzam melhor a intenção do discurso dos Deputados Municipais. Era só isto que eu tinha a dizer. Sr. Presidente, muito obrigado.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo a ata da 1ª Sessão Ordinária, de 25 de fevereiro de 2022, sido aprovada por maioria, com uma abstenção do Grupo Municipal do CDS.-----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Neste momento de intervenção do público, não se registaram intervenções.-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Neste ponto, foram feitas as seguintes intervenções que se transcrevem na íntegra: -----

----- **Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques - PJ de Macinhata do Vouga;** -----

----- “Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Vereação, Deputados Municipais caros colegas Presidentes de Junta, público que nos assiste aqui e na Águeda TV, jornalistas presentes. Então, muito boa noite. Eu hoje tinha motivos muito alegres e tenho motivos, motivos alegres para a Freguesia e para o Concelho para falar convosco. Tenho, por exemplo, o galardão das aldeias históricas de Macinhata. Muito obrigado ao Sr. Presidente, por nos ter desafiado para isso. Tínhamos o comboio histórico. Foi um sucesso. E um sucesso... um sucesso, não para a Freguesia, mas um sucesso para o Concelho e para a região. O comboio histórico é maior do que a Freguesia, maior até que o Concelho e que a região. Mas não é basicamente isso que eu venho falar. Eu venho falar de saúde, dos cuidados de saúde primários, dos cuidados de saúde de proximidade que são fundamentais para o bem-estar das pessoas. São fundamentais para... são para a democracia. São fundamentais para tudo, estes cuidados de saúde. O médico de proximidade, o cuidado de saúde de proximidade evita que haja uma afluência desmesurada [00:40:00] às urgências. Nós precisamos de um médico de família onde ele efetivamente faz falta, que é nas unidades de saúde. Sobretudo naqueles sítios mais afastados do centro do Concelho. As pessoas no centro do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Concelho, se calhar tem hospital, tem o centro de saúde mais próximo. Nós não. Nós, as pessoas mais afastadas têm esse problema. E o Vereador Vasco sentiu isso na pele há muito pouco tempo, com o problema que teve lá. E é um problema que provavelmente se poderá arrastar para outros sítios. Nós, em Macinhata e Valongo e convém dizer que nisto eu estou com o Filipe e com o Sr. Presidente, que estamos em sintonia, que temos conversado acerca disto, temos uma unidade de saúde de cuidados, uma unidade de saúde de cuidados partilhados, ou uma unidade de cuidados de saúde partilhados Águeda 1. Esta unidade de saúde tem cinco médicos. Tinha cinco médicos. Neste momento, uma médica reformou-se há dois meses. Há um outro médico que se vai reformar no dia 1 de maio e um terceiro médico que se irá reformar até ao fim do ano. Portanto, de cinco médicos iremos ficar muito, provavelmente com dois médicos até ao fim do ano. Era uma unidade de saúde com duas unidades funcionais. Aliás, a unidade de saúde tem duas unidades funcionais. Tem uma unidade funcional em Valongo do Vouga e tem outra unidade funcional em Macinhata do Vouga. Tem cerca de oito mil utentes. Cinco em Valongo, três em Macinhata. Tinha cinco médicos. Não tinha até há dois meses atrás, utentes sem médico de família. Não tinha. Tinha trinta utentes sem médico de família por vontade própria, porque não queriam ter. Neste momento tem já, a partir de um de maio três mil e cinquenta e quatro utentes que vão ter, que vão ficar sem médico de família. Isto é um caso de saúde pública. Eu estou a falar, de agora, porque no fim do ano, provavelmente são quatro mil e quinhentos ou cinco mil, porque há outro médico que se vai embora. A juntar a isto, a falta de enfermeiros também, porque as unidades de saúde são compostas por equipas, um médico e um enfermeiro. Há também uma falta de enfermeiros gritante também nesta unidade de saúde. Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da Assembleia, eu estou a falar ainda como Presidente da Junta de Freguesia, sabendo nós que se fosse uma unidade de saúde familiar, a responsabilidade pela substituição dos médicos seria do Presidente ou da gerência ou da gestão da unidade de saúde familiar. Falando de uma unidade de saúde de cuidados partilhados, a responsabilidade recai diretamente no Presidente do ACER, que é um órgão de nomeação política. É um órgão de nomeação política, portanto, há que ter atenção, nós devemos ter atenção e temos um Grupo Municipal da cor do partido, desculpem, é pá, é preciso saber o que é que já fizeram ou é preciso que se interessem e que tentem também ajudar-nos a resolver isto, este problema. Sr. Presidente, os nossos médicos, os nossos profissionais de saúde nesta unidade de saúde andam esgotados, porque além da prestação de cuidados de saúde de proximidade que fazem, imagine na primeira semana de maio têm que ter a responsabilidade de ir para o centro de vacinação, é a nossa unidade que vai assegurar o centro de vacinação na semana, que vem. Como é que é? Quantos médicos é que ficamos. As pessoas que precisam efetivamente de uma consulta, de ir ao médico vão entupir as urgências. É lógico, se não houver, se eles não tiverem cuidado de saúde de proximidade, para onde é que vão? Têm que ir para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

onde não é viável que vão. Não podem ir... Nem todos os casos são casos de urgência ou de emergência. Pois, meus senhores, era este o diagnóstico que queria fazer e agora, falando um bocado que também como representante da Assembleia Municipal no ACES Baixo Vouga pôr-me inteiramente à disposição para que entendam, para que o Sr. Presidente da Assembleia entenda fazer para tentar resolver este problema. Convocar os Grupos Municipais, fazer o que entender. Os presidentes de junta, fazer o que entender para tentarmos resolver este problema. O Sr. Presidente da Câmara, [00:45:00] eu sei que tem um, tem um técnico de saúde e, portanto, eu tenho conversado com ele. Ele tem-nos ajudado na medida do possível. É pá, nós não conseguimos fazer nada, Sr. Presidente, sem também um envolvimento forte nesta circunstância. Os grupos parlamentares, sobretudo os que têm mais responsabilidade no caso, que têm a possibilidade de chegar com mais facilidade ao poder, também gostaria efetivamente que tivessem do nosso lado e acho que vão estar do nosso lado. Está feito o diagnóstico da situação. Para o que for preciso, os meus colegas também tenham problemas neste âmbito do serviço de saúde, neste âmbito das unidades de saúde, é pá, também podem contar efetivamente comigo para o que entenderem. Só uma coisinha para terminar. Nós fizemos já uma reunião com o Presidente do ACES Baixo Vouga, o Doutor Pedro Almeida, aqui na Câmara com a ajuda do Sr. Presidente da Câmara, que nos garantiu, e isso é uma garantia que ele nos deu a nós e ao Sr. Presidente da Câmara é que as unidades funcionais não iriam fechar. A unidade funcional de Macinhata e a unidade funcional de Valongo do Vouga, não iriam fechar. Isso é uma garantia que nos foi dada. Agora não basta. É preciso mais qualquer coisa. Muito obrigado, tenho dito.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente de Junta. Sr. Presidente Filipe Falcão, faça favor. -----

----- **Luís Filipe Tondela Falcão – PJ de Valongo do Vouga** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia Municipal, senhoras Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores. Excelentíssimos membros desta Assembleia Municipal, caros colegas presidentes de junta, público aqui presente e a quem nos assiste à distância, comunicação social, colaboradores do Município. Boa noite a todos. Eu venho aqui efetivamente e, por coincidência, aproveitar a oportunidade no seguimento daquilo que o colega Pedro Marques transmitiu, para não vir falar numa perspetiva, nem de médio prazo, nem de futuro. Venho falar de uma perspetiva de hoje. E venho aqui na representação enquanto Presidente da Junta de Freguesia maior do Concelho mostrar a minha indignação por atual estado de coisas ao nível da saúde que se passa já hoje em Valongo. Obviamente que há quatro anos fiz uma reunião e temos feito reuniões periódicas com o coordenador da Unidade da Saúde Partilhados em Valongo do Vouga. Há três anos fizemos reunião com o mesmo coordenador, há dois anos, fizemos reuniões com o mesmo coordenador. Há um ano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

fizemos as mesmas reuniões e aquilo que vimos assistindo é que o senhor coordenador foi-me sempre transmitido que o ACES tem o planeamento de um mapa de aposentação dos seus profissionais de saúde. Efetivamente, conforme disse o Pedro Marques e bem, há cerca de dois meses, mês e meio dois meses efetivamente com a colaboração do Município, através do Presidente da Câmara e de Macinhata do Vouga, tivemos uma reunião por videoconferência com o Doutor Pedro Almeida e sinceramente não sei se diga que fiquei conformado, se fiquei mais assustado com aquilo que acabámos de ouvir, porque efetivamente conseguiu por um lado, os profissionais de saúde, de uma unidade de saúde partilhados como é Valongo, e se ouve por outro lado, o responsável do status destas coisas, lendo as comunicações que foram feitas, as preocupações a distância que já estavam a ser transmitidas desta previsão de acontecimentos, efetivamente, eu não sei se diga que isto é um problema de Valongo, se é um problema na saúde de uma vez por todas do país. E isto é o estado que temos. E é o estado que temos porquanto o planeamento ou a visão economicista das coisas chegou a este estado de espírito. E deixem-me voltar a esta realidade para vos dizer o seguinte, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Executivo e senhores membros da Assembleia Municipal, na última quarta-feira, isto foi um assunto tratado na Assembleia de Freguesia e obviamente que tratei este assunto com todo o dramatismo que ele tem na sua situação. E porque não pode ser de outra forma. Segunda-feira, Valongo do Vouga tem mais de três mil e quinhentos utentes sem médico de família. Compreende os utentes ligados à Freguesia de Valongo e também à vizinha, Freguesia, união de Freguesias de Préstimo e Macieira de Alcoba. Isto para a maior Freguesia do Concelho, sinceramente, não sei o que é que me apraz dizer quanto a isto. Em tempos e obviamente que eu coloquei esta questão ao Dr. Pedro Almeida, até já se falou numa hipotética encerramento da unidade de saúde de Valongo e de Macinhata, para se centrar isto qualquer coisa entre a Mourisca ou a Trofa e etc., para tratar e se tratar a saúde ao norte do Concelho. E, obviamente que eu nesta casa e perante os registos desta Assembleia, [00:50:00] eu serei o primeiro indignado e não aceitação deste estado de coisas. Valongo do Vouga irá lutar com todas as suas forças, não só pelo Presidente da Junta, mas como toda a população, sobre este assunto. Valongo do Vouga construiu um posto médico a expensas próprias. Valongo do Vouga tem neste momento falta de dois médicos. Tem falta de pessoal administrativo, tem falta de enfermeiros e criou-se uma situação de pandemónio, ao ponto de os últimos dias, dos últimos dias tem sido um inferno naquele posto médico. Porquanto as pessoas e o povo, obviamente que não compreende este estado de coisas. Doutor Pedro Almeida, a determinada altura da nossa reunião, dizia-nos que não ficaria um médico sozinho naquela unidade de saúde. Está visto. Segunda-feira estarão menos dois médicos, está menos um enfermeiro e efetivamente está com pessoal administrativo insuficiente para as suas necessidades. Efetivamente aquilo que as pessoas têm mostrado no seu dia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

a dia, na ida ao posto médico é indignação perante isto. Efetivamente e aparecem agora também na Junta de Freguesia, ligam ao Presidente da Junta de manhã à noite. Efetivamente e eu, a voz e no âmbito das competências que me estão conferidas, estaremos cá para ser em primeira mão alvos daquilo que é a intervenção de primeira linha e não pode ser de outra forma. Encetaremos o mais rápido possível outras formas de manifestações e convido desde já, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, a continuamos muito atentos a essa situação. O Sr. Presidente da Câmara, obviamente que é conhecedor desta problemática e temos trabalhado com muita frequência nos últimos tempos sobre este tema. Mas também me mostra alguma preocupação e fico com bastante preocupado quando porquanto e poderei estar enganado, e se estiver enganado, até me penitencio sobre isso, quando não tenho conhecimento que alguma reunião do Executivo, onde tem Vereadores com superior responsabilidades neste capítulo, porque é de facto do partido de quem governa e quem é responsável por estas coisas, mostrado qualquer interpretação ou qualquer intervenção sobre este tema. Meus senhores, o assunto está a tomar proporções sérias demais. Não é possível admitir as justificações de que os profissionais de saúde que se aposentam são superiores àqueles que entram no sistema. Isto por si só não pode justificar tudo. Há mais de quatro anos que o ACES sabe do planeamento e dos tempos que os profissionais de saúde se iam reformar. Há três anos que volta a saber isto e as coisas continuam a piorar e está aí, está aí, está aí o ónus de todo este problema. Esta semana, por mais do que uma vez que estive com um único médico, na unidade de saúde Valongo, efetivamente aquilo que eu noto é que por este andar e muito em breve, esse próprio médico sairá de funções. Não tenho dúvida nenhuma. Porque de facto não há ser humano nenhum, nem o profissional por muito competente que seja por muito boa vontade que tenha que possa de alguma forma a adiantar ou conseguir suportar todo isto. Surpresa das surpresas, já não bastava esta previsão efetivamente e pelos vistos, e pelos vistos, e que por que se confirma, segunda-feira, vamos estar que sem um segundo médico. Minhas senhoras, meus senhores, isto é um assunto que não pode mesmo abrandar. Eu não sei como é que isto vai resolver e efetivamente e não posso também contrariar, nem mentir ou adulterar aquilo que me foi transmitido, é verdade que nos foi dito que o cenário de curto e de médio prazo que ia ser difícil, é verdade. Mas o ser difícil não justifica tudo. E o ser difícil não justifica que possamos ficar com um problema desta natureza nas mãos. Eu pergunto quem é que vai acudir a cuidados de saúde de proximidade nos próximos tempos a toda esta quantidade de utentes da Freguesia. Eu acho que, conhecendo o território, quem conhece o território, sabendo-se a idade média das pessoas e dos utentes do centro de saúde, sabendo o tipo de população que temos, nós estamos a cometer todos e a pactuar todos com um grave, um grave problema de saúde pública. Isto é um assunto muito sério, efetivamente, onde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

temos que despir as camisolas dos partidos, todos, de uma vez por todas e temos que mesmo trabalhar a uma só voz. Tenho dito, Sr. Presidente. Muito obrigado.”-----

----- **Sr. Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sra. Deputada Marta Costa, por favor. -----

----- **Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa – PS;**-----

----- “Muito boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, senhores membros da Assembleia e Sr. Presidente da Câmara. Na reunião de vinte e um de abril, da Câmara, o Sr. Vice-Presidente, o Dr. Edson terá dito, porque não temos acesso ao que se passa nas reuniões de Câmara, não são transmitidas, que uma Deputada do PS [00:55:00] não permitiu que se realizasse uma reunião no âmbito da segunda edição do Galardão de Ouro Chapéu de Ouro de Águeda de dois mil e vinte e dois sem explicar, especificar o sucedido. Ora, a Deputada que foi referida sou eu e aqui estou eu, para dar a cara. Para que não fiquem a pairar suspeitas sobre qualquer outra mulher do meu partido. Como frontal que sou, aqui estou eu. Recebi um convite para participar nessa reunião que se realizaria no dia vinte de abril, onde seriam analisados os regulamentos de atribuição do dito galardão, bem como o membro da Comissão que integraria o júri. Não tendo tomado posse nessa altura de nenhuma comissão, enviei um e-mail que passo a citar. Excelentíssimo Sr. Vice-Presidente, Dr. Edson Santos, agradeço o convite que me foi feito, mas não estarei presente, uma vez que ainda nenhuma comissão foi instalada, não existindo qualquer enquadramento legal na representatividade da dita comissão. Com os melhores cumprimentos, a Deputada e assinei. Em resposta, o Sr. Vice-Presidente insistiu. Passo a citar o e-mail do Sr. Vice-Presidente, excelentíssima senhora, doutora Marta Costa, venho pelo presente acusar a receção do seu e-mail que mereceu a nossa melhor atenção. Já foram definidos os membros efetivos da Comissão de Educação, Juventude, Desporto, Cultura, Lazer e Turismo, assim como os seus suplentes, embora os mesmos só tomem posse na próxima Assembleia Municipal do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois. Na reunião proposta para o dia vinte de abril, embora tenham sido apontados em alguns pontos a abordar, não será tomada nenhuma decisão. A nossa intenção é poder adiantar o assunto e de forma informal, podermos conversar sobre o tema supracitado, segunda edição do Galardão Chapéu de Ouro de Águeda dois mil e vinte e dois. Neste sentido, e caso concorde, gostaríamos de manter a reunião no próximo dia vinte de abril, quarta-feira, pelas dezoito horas, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Águeda. Após a tomada de posse da referida comissão, que foi o que realmente fizemos hoje, agendaríamos uma nova reunião, formal para podermos tomar decisões. Com os melhores cumprimentos, assinado, Dr. Edson Santos. Não respondi a este segundo e-mail, uma vez que não existia alteração alguma no meu estatuto de uma simples Deputada da Assembleia Municipal. Confesso que fiquei até admirada, surpresa que o Sr. Vice-Presidente já tivesse conhecimento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

quem eram os membros efetivos e suplentes da Comissão, o que ainda não era nem do meu conhecimento, nem do conhecimento do meu Grupo Municipal. A minha intervenção hoje tem como propósito esclarecer apenas que não foi da minha responsabilidade, nem da responsabilidade do meu partido, do Partido Socialista, que a reunião não se realizasse, uma vez que a mesma poderia ter ocorrido com os outros convidados. Aproveito ainda para informar que as comissões e como disse e muito bem o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, há pouco, após a tomada de posse, que seria depois convocada uma primeira reunião pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, onde serão eleitos, nessa primeira reunião, o Presidente de cada comissão, não só desta, da qual tomei posse, mas das restantes, e o secretário das referidas comissões. Sempre que existir algum assunto para debate na comissão, deverá o Sr. Vice-Presidente dirigi-lo ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que sim, o Sr. Presidente da Assembleia remeterá depois à comissão. Comissão essa que decidirá em conformidade, na análise de documentos e eventualmente na sua representação. A minha intervenção está concluída, Sr. Presidente, obrigada. “-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Ora de seguida, o Sr. Presidente de Junta Paulo Tavares. -----

----- **Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga;** -----

----- “Boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas da Assembleia, público presente [01:00:00] aqui e também aquele que nos acompanha na Águeda TV, Sra. Jornalista, funcionários camarários, uma boa noite a todos. Eu não venho aqui fazer questões, é só deixar duas notas ao Sr. Presidente da Câmara. Em primeiro lugar mostrar a minha satisfação, eu acho que só quem não sente Águeda é que não pode ter ficado orgulhoso do que se passou no Centro de Artes no dia quinze de março e os elogios que o senhor e o Município, portanto e acho que todos nós, como eu disse que sentimos Águeda, portanto de facto os elogios foram feitos pela Ministra Ana Abrunhosa, salvo erro, em relação à candidatura à maior e melhor candidatura a nível nacional relativamente ao parque da nova geração do Casarão, salvo erro. Os meus parabéns não só ao Sr. Presidente como toda a sua equipa e todos os funcionários camarários que fizeram um trabalho extraordinário pelo que foi dito por tantas pessoas, portanto, julgo ser verdade. Mais duas notas: em primeiro lugar, no início deste ano, eu deixei, eu tive uma reunião com o Sr. Presidente e deixei uma lista de obras para a minha Freguesia para este mandato. Já o tinha feito numa data anterior e na altura apresentei uma lista de sessenta e sete obras, foram feitas vinte e sete, ou seja, uma taxa de execução de quarenta por cento, não só pela taxa, mas sobretudo pela qualidade e pela funcionalidade das obras que foram feitas, o balanço que fiz foi bastante positivas espero, espero, naturalmente, que este mandato que também o seja, sei que nem tudo é como a gente quer é exequível, também não há dinheiro para tudo, é verdade, o Concelho é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

grande, mas deixei seis obras principais, não vou estar aqui a referir, naturalmente, acho que não vale a pena. Espero que essas seis sejam alcançadas. Eu não vou, ia tocar aqui no assunto da saúde, mas já que os meus colegas ao lado de Valongo e de Macinhata tocaram no assunto vou só deixar, vou reforçar o problema que vocês apontaram já existe na Mourisca e em Belazaima há muito tempo. E por isso é que eu em dezembro numa intervenção que tive nesta Assembleia e também o meu colega Rui Moreto no passado dia 25 de Abril, tocámos no assunto, eu cheguei à conclusão, se calhar por estarmos envolvidos há mais tempo de facto aquilo que são reuniões de existências não leva a lado nenhum. Eu estou muito mais otimista, como eu disse no Natal ao Sr. Presidente, naquilo que o Município possa fazer para resolver este assunto. Porque eu acho que ele ainda é mais grave do que aquilo que os senhores o pintaram. E porquê? Porque nós vamos ter uma delegação de competências na área da Saúde há lá uma brecha, eu também não sou técnico há lá uma brecha numa alínea que eu acho que eventualmente, o Município até poderia, vá lá, em consonância com o Governo resolver em parte esse problema, mas eu estou mesmo convencido posso estar aqui a dizer a maior asneira do mundo. Porque ou nós como Município, nós com a Assembleia Municipal e Executiva, de facto, pomos mãos à obra ou de facto isto cada vez vai ser pior. Porquê? Porque a sensação que fica é que de facto com o Covid, o sistema de saúde que se calhar nem era mau de todo, não é, nós estamos sempre a queixarmo-nos, mas se calhar até nem era, não funcionava mal de todo, baixou muito em termos de nível ao nível do acompanhamento das pessoas e que agora com o Covid vai passando parece que se manteve o nível. Seja pelos médicos não estarem, seja por estarem nos centros de vacinação seja por se reformarem seja qual for o motivo, o motivo é matemática é que não há médicos. E eu costumo dizer lá na Trofa, na minha Freguesia, Trofa, Segadães e Lamas as pessoas queixavam-se muito dos médicos e eu costumo dizer uma coisa, os médicos é como os padres, eles vão e não volta mais ninguém para o lugar deles. E estamos nessa realidade e, portanto, penso que o futuro, as reuniões são importantes, eu não quero esmorecer pelo contrário, é como eu disse já em dezembro, acho que nós e acho que toda a gente, independentemente de ter este problema ou não, de facto temos que nos focar naquilo que nós, Município podemos fazer. Criar a nossa realidade, o Sr. Presidente já na altura respondeu a dizer que não, pronto, que não tem nada a ver, acredito que não. Mas acredito também que os próximos tempos possam trazer alguma mudança e alguma abertura até do próprio governo para resolver, tentar resolver este problema porque ele tem que ser resolvido, até porque ele na campanha para as legislativas também foi fortemente citado. Uma outra questão tem a ver com as obras no caso específico da Mourisca. Eu não ponho em questão naturalmente que há um contrato assinado há prazos para se cumprirem, a primeira entidade interessada que aquilo se faça dentro do prazo e de que conforme é a Câmara Municipal, o acompanhamento tem sido exemplar, nada a apontar. Agora,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aquilo que sinceramente a mim, penso que tem que merecer alguma atenção [01:05:00] por parte da Câmara é que já se passou o mesmo quando foram as obras do saneamento na Trofa é que, o facto dos prazos não serem cumpridos começa a ser sistemático. OK! Pronto! Seja falta de mão de obra, seja falta de materiais, seja o tempo, seja o que for e penso e é só uma sugestão que fica, não é uma questão, penso que a Câmara também, nestas próprias, nestes contratos que põe nestes concursos também devia haver aqui um plano B para, por exemplo, na obra da Mourisca andam lá três funcionários, eu não gosto de falar de cor, mas penso que o término da obra estaria agendado agora para finais de maio, meados de maio, qualquer coisa do género, a obra deve ir a meio e vai a meio porquê? De certeza que os materiais costumam a vir com três funcionários é impossível. Uma obra daquela envergadura é impossível se fazer no tempo. Ora, a Câmara devia ter um meio nos contratos de quando se vê que a empresa não tem recursos para fazer a obra, fazer uma interrupção nem que ponham no caso concreto um piso nem que seja provisório ao menos que seja para as pessoas passarem e até estarem reunidas as condições para retomar a obra. É que eu temo que vamos andar até ao final do ano com isto. E reforço o que disse, não tenho dúvidas que a Câmara tudo fez e tudo faz para que as coisas se façam. Penso que é tão recorrente o problema e nós estarmos sempre a cair nele, é pá, sinceramente está-me a custar até porque se houve obra e eu já acompanhei várias ao longo dos anos que estou na política, se houve obras onde as pessoas foram de facto pacientes e foram colaborantes também diga-se em abono de passagem, dos poucos funcionários que andaram lá da empresa também sempre tentaram minimizar os transtornos, foi esta. Só que a paciência de facto também tem limites. Eu acho que o próprio Município também tem que mostrar às pessoas ou deveria de mostrar às pessoas que também tem consciência do problema que eu sei que tem, mas também se faz alguma coisa para minimizar e acho que aquela obra atendendo à forma como tem decorrido acho que merecia de facto uma atenção. Eu acho que as pessoas da Mourisca e quando estou a falar da Mourisca estou a falar das pessoas de Valongo que também passam por lá, sistematicamente, acho que mereciam essa atenção. Como disse isto não são questões são apenas alguns disparos à consideração Sr. Presidente. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Presidente de Junta. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:** -----

----- “Prescindo.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Prescinde. Muito obrigado! Nesse caso, o Sr. Deputado Paulo Tomás.-

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;**-----

----- “Obrigado. Sr. Presidente, senhores membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Caros Aguedenses que nos acompanham aqui presencialmente e à distância. O assunto que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

vimos aqui trazer neste período antes da ordem do dia é um assunto que já foi abordado noutros momentos e é um assunto que todos têm aceitado como sendo uma prioridade fundamental para o Município a começar pelo próprio PSD e pelo atual Executivo que mesmo em campanha definiu esta como uma prioridade relevante para o seu mandato e a nosso ver, muito bem. Estamos a falar de habitação. E vou aqui fazer uma recuperação histórica que se por ventura, em algum momento incluir algum lapso, naturalmente, aceitarei a correção. Em dezembro de dois mil e vinte, o Sr. Presidente da Câmara Municipal afirmou nesta Assembleia que a estratégia local de habitação estava quase pronta, e que brevemente viria a esta mesma Assembleia e terá até afirmado que já a teria no seu telemóvel, o esboço existente. Em setembro de dois mil e vinte e um em campanha eleitoral afirmou que iriam ser intervencionadas mais de quatrocentos habitações, desconhece-se quem fez o estudo que levou a esse número? Quando foi feito? Como foi feito? Que tipo de habitações estamos a falar e não temos conhecimento de atitudes posteriores de desenvolvimentos. Em novembro de dois mil e vinte e um no âmbito de reunião relativa ao direito de oposição, Sr. Presidente da Câmara afirmou que a estratégia local de habitação estava a ser ultimada. No plano e orçamento de dois mil e vinte e dois foi aberto uma rubrica de habitação com um valor simbólico que não espelhou de todo a grande prioridade que Executivo havia anunciado como sendo habitação, curiosamente no tempo de campanha eleitoral e muito bem, e bastante coincidente com, digamos, as propostas que o Partido Socialista fez tornar público no âmbito da habitação e iniciativa até que fez com a responsável do Governo, a nossa camarada que também é responsável pelo Governo pela área de habitação e muito bem, essa prioridade é relevante e ainda bem que concordamos. Em dezembro de dois mil e vinte e um em resposta à interpolação que no caso foi feita por mim mesmo, afirmou esta Assembleia Municipal que a estratégia local de habitação estava quase pronta. **[01:10:00]**. Questionada, entretanto, várias vezes em reuniões da Câmara Municipal com os Srs. Vereadores do Partido Socialista sobre o andamento do processo a notícia que temos é que foi sempre recusado o acesso a quaisquer documentos até este momento. Até este momento o Partido Socialista outros partidos, a sociedade civil várias entidades que poderiam ter aqui um papel relevante e os cidadãos em si, não tiveram informações que nos permitissem dar qualquer contributo ou alerta até este momento neste âmbito com ideias, com propostas para um plano que é tão fundamental para a qualidade de vida das pessoas de Águeda, para o nosso desenvolvimento económico, para as nossas empresas e também para quem possa vir juntar-se a nós e que tão importante é, e todos temos clamado por essa importância que ela se traduza por algo concreto e real. E acima de tudo estamos num momento em que esta é uma prioridade do país e esta é uma prioridade de muitos Municípios que se têm metido à estrada, têm corrido, tem caminhado, têm apresentado propostas. Bom, e têm andado. E, portanto, bem sabemos que no âmbito de quando falamos de habitação entre termos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

uma estratégia definida fazermos candidaturas, elas serem aprovadas, serem feitos os concursos e depois pode haver imposições de concursos e depois começa a construção, depois pode haver uma forma de atribuição e depois um dia um Aguedense há de viver numa destas casas. E, portanto, nós gostaríamos muito, de conseguirmos vislumbrar essa luz lá à frente de um Aguedense entrar numa destas casas porque é mesmo importante e digamos, a realidade infelizmente internacional, designadamente, mostra-nos que será premente, futuramente cada vez mais. Sr. Presidente da Câmara e este Executivo não teve atenção de propostas do Partido Socialista em sede Executivo, vou dizer, apenas, referir muito rapidamente algumas: programa de demolição de habitações degradadas sem custos ou com custos reduzidos para zonas centrais dos lugares que possibilitaria e incentivaria a construção de outro edificado desse mesmo lugar. A possível inserção no orçamento e plano de uma rubrica de um milhão de euros para criar o Regulamento Municipal através dos quais possam ser concedidos benefícios fiscais e financeiros para... digamos, construtores para promotores para gente que possa no fundo construir casas para que os outros possam viver, seja arrendada, seja comprada a preços justos normalmente, preços que as pessoas possam, consigam pagar para poderem lá viver. Eventuais linhas especiais de crédito que abrangem várias vertentes do circuito da promoção habitacional, da aquisição, de estruturas dos próprios solos, empreendimentos e do próprio equipamento de apoio social, e de coisas mais simples, como por exemplo, um programa que consistisse na oferta de projetos piloto de arquitetura e engenharia para... digamos, casas familiares simples que pudessem ser cedidos sem custos a pessoas que precisassem deles, para construir a sua própria habitação, o que traria bastantes vantagens, designadamente ao nível de urbanismo, ao nível de eficiência energética, ao nível de combate às alterações climáticas de sustentabilidade e até da própria construção do habitat, não é, depois da habituação é o habitat que envolve e enquadra todas essas habitações. Bem sabemos que os processos não são lisos, não são fáceis, bem sabemos que por vezes há imprevistos, sabemos que muitas vezes com a melhor das intenções as coisas demoram um pouco mais do que esperamos, mas de facto estamos a falar já de bastante tempo e outros Municípios conseguiram e têm conseguido. Portanto, nós, acredito, que conseguiremos também, precisamos é de facto de ver essa estratégia municipal de habitação a existir de facto e de nós a conhecermos antes de tudo para que ela depois possa cumprir o seu efeito. O Partido Socialista está disponível para apoiar politicamente o Município para uma possível contração do empréstimo, possa viabilizar esta aposta tão central na habitação que é tão estratégico para o Concelho. A única proposta que tem sido realçada pelo Executivo que não deixa de ser importante, não acho que deixa de ser manifestamente insuficiente, é o programa de apoio ao arrendamento que já é anterior, é anterior aos motivos que nos trouxeram à premência de atuarmos neste campo de habitação. A inexistência de uma estratégia local de habitação impede o nosso Município de concorrer a vários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

programas, como por exemplo, primeiro direito cujo o financiamento poderia ser de cem por cento. E, portanto, gostaríamos de Sr. Presidente que também no fundo nos transmitisse do seu raciocínio quanto aos prazos e designadamente quanto à disponibilidade de verbas porque elas vão-se esgotando e vão sendo comprometidas com as candidaturas que lá existem. Sr. Presidente agora, perguntas muito concretas para sumarizar e no fundo concluir esta, esta intervenção inicial, quando pretende o Executivo apresentar a estratégia local de habitação? Pode dizer-nos um dia? Pode dizer-nos uma semana? Pode dizer-nos um mês? Pode dizer-nos um semestre? Pode até dizer-nos um ano, mas diga-nos algo [01:15:00] que nós possamos levar daqui como algo concreto e que será certo por si cumprido. Porque é que até este momento não forneceu os documentos relativos a este processo de criação da estratégia local de habitação aos Vereadores da oposição? Impossibilitando o acompanhamento a sua elaboração, a participação no mesmo, sugestões que possam enriquecer esse mesmo documento. Sabemos que em março contratou uma empresa para acompanhamento da implementação da estratégia local de habitação, a qual ainda desconhecemos. Essa ainda não existe. E não é do conhecimento de ninguém. Nem foi partilhado. Ainda vai ouvir as pessoas? Vai ouvir os movimentos da sociedade Aguedense ou este documento quando surgir estará fechado como noutros casos por vezes tem acontecido? E, digamos, quando daremos provas efetivas desta prioridade? E quando é que perspectiva sabendo eu que não pode dizer um dia e uma hora, que primeiro Aguedense possa usufruir de medidas que decorram dessa mesma estratégia municipal de habitação. Muito obrigado!”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado. Sr. Deputado José Vidal também. -----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, senhores membros da Assembleia e Sr. Presidente de Câmara. Aqui só um minuto, eu recebi hoje por volta das cinco horas, as respostas que o Sr. Presidente da Assembleia me enviou sobre os documentos que pedi da Feira das Lambarices, as despesas globais da Câmara e do Natal em Águeda, despesas globais da Câmara. Em relação aos documentos ainda não tive aqui a analisar, mas basicamente era só para pedir ao Sr. Presidente da Câmara eu fiz aqui uma intervenção em dezembro sobre o Natal e disse que estes valores que estavam aqui são os mesmos, provavelmente que teríamos naquela altura trezentos e vinte e oito mil euros, ou o que era, que certamente não seria assim, até lhe indiquei que faltava o pai natal pequenino, que foi pago antes, mas que fez parte deste Natal porque se assim não fosse, nós pagaríamos todo no próximo Natal e a semana do Natal custaria zero. Portanto, eu disse efetivamente e solicitei que fossem introduzidas aqui as despesas globais. Portanto, são mais cinquenta mil euros, mais disse só, não íamos às partes pequeninas, mas a questão do marketing e da publicidade. Portanto e assumir que o Natal em Águeda com o sucesso ou insucesso, que teve foi efetivamente em termos globais sucessos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

custou quatrocentos mil euros e não os trezentos mil. Nós temos que começar a assumir objetivamente as coisas e depois defendê-las pode ser mais pode ser menos, até há pessoas que devem, acham que deve ser mais em determinado tipo de anos para alavancar outros níveis e depois a seguir poder, o que eu quero é que haja uma informação correta e não continuemos aqui num pingue-pongue constante, sabendo nós que estas contas não estão certas, já não estavam em dezembro, por isso mesmo é que eu solicitei e continua sem estar por isso iguais, apresentaram-me iguais. Em relação às outras da Feira das Lambarices ainda não vi consta que está aqui tudo o que a Câmara fez efetivamente, até meteram as pequeninas verbas, portanto, isto já é uma questão de relatório, e esperamos pelo relatório final oficial, estas contas devem estar certas e, portanto, aqui não sei a Câmara participou com duzentos e quinze mil euros ou um pouco mais ou menos. Portanto, era só isto, é simples. É concreto. Atenção, que isto foi pedido em dois mil e vinte e um. Portanto e escusávamos, as coisas tem que se começar a ser simplificadas que é tudo muito mais simples. Está. Obrigado!”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Jorge Melo, por favor.--

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, muito boa noite, Presidente da Câmara, Executivos e caros colegas, público e quem nos assiste lá em casa pela Águeda TV e comunicação social, antes de mais dizer que me sinto extremamente feliz pelo facto de podermos estar aqui hoje nesta sala, depois de termos passado este período absolutamente devastador do Covid 19, não é que esteja totalmente concluído, mas penso que o pior já passou e, portanto, sinto-me muito feliz pelo facto de podermos estar aqui hoje, novamente nesta sala. [01:20:00] Há data da tomada de posse solicitei, lancei o repto ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que reforço agora e mais ainda, o facto de nós continuarmos sem ter condições na qualidade de Deputados para trabalhar e se por ventura no Centro de Artes tomadas de medidas poderia ser uma coisa provisória, na casa mãe eu penso que podemos pensar tratar deste assunto com alguma, com alguma seriedade. Gostaria de começar por perguntar ao Sr. Presidente da Câmara neste momento e que tenha conhecimento qual é o número de processos que estão instaurados à Câmara Municipal no Ministério Público por parte dos atores políticos, não falo de cidadãos, não falo do público civil, digamos assim, questiono em termos de ação política, qual é neste momento o número de processos que estão instaurados contra a Câmara Municipal? Isto porque entendo que no next extremis se há efetivamente uma ilegalidade ela tem que ser dada conhecimento, mas eu penso que nós não estamos aqui na qualidade de oficiais de justiça, nós estamos aqui na qualidade de políticos e é no confronto político, é no confronto de ideias, é no debate de ideias que nós devemos esgrimir as nossas armas, se no final se por ventura houver efetivamente dados que comprovem o avanço para o Ministério Público, aí sim, podemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

fazer porque isto, em certa medida, acaba por arrastar, não é o Executivo da Câmara Municipal, acaba por arrastar Águeda para as páginas dos jornais e não é propriamente pelos melhores, pelos melhores motivos. E por conseguinte nós devemos estar cá é para apresentar ideias, apresentar soluções e não para sermos perseguidores do Executivo Municipal. Eu reparei que no decorrer desta semana decorreu em Valongo do Vouga um evento relacionado com os rios e com as atividades que estão a ser feitas no que toca aos rios. Vem sendo apanágio da minha parte de vir aqui solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que tenha especial atenção com o rio Marnel quero acreditar que seja desta. E nesta medida queria que o Sr. Presidente da Câmara se compromettesse com datas e o que é que efetivamente pensa fazer para o Marnel e toda a zona envolvente. Se refletirmos não querendo estar a retirar o mérito e a dimensão que Águeda tem, mas nós estamos inseridos na bacia hidrográfica do Baixo Vouga que podemos ter por referência, o Centro Hospitalar do Baixo Vouga, o Centro Hospitalar entre o Douro e o Vouga, a Comarca do Tribunal do Baixo Vouga e é sempre do Vouga que nós falamos, não quero com isto dizer que devemos retirar Águeda da sua importância, não devemos é descurar o património que nós temos. Dizer ainda que, obviamente me preocupa a área da saúde, sou também um técnico de saúde e não poderia demarcar-me daquilo que os senhores Presidentes de Junta aqui vieram dizer.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Apelo à sua síntese está bem, Sr. Dr., por favor. -----

----- **Deputado Jorge Melo:** “Agradeço. Terminei já. Mas é também importante percebermos que isto não é um problema do Município muito menos é só um problema do distrito, é um problema do país e é um problema do país que por muito boa vontade que o atual governo tenha em conseguir resolver, não há médicos para dar solução a isto. E dentro do mau na OCDE nós somos o terceiro país com melhor cobertura de rede primária. Obviamente que não estou com isto a desvalorizar o que disse efetivamente, temos que pôr pés ao caminho, mas não havendo médicos isto torna-se difícil e por conseguinte....-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado, já vai no dobro do seu tempo, por favor. -----

----- **Deputado Jorge Melo:** OK! Dou então por terminada a minha intervenção neste momento. Obrigado!-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Humberto Moreira, por favor.-----

----- **Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT** -----

----- “Excelentíssimo Sr. Presidente, senhoras secretarias, Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, colegas Deputados, público, quem está em casa, quem está em Águeda em casa, através da Águeda TV. Partilho tal como o meu colega Jorge Melo da satisfação para voltarmos a esta sala que estamos todos mais próximos, [01:25:00] mais juntos como queiram e já tinha saudades de ver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

os meus colegas tão de perto e podermos falar frente a frente e podermos ver as caras e podermos sentir muito mais de perto aquilo que é fazer política, o Centro de Artes tem ótimas instalações, mas acho muito informal. Sr. Presidente os últimos meses, felizmente, a pandemia tem-nos ganhámos outros problemas mas a pandemia tem-nos deixado um pouquinho de parte e o nosso Concelho tem reconquistado alguma vida que a pandemia nos tirou, obviamente que falo, dos eventos desportivos, o mundial de Motocross que foi um enorme sucesso para a nossa cidade de gente de todo o lado, um dia fantástico de sol, uma publicidade enorme para o nosso Concelho para a nossa região, e obviamente que isso nos orgulha toda a gente, certamente estaria com saudades ao fim destes anos daquilo que a pandemia nos tirou. As romarias, as festas tivemos ainda há oito dias as festas da Senhora da Areosa que é uma romaria e que vem gente de todo o lado e é sempre um prazer encontrarmo-nos, por que encontramos gente de todos os quadrantes e podemos conviver. Mas também não falo só disso, falo as coisas coincidem as obras do mercado arrancaram, temos movimento. As obras do Casarão não param, vamos ter uma prestação de contas a seguir, com resultado fantástico e isso, obviamente, enquanto munícipe, enquanto Aguedense são as questões que me preocupam e politicamente são aquelas que fazem com que sintamos o avançar do Concelho e se as coisas, efetivamente, estão a andar ou se não estão a andar. O desafio é grande para o futuro, obviamente não sabemos o que para aí vem, problemas na área da saúde temos outros problemas estruturantes, bem diferentes de alguma agenda política que se rege por cabazes, bacalhau e outras coisas, mas nós estamos preocupados com aquilo que o Concelho precisa, coisas grandes que nos movem e que nos fazem enquanto políticos nos sentir vivos. E eu gostava de parabenizar a Câmara Municipal toda a gente contribui para este trabalho que não é perfeito, nunca o será, mas é um excelente trabalho Sr. Presidente e não poderia deixar de o dizer quando regressamos aqui aos Passos do Concelho vamos continuar o ano não vai ser fácil, mas estamos aí com força. Tenho dito, Sr. Presidente!”-----

----- Continuando, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente de Junta de Freguesia da União das Freguesias de Préstimo e Macieira de Alcôba, Pedro Vidal.-----

----- **Pedro António Machado Vidal – PUF de Préstimo e Macieira de Alcôba** -----

----- “Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Senhora Secretária, Sr. Presidente da Câmara, Executivo, caros colegas, público, funcionários de Autarquia, todos aqueles que nos assistem lá em casa. Eu queria em primeiro lugar solidarizar-me com as intervenções feitas pelo meu colega Filipe Falcão de Valongo do Vouga e pelo Pedro Marques de Macinhata até porque este problema, não é um problema só de Macinhata, não é um problema só de Valongo do Vouga é um problema também da União de Freguesias do Préstimo, de Macieira de Alcôba, em dois mil e nove ficámos sem o nosso Centro de Saúde, neste momento a população da minha Freguesia também precisa deslocar-se a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Valongo do Vouga e dentro de poucos dias teremos a Dra. Dalila em Valongo do Vouga a atuar de forma só, e portanto, serão alguns milhares de pessoas que ficarão sem médicos de família. Eu penso que nós temos que nos unir todos e deixarmos a politiquice de lado, a pandemia já lá vai e nós agora, sobretudo, nestas duas Freguesias e União de Freguesias que vivemos um pandemónio. Eu penso que nós temos que ter uma estratégia, uma estratégia de união, de união do PS, do CDS e do PSD juntos, e temos que ir também um pouco mais além, recordar-se-ão a proposta que o CDS fez ainda no mandato anterior da criação do Conselho Municipal de Saúde, onde aí, entrariam outros atores, onde entrariam todas as entidades que fazem parte da saúde do nosso Concelho, onde conseguiríamos ter um pulso mais forte, onde conseguiríamos falar, todos, a uma só voz. E, portanto, o que eu peço é que não atuemos de forma desgarrada, mas de forma unida que deixemos os nossos problemas lá para trás e que o Vasco que está aqui teve um problema semelhante há pouco tempo em Belazaima, Castanheira e Agadão e que agora é uma luta nossa que afeta também uma parte, sobretudo as Freguesias a norte do nosso Concelho e eu acredito que com a união de todos nós conseguiremos [01:30:00] superar mais esse desafio. Disse!”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Junta. Ora, Sra. Deputada Ana Miguel, se faz favor. -----

----- **Ana Miguel Marques Neves dos Santos – PPD/PSD.MPT**-----

----- “Boa tarde a todos. Queria cumprimentar todas as entidades executivas aqui e os meus colegas, e só queria deixar aqui um comentário e uma sugestão. Relativamente à questão da saúde, durante o meu mandato como Deputada tive oportunidade de numa audição de discussão do Orçamento do Estado pedir uma coisa muito simples em que vários Deputados pediram Hospitais, IPO, muita maquinaria, muito cara e dispendiosa, porque naturalmente estas, estamos a falar de recursos dispendiosos e eu a única coisa que eu fui pedir foi um médico, recordas-te Vasco? E, portanto, e fui-lhe demonstrar uma coisa muito simples porque às vezes é importante, porque com a centralização das competências da área das competências da saúde sobretudo em gabinetes regionais, o que é que acontece? Ou nós temos a sensibilidade de perceber que a única informação que eu pedia ao Vasco na altura foi exatamente para ele me dar a medição exata do Centro da Unidade de Saúde até ao ponto mais afastado da União de Freguesias porque reparem, a União de Freguesias de Belazaima a Agadão tem oitenta quilómetros quadrados, ora oitenta quilómetros quadrados é quase a área, área a dimensão de Lisboa que tem cem quilómetros quadrados e é o dobro da área do Porto que tem quarenta quilómetros quadrados. Portanto fazer dois quilómetros no Porto que tem a cidade do Porto que tem acessos privilegiados é muito diferente, de fazer dois quilómetros em plena aldeia, aonde e sabemos disso, e eu por experiência própria onde é difícil passar muitas vezes tratores e chegar às pessoas. Portanto, o que eu quer dizer com isto é o seguinte: como disse o Jorge Melo e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

bem, isto é um problema estrutural, não é um problema conjuntural ou territorial, tenho sérias dúvidas, eu percebo que esta é daquelas matérias, como aliás todas as matérias do interesse privado das pessoas são matérias que devemos pôr as ideologias de parte e pensar no objetivo final. E esta matéria é uma matéria que importa a todos, porque é elementar. E, portanto, estamos todos aqui unidos no sentido porque todos, não há aqui ninguém que não queira, digamos assim, prover os cuidados essenciais a todos os cidadãos. A única coisa que eu gostaria aqui de deixar dessa sugestão, realmente, há pouco dizia que a Câmara que devia, no fundo tomar, ter um plano B de ação, tenho sérias dúvidas por muito boa vontade que ela exista, era aquilo que há pouco o Jorge, o colega Jorge Melo dizia e com razão há uma falta estrutural de médicos, isto não é uma questão de e... e falta até condições que se tornem atrativas para essas candidaturas e, portanto, tem que se pensar aqui num modelo suficientemente flexível. Ainda há pouco tempo, agora, também faço parte da direção da Caritas e estamos a tentar desenvolver um modelo de consultas social e de apoio e estes podem ser modelos da tele-consulta com mecanismos já evoluídos e tentarmos pôr a tecnologia realmente ao benefício da população. Mas, dito isto, e julgo que isto é uma causa que nos move a todos, eu deixo aqui uma sugestão e foi por isso que pedi, exatamente a palavra, julgo que seria importante termos aqui um movimento mais ativo e seguindo também, acho que não nos podemos ficar em casa e usarmos os expedientes legais, processuais de que dispomos para fazer ouvir a nossa voz. E, portanto, eu sugeria fazermos uma proposta de deliberação a pedirmos conjuntamente e sendo aprovado por esta Assembleia Municipal para que se reúna uma equipa com representantes e que vá no fundo pedir uma audiência à Ministra da Saúde e às autoridades regionais competentes para no fundo demonstrar que isto não é circunscrito a uma determinada zona do Concelho, mas que realmente é uma preocupação que está a tomar características, está a tomar dimensões que realmente nos deve unir nesta causa comum e, portanto, faremos chegar essa proposta e no fundo que todos representados consigamos passar esta mensagem e chegarmos a todos. Muito obrigada!”-

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Paulo Tomás. [01:35:00]

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomás – PS;**-----

----- “Sr. Presidente, senhores membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara e caros Aguedenses. Coincidentemente nós vínhamos, no fundo apresentar uma proposta. Em todo o caso, até porque já nós já não temos tempo da parte do Partido Socialista neste momento. Em todo o caso, pode ser mais formal, menos formal consoante o que seja a própria reação da Câmara Municipal. Ora bem, nenhuma destas Freguesias é liderada pelo Partido Socialista, há coisas que sobre os factos foram ditos dos quais nós sabíamos – desculpe, das que se falaram aqui hoje, não – eu sei que a Agadão e Belazaima.... Mas estamos numa quem é quem? Eu conheço-os, já falei com o Presidente, aliás ainda agora estive a falar com ele sobre essa circunstância, até as diligências que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

estou a estabelecer, eu conheço, eu sei. ...E o bem é, foi até dito que era preciso fazer uma frente sobre parte do Concelho a uma dada altura aqui. Portanto, eu estou a referir-me às Freguesias que aqui foram faladas agora. Sobre Belazaima já estou informado. Certo? Sobre Macinhata, sobre o Préstimo, sobre o Valongo do Vouga há coisas que sei até, porque, sou de Valongo do Vouga há coisas que das coisas não sei. E a proposta era muito simples era agendarmos uma reunião já para amanhã com as Juntas aqui em causa. Certo? E com representantes dos vários partidos e eventualmente com a Câmara Municipal que poderá fazer todo o sentido para nessa reunião decidirmos uma ação e decidirmos com que falar. Eu estive ali a recolher algumas informações, também, sobre as pessoas que andaram a lidar e há informações das quais no fundo precisamos, no fundo era isto. E, naturalmente falaremos sobre Belazaima também, mas Belazaima é algo que não foi trazido a esta Assembleia Municipal no modo tanto, só cá veio dar um contributo e contou a sua história, não é? Muito obrigado!”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. A Deputada Ana Miguel avançou com a proposta e em face disso, eu pergunto se alguém quer usar da palavra para discutir algo sobre a proposta. Sra. Deputada faz favor é favor de clarificar se faz favor para avançarmos. -----

----- **Ana Miguel Marques Neves dos Santos – PPD/PSD.MPT**-----

----- “Vou tornar ainda mais claro, aquilo que eu julgava que já era claro. Eu fiz só uma proposta tentando apelar a todos que desta Assembleia Municipal que surgisse uma deliberação que no fundo aprovasse uma... no fundo a constituição de um representante de cada Grupo Municipal e do Executivo para solicitar uma audiência à Ministra, à Senhora Ministra da Saúde e de mais entidades regionais da saúde, para no fundo transmitirmos e integrando também um representante de cada Freguesia, naturalmente, de todas as Freguesias que queiram, eu até sugeria de todas, no fundo para transmitirmos aquela que é a nossa preocupação e mostramos e mostrarmos realmente uma... uma transmitirmos todos aquela que é a preocupação de todos e que não é só reduzida relativamente, circunscrita a cada um. Portanto, estarmos todos alertando, digamos assim, as autoridades competentes para aquelas que são as nossas preocupações. Era só esta a sugestão eu queria deixar.”

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Dra. Muito obrigado! Portanto, eu se bem percebi a sua proposta é no sentido desta Assembleia deliberar um grupo de trabalho composto por alguns elementos, nomeadamente da Assembleia e também do Executivo das Juntas de Freguesia. A proposta do Sr. Deputado Paulo Tomás é no sentido de se agendar já uma reunião, no sentido de trabalho ... de trabalho. Eu julgo que, eu julgo que é possível, Sr. Deputado Miguel Oliveira quer acrescentar alguma coisa em termos da proposta é isso? ... Faz favor. É possível unificar ambas as proposta numa só. Certo? Não há nada que impeça.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Muito obrigado Sr. Presidente. Muito obrigado pela sua licença. Existe uma comissão nesta Assembleia que tem a seu cargo uma das áreas é a saúde é a quarta comissão. Comissão de Assuntos Sociais. [01:40:00] Portanto, já está constituído uma comissão que espelha a representação da Assembleia. E essa comissão tem um presidente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal representa a Assembleia Municipal. Eu estou preocupado com... eu concordo genericamente com a sugestão que deu e eu estarei disponível, naturalmente, o CDS está disponível como sempre esteve. Eu recorde que a determinada altura tivemos uma reunião com o Presidente da ARS marcada pelo CDS, a pedido do CDS, do Centro, por causa da questão do hospital, e eu fiz questão de convidar a então Deputada Paula Cardoso do PSD e foi na altura também o Dr. Edson Santos que era Presidente da Concelhia do Partido Socialista e acompanharam-me à reunião que eu tive com a direção da ARS. Portanto, esse género de disponibilidade da nossa parte sempre houve. Agora há uma questão prática, se nós eventualmente conseguirmos uma audiência com o responsável governamental, eu não estou a ver a querer reunir esses responsáveis governamentais ou responsáveis dos órgãos superiores a quem reunir com 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 pessoas, não é? E, portanto, esta proposta que foi apresentada pelo Dr. Paulo Tomás que me parece fazer todo o sentido e tanto quanto me parece, no sentido do Sr. Presidente da Câmara Municipal marcando com os responsáveis dos Grupos Municipais ou pelos partidos políticos agendar, calendarizar um conjunto de iniciativas, foi isso que eu entendi, levando também em conta o seu contributo. E, portanto, penso que é a conciliação, seria a conciliação das duas propostas, sem dizer não, à proposta da Dra. Ana Miguel que acho belíssima e estou de acordo, terá o meu apoio. Penso que a forma mais simples de agilizar isto, é aprovar a proposta do Dr. Paulo Tomás. Muito obrigado. Eu votarei a favor das duas conforme entender.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Deputada Ana Miguel, se faz favor.-----

----- **Ana Miguel Marques Neves dos Santos – PPD/PSD.MPT:** -----

----- “Eu vou voltar a repetir porque nenhuma das propostas são excludentes, são convergentes. A minha intenção aqui relativamente a esta proposta é exatamente criar uma nova força de reação para tentar no fundo, criar aqui outro tipo de impacto porque se nós não criarmos formas de reação e de chamarmos a atenção, se forem dez pessoas à reunião, vão. Eu também já fiz muitas reuniões governamentais onde estavam representantes das várias Assembleias de Freguesia, de concelhias é o que tiver que ser. Agora, eu julgo que ninguém põe em causa o trabalho profícuo que as comissões de saúde da Assembleia que têm e que acompanham as matérias, as diversas matérias que pode estar um desses representantes. Aqui o objetivo é que todos os Presidentes de Junta ou alguém representante crie aqui uma... uma delegação específica para no fundo esta Assembleia Municipal que vá e todos os seus, digamos assim, constituintes que vão à, portanto que peçam uma reunião para mostrar que é todo o Concelho há uma grande representatividade e para tentar também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

perceber e evitar novas formas de ação como bloquear as portas ou fazer greves ou outros tipos de mecanismos. Agora, ninguém está a excluir as reuniões de trabalho, uma não obstaculizaria a outra, elas são convergentes como eu disse. Agora, não vale a pena criarmos aqui casos nem situações relativamente a ela. Eu acho que todas as situações são bem-vindas desde que se tentem resolver o problema que é esse o objetivo. Obrigada!” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Srs. Deputados vamos então finalizar, eu estou aqui já adiantar uma redação que depois vou tentar ver se é consensual a todos, está bem? Certo. -----

----- **Paulo Sérgio Gomes Tomáz – PS;**-----

----- “Pronto, partindo do princípio que estamos dentro dos...penso que são vinte minutos de debate de uma proposta, no fundo proposta pelo Partido Social Democrata que no fundo nos associamos de alguma forma. A prioridade para o Partido Socialista é que o mais brevemente possível, as pessoas responsáveis e que estão eleitas para nossa representação cimeira, em primeiro lugar das Autarquias aqui em causa reúnam, trocam impressões, troquem agulhas [01:45:00] e possam começar a definir um plano de ação, o qual naturalmente terá que convergir com novas conversações com que decide a um nível da Administração Central ou a nível Governamental. Não ignoramos que o Partido Socialista é o partido do Governo, acreditamos que não deve trazer nenhum tipo de favorecimento nem de desfavorecimento de qualquer Município que seja, ou não seja conduzido pelo Partido Socialista não seja, mas dentro daquilo que possamos fazer fá-lo-emos como cidadãos de Águeda e como responsáveis políticos. Portanto, uma vez mais, a parte formal da comissão não nos parece francamente essencial. Todavia se for considerado essencial também não nos vamos opor a ela. O que me parece premente é que as pessoas que os partidos queiram se sentem e depois pode ser outra. Portanto, eu sentir-me-ia perfeitamente representado pelo presidente do meu partido e penso que os outros partidos também os líderes municipais quem mais entendam, portanto, não achamos que seja necessária a constituição dessa comissão, também não nos opomos que se constitua parece-me relevante é que os Presidentes de Junta em causa e o Sr. Presidente da Câmara Municipal e um representante de cada partido, se sentem a conversar, o mais rapidamente possível para definirem um plano de ação. Obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Vamos ver! Srs. Deputados: eu se me permitem, se me permitem fazendo aqui... Sr. Presidente de Junta quer ainda usar da palavra antes de eu me pronunciar? Faz favor!-----

----- **António de Oliveira Martins – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão:**-----

----- “Antes de mais boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, obrigado, Sr. Presidente da Câmara, Executivo, caros colegas. Estou sem preparar, se eu disser alguma coisa que não seja correta, peço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

desculpa. Este tema do médico de família, este tema da desertificação é um tema que eu ando a trabalhar há muitos anos. Desde que este Executivo tomou posse na União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão temos tido um trabalho incisivo nesta matéria, portanto não é a questão da Freguesia de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão, isto é um problema municipal, e não só municipal a nível nacional. E não é só o problema dos médicos de família, é o problema das escolas, é o problema dos transportes, portanto, a nossa União de Freguesias está completamente a par de Macinhata, Valongo e possivelmente outras a seguir, certo? Portanto, eu estou aqui para muito rapidamente, eu não podia deixar de estar aqui, parece que percebeu-se um bocadinho que eu estava um bocadinho à parte. Não estava! Eu estou dentro e estou a fazer tudo o que é possível e o Sr. Presidente da Câmara eu tenho transmitido sempre tudo o que é possível. Eu reuni passado oito dias de tomar posse com o Dr. Pedro Almeida e tenho trabalhado afincadamente, neste tema, mas também nos outros temas [01:50:00] e estou, e estarei e continuarei a estar aqui sempre a lutar por aquilo que nós precisamos. Obrigado, pela palavra, Sr. Presidente.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Nada Sr. Presidente da Junta. Muito obrigado, vamos lá a ver, enquanto as intervenções iam decorrendo, eu fui tentando aqui de alguma forma mesclar uma proposta, que julgo que vai, julgo eu, depois dirão, se vai mais ou menos ao encontro da pretensão de todos nós que é uma só, que é obviamente criar aqui uma força de intervenção no sentido de criar aqui alguma pressão, no sentido de criar melhores condições para as Freguesias com esta carência. Tinha mais ou menos no género proposta: deliberar no sentido de se agendar, ou agendar de imediato uma reunião de trabalho com os líderes, com o Presidente da Assembleia, os líderes dos Grupos Municipais, o Presidente da Câmara e os Presidentes de Junta, portanto que vivem com esta realidade que não serão todos, mas se quiserem estar todos estarão todos, é sempre uma mais-valia. - já escrevi tanta coisa que já me estou aqui confundindo - portanto, o Presidente de Junta da Freguesia afetados no sentido, no sentido dessa reunião, no sentido de constituir uma delegação, porque não vai toda a gente, obviamente, no sentido de constituir uma delegação com vista a consertar uma tomada de decisão sobre o modo de ... ou seja, constituir a delegação e consertar uma decisão sobre o modo de atuação, junto do Governo Central ou da ARS Centro, julgo que serão os organismos, a Sra. Deputada deu no sentido da Ministra. ...Bom, vamos pôr um ponto final [01:55:00]. Ouçam!... Só um minuto, só um minuto para não estarmos aqui com conversas transversais. Ouçam, obviamente que o meu objetivo era encontrar uma proposta única faz todo o sentido que seja assim até porque não faz sentido que seja de outra forma, o objetivo é comum. Eu julgo que nós conseguimos lá chegar. Nós conseguimos lá chegar. Se eventualmente, quiserem irnos avançando nos trabalhos e essa proposta ser de alguma forma aí apurada e trabalhada, eu acho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

muito bem. Eu acho muito bem porque nós vamos chegar lá. Todos, já percebi que todos estão com o mesmo objetivo é só uma questão de perceber. Obviamente que eu concordo que deve ser primeiro feita a reunião para decidir qual o modo da atuação, mas claro eu não tenho que concordar com nada, a questão é que estamos perante uma proposta e a ser consensual tem que ser sufragada por todos, tem que ser sufragada por todos. Mas, estão de acordo que durante os trabalhos se vá encontrando uma redação que se vão falando entre os líderes dos núcleos municipais? Estão de acordo? Sr. Deputado? Para terminar por favor, vamos ... temos que avançar. -----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

----- “Sr. Presidente, muito rapidamente à semelhança daquilo que tem sido apanágio deste tipo de situações habitualmente ou se para os trabalhos cinco minutos para que os líderes dos grupos reúnam, façam uma concertação da dita proposta e a apresentem, essa se calhar é uma das minhas sugestões, se por ventura não quiserem estar a fazer durante os trabalhos. E tenho aqui uma segunda proposta a apresentar à Assembleia Municipal. Por princípio não defendo que a Câmara Municipal se tenha que substituir àquilo que são as responsabilidades do Estado que é o garante da saúde pública aos nossos cidadãos. No entanto com ou sem comissão, com ou sem redação do documento, esta situação vai-se estender muito provavelmente durante meses. E durante meses nós vamos continuar a ter idosos em Agadão, em Belazaima, na Sousinha, em Cabeço de Cão, e por este Concelho fora sem acesso ao médico de família. Portanto, a sugestão que eu deixo a título de proposta a esta Assembleia é que, a título excepcional e meramente provisório, o Executivo possa fazer um levantamento bastante rápido e célere de quais as necessidades de cuidados primários para o Município e para que possa mais uma vez digo, a título provisório, contratar um ou dois ou três médicos aqueles que virem como necessários para garantir os cuidados primários às nossas populações. E esta a proposta que deixou, ou seja, uma é essa dos cinco minutos para concertarem e deixo uma outra proposta à Assembleia. Muito Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado. Muito obrigado! Muito obrigado! Vai-me desculpar, eu continuo a achar... faz favor, eu continuo a achar que o que adiantou com a sua segunda proposta é exatamente aquilo que pode ser tratado nesta reunião. ...Agora, portanto, a questão dos cinco minutos, eu acho que conseguimos todos, ir avançando os trabalhos, e ir aparecendo a redação, aparecendo a redação para irmos continuando a avançar caso contrário não vamos conseguir acabar os pontos da ordem do dia. Sim Sr. Deputado? -----

----- **Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT** -----

-----“Sr. Presidente só para facilitar, a nossa proposta é no sentido de uma coisa tão simples que é, criação de uma delegação que chamem o que lhe quiserem que articule, mas no sentido de promover junto da senhora Ministra e das entidades competentes uma reunião com representante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

do nosso Concelho. Isto, só por si, deixa inerente que obviamente, que a partir do momento que essa proposta siga, obviamente que temos que reunir, depois, para constituir essa mesma delegação. Não tem que ficar aqui vertido se tem onze Presidentes de Junta, se tem três ou se tem cinco, é simplesmente a constituição de uma delegação [02:00:00] com elementos desta Assembleia Municipal para reunir... para articular uma reunião com a Sra. Ministra e com todas as entidades competentes. Só isto! Simples e prático! Agora, o formalismo, se reunimos amanhã, se daqui a três dias, se vai um Presidente, se vão três, acho que isto, para aqui, não é chamado! É criar este objetivo e, a partir daqui, trabalha-se em cima disso! Era essa a minha ideia.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito bem. Trabalhem, por favor, nessa redação. Trabalhem, por favor, nessa redação, para que nós lá cheguemos.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:** -----

----- “Sr. Presidente... desculpe, só um bocadinho! Se me derem licença! Posso? Isto é um assunto sério! Eu, quando falo de assuntos aqui, trato-os sempre de forma séria! E, habitualmente, quando apresento uma proposta, trago-a escrita, para não haver equívocos e até para ela poder ser alterada. E quando posso, quando o tempo me permite isso, partilho-a sempre... -----

----- **Presidente da Assembleia:** Qual é a dúvida, Sr. Deputado? Qual é a dúvida?-----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** “... para que todos saibam exatamente o que estão a votar. Portanto, aquilo que eu peço é que, seguindo a sugestão do Sr. Presidente da Assembleia, os Grupos Municipais e os Deputados que individualmente tenham sugestões ou propostas a fazer, que não são a mesma coisa – uma proposta é uma coisa, uma sugestão é outra! – que passem a escrito exatamente aquilo que pretendem, para que depois nós saibamos exatamente aquilo que estamos a votar cada uma das vezes. Muito obrigado. Era só isto.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Podemos avançar, Srs. Deputados? Vamos avançar! Srs. Deputados, faz favor de... vamos avançar os trabalhos! E peço-vos então que vão tentando gizar aí um texto, ou os textos das vossas propostas, para que depois, mais adiante, possamos avançar! Sr. Deputado Miguel Oliveira, faz favor! Sr. Deputado Miguel, podemos avançar os trabalhos?-----

----- **Deputado Miguel Oliveira :** Podemos, podemos.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito bem. Terminadas as intervenções... portanto, vamos então trabalhar nesse sentido! Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra! -----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT** -----

----- “Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, excelentíssima Mesa, Srs. Vereadores, senhores membros desta Assembleia, o público que está aqui conosco e os que estão em casa a ver-nos pela Águeda TV, comunicação social, a todos os meus cumprimentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Naturalmente, saudar o regressarmos aqui à nossa casa, à casa da Assembleia Municipal, o nosso Salão Nobre e, sobretudo, sentirmos mais de perto esta maior proximidade, uma proximidade que espero que continue assim, com este sinal que estamos a dar também nesta Assembleia, de que efetivamente viemos, pronto, aqui trazer, e eu penso que foi dominante esta questão da saúde e da falta de médicos, médicos e outros profissionais de saúde, nos nossos centros de saúde. E já temos aqui duas ou três certezas! A primeira questão é que isto não é um problema do partido A, B ou C, ou da força política A, B ou C, é um problema de nós todos, das nossas populações e, portanto, temos que arregaçar as mangas, ou continuar a arregaçar as mangas, no sentido de o tentarmos resolver; a segunda questão é que fica aqui absolutamente claro que a colocação... e mesmo face à descentralização de competências na área da saúde, esta questão de colocar médicos e enfermeiros não passa pela Câmara Municipal e, portanto, resta-nos este papel de fazermos lobby, que é isto que esta... que no fundo é isto que nós estamos aqui a tentar fazer, e muito bem, saúdo com grande alegria essa disponibilidade de todos nós, no sentido de fazer com que os médicos cheguem a Águeda. Eu queria-vos dizer que estou também muito preocupado, porque este é um assunto que, naturalmente, não me passa ao lado e com o qual tenho dedicado muito tempo da minha atividade, e que tenho partilhado um pouco com todos. Ainda há muito pouco tempo estive na CCDR, curiosamente, e com membros também da Administração de Saúde do Centro, faltam-me as siglas agora... ARS Centro, exatamente! E o diagnóstico não é bom! Ou seja, há uma falha gravíssima de planeamento, que já lá vem de há uma séria de anos e que, naturalmente, também não se está a fazer ainda, muito, grande coisa por se ir resolvendo, e há uma coisa que não é coincidência, que eu acho que estas entidades que geram a saúde deveriam [02:05:00] ter estado à espera – eu não sei se já repararam, mas há um conjunto muito significativo... um número muito significativo de médicos, sobretudo de médicos que efetivamente estavam nos nossos centros de saúde, que se estão a reformar, e nós, que os conhecíamos quase todos, até há bem... há pouco tempo, olhamos para eles e, é pá, parece que são quase todos da mesma idade, estão-se mesmo a reformar! E isto deveria ter sido acautelado! E, já agora, uma outra certeza que também ficou aqui – isto não é um problema de Águeda, isto é um problema da região e do país! Há unidades de saúde com muito mais utentes do que Belazaima, Castanheira e Agadão, em Municípios aqui ao ladinho de nós, que estão fechadas há tanto tempo como Belazaima, Castanheira e Agadão, porque não têm médicos! E isto vai-se acentuar! E, portanto, nós precisamos, efetivamente, de fazermos essas... de lembrarmos com força de que precisamos, mas temos todos que perceber que vamos... vêm aí tempos difíceis nesta matéria, porque não há! Ou melhor, há, mas estão a fazer outras coisas. Porque... os números que eu tenho, e estive aqui a consultar rapidamente e, sobretudo, eu não me vou enganar relativamente a dois mil e dezanove, Portugal era o terceiro país com um rácio de médicos superior em toda a União



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Europeia. Nós temos à volta de mais de cinco... de quinhentos e qualquer coisa médicos por cem mil habitantes, e o rácio não chega a quatrocentos em toda a União Europeia! Há é uma coisa muito certa – houve aqui questões que têm que ver com as Ordens, com os Colégios das Ordens, com um conjunto de acesso a determinadas especialidades e, nomeadamente, à Medicina Geral e Familiar, e nós vemos que há médicos, provavelmente, num número muito significativo, que estão em determinados sítios. Eu já tenho dito às vezes, porque é preciso nós percebermos, que às vezes vamos a determinados hospitais e percebemos que há lá muitos médicos. Às vezes, eu diria que mal aproveitados. Nós temos, às vezes, em algumas especialidades cirúrgicas, um conjunto fantástico de médicos, em determinados hospitais, que não têm tempo para estar na sala, salas operatórias, porque não há salas disponíveis. E sabem uma coisa? São todos cirurgiões. E há determinadas especialidades que têm, efetivamente... este é o aporte que nós vemos, porque é fácil constatar isso! O que é certo... também percebo que, na nossa juventude que vai e, sobretudo, um médico jovem, naturalmente que gosta de ir para especialidades de ponta, que muitas vezes a Medicina Geral e familiar não é apontada logo, e não é, muitas vezes, a primeira escolha. Mas não é só isto! Isto, efetivamente, tem muito que ver com o acesso à profissão e à regulamentação da profissão. Foi um aparte, queria-vos dizer que temos estado a perceber... aliás, dissemos o seguinte: que se calhar, face a este volume maior de reformas que vamos ter nos próximos tempos... até nos chegaram a explicar e eu até reconheço como verdadeira alguma parte da explicação que nos deram, porque dizem-nos o seguinte... houve aqui determinados anos em que entraram efetivamente muitas pessoas para as Faculdades de Medicina, eu diria que lá atrás, nos anos setenta e finais dos anos sessenta... e nos anos setenta! Que depois houve um abaixamento drástico, nos anos seguintes, com os *numerus clausus*, que todos nós nos lembramos, e que efetivamente esses médicos todos do tempo de setenta, que eram em número bastante significativo e que eram quase todos os que nós conhecíamos, efetivamente, muitos deles estão-se a reformar. É isto que está a acontecer! Aquilo... por exemplo, o que aconteceu com Macinhata e Valongo, e que está a acontecer neste momento, durante estes anos todos, face à idade inclusivamente de todos os médicos que lá estavam, parece que estavam... passaram durante muito tempo fora dos tais pingos da chuva, neste momento, estão a apanhar e de que maneira! Porquê? Os que já saíram e os que se prevê que vão sair muito breve. Volto a dizer, há aqui uma falha estrutural grave destes profissionais, médicos e... e os enfermeiros, há outras razões! Nós mandámo-los, muitos, e continuamos a mandar por esse mundo fora, e não criamos condições para que eles fiquem por cá, e as equipas fazem-se! Uma nota muito importante, que é aquilo que nós andamos a fazer na área da saúde, compete às Autarquias, ou pelo menos é possível às Autarquias assumirem este tipo de responsabilidades, que é criarem condições para os bons... condições físicas para a boa prestação de cuidados. E nós, efetivamente, estamos a trabalhar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

e temos em Águeda, neste momento, eu diria que uma forte avançada neste sentido. Estou-me a lembrar das obras do Hospital, que estão em bom ritmo e que nos vão qualificar a estrutura do Hospital em termos físicos, depois será tempo de também termos esta união, de pedirmos alguma retoma daquilo que nós estivemos e desde já vos desafio depois para esta luta que nós vamos ter... e que volto a dizer, não é uma luta contra o partido A, B ou C, é uma luta nossa, pelos nossos cidadãos. Porquê? Eu, ainda esta semana, estive no Hospital de Aveiro, de noite, e continuo a dizer: é insuportável que estejamos habituados àquilo [02:10:00] que são as urgências do Hospital de Aveiro. Não! É que as pessoas já estão habituadas! Aquilo que lá está já é o dia-a-dia absolutamente normal! Nós não nos podemos habituar àquilo, efetivamente! E não podemos! E, portanto, nós temos que lutar com todas as forças para isto! E, portanto, por essas coisas. O nosso Centro de Saúde, que está, como vocês sabem, em obras, a Unidade de Saúde de Aguada de Cima, que vai ser aberta e colocada a funcionar muito, muito em breve, está completamente pronto. Ainda hoje, o Presidente Sérgio, de Travassô, mandou fotografias de Travassô, e está também quase pronto! E pronto, e outros se seguirão! E é isto que nós estamos a fazer, e estamos a fazer muito bem. Esta questão dos médicos – cuidado, nós vamos passar por algum tempo... nós, todo o país! Por alguns tempos difíceis, vamos fazer essa comissão, vamos unir-nos todos nesta luta, no sentido de tentarmos amenizar o mais possível isto perante os nossos concidadãos. E muito obrigado por este sinal de união que nós aqui temos hoje, e uma vez mais. Relativamente às questões que me foram colocadas, eu depois vou pedir ao Sr. Vice-Presidente para responder a algumas questões que foram colocadas e, portanto, queria aqui dizer que... agradecer as palavras ao Paulo Tavares, relativamente àquilo que efetivamente foi dito. Eu até fico... e, muito sinceramente, ainda bem que alguém que ouviu, porque nós ouvimos e, naturalmente, ficámos muito satisfeitos! Eu acho que é um motivo de orgulho para todos nós, para o nosso Concelho, e também, indiscutivelmente, para esta casa, para os profissionais que trabalham nesta casa, que efetivamente fizemos... conseguimos apresentar uma candidatura, que dito e redito várias vezes, não só a maior, mas só a melhor do país, e isso é mérito, indiscutivelmente, de Águeda e desta casa, indiscutivelmente. Depois, dizer que... as obras? As obras, eu estava há bocadinho... fui aqui ver e, em setembro de dois mil... é pá, e eu vou aqui dizer isto por uma razão muito simples, já usei este exemplo, porque eu acho que ele é emblemático e paradigmático daquilo que está a acontecer em Portugal, neste momento – nós temos uma falha grave de mão-de-obra, nomeadamente, no ramo da construção civil! Quem ainda não percebeu isso, acho que tem que ter noção exata de o que é que está a acontecer. Só uma nota, e eu já a tenho usado e, atenção, não tem nada de pejorativo, é absolutamente dizê-lo porque é um sinal idêntico a tantos outros! As obras da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, que eu acho que são, eu diria, o centro do centro desta nossa região, começaram em dois mil e vinte, em setembro, por um período de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

dezasseis meses – eu não sei se já chegaram a meio! Eu não sei se já chegaram a meio, portanto... e o prazo já estaria! É só para vos dizer que tem que ver com questões... nomeadamente, com questões de falta de material, a questão da coordenação dos empreiteiros com a falta de mão-de-obra, porque, por exemplo, quando entra alguém das estruturas elétricas, é preciso que esse... com a disponibilidade que tem, e raramente tem no momento certo! E depois, a falta... falha grave de pessoas com... eu diria que operários qualificados, que façam efetivamente andar as obras. Aquilo que nós passamos é isto, há obras que às vezes nos desesperam e que às vezes nos faziam dizer assim: “É pá, era melhor não as fazermos para ser assim”. Mas o resultado, depois, no final, quase sempre vale a pena, e nós percebemos que essas coisas, que acontecem e que são assim. Depois, o Jorge Melo perguntou-nos quantos processos haveria no Ministério Público – eu tenho que dizer, com toda a franqueza, não sei! Às vezes, o Ministério Público faz-nos perguntas, consultas a determinados processos e nós mandamos a informação... não sei! E, portanto, não sei... relativamente à questão do risco que colocou, e que tem que ver com a questão daquele ciclo de conversas que temos agora, que é o “Rio de Conversas”, que começou exatamente na Boiça, e sobretudo com a Ribeira da Aguieira, mas também com o Rio Marnel. E nós andámos a intervir no Rio Marnel, com uma empreitada que ainda não terminou, ainda há mais trabalhos para fazer, mas desde já queria-vos dizer o seguinte, nós temos um projeto completamente pronto, temos vindo a coordenar com a Agência Portuguesa do Ambiente, e também com o Ministério do Ambiente, toda essa entrada. Eu diria que fizemos uma reunião onde estão seriados os projetos, e nós estamos lá! Onde vamos entrar com o Rio Vouga agora, a seguir, porque nós... atenção! Eu depois já volto atrás para explicarmos! Vamos com o Rio Vouga, e o Rio Vouga também a entrar no Marnel, até ao encontro desta obra que nós temos. Porquê? Porque toda aquela zona lagunar do Marnel precisa efetivamente de um olhar atento – um olhar atento, que há muitos anos não tem! As últimas obras que as pessoas se lembram que aconteceram no Marnel foram aquelas obras que foi aberto um canal para que a Ribeira da Aguieira, o Rio da Aguieira pudesse escoar com mais facilidade. E eu diria que não foi a obra adequada, nessa altura, porque estávamos numa zona lagunar e, quando muito, dever-se-ia ter feito uma dragagem, não abrir [02:15:00] um canal mais fundo e virarmos a... não sei se... aliás, nós... para quem conheceu aquilo, e acho que muitos de nós conhecemos da forma como era, acho que há aqui um desafio muito grande de tentarmos voltar a ter aquela zona lagunar do Marnel, ali na zona da Boca, onde nós nos lembramos da nossa... de há uns anos atrás. Mas também é importante nós sabermos, porque é importante isso, que temos uma empreitada e um conjunto de trabalhos muito significativo no Rio Águeda, nomeadamente, adstritos àquele programa Life, que vai já lá cima, muito para cima já de Bolfiar, e que são obras muito interessantes que nós estamos a fazer no rio, que diria que são bastante interessantes. Já agora, nós temos uma série de projetos mesmo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para o rio! Porquê? Face àquilo que é expectável e à urgência que nós entendemos... é expectável em termos de fundos que virão neste futuro próximo, relativamente a esta matéria de rios, nós estamos a criar toda uma estratégia de abordagem de rios e com muitos projetos, quase sempre indexados a esta questão das engenharias naturais e, portanto, não de intervenções nos rios a outros níveis. Portanto, trazermos, o mais possível, o rio na sua vertente mais natural e mais endógena e, portanto, repormos tudo isso. E temos rios muito maltratados, durante décadas, décadas, décadas, eu diria que no país, porque efetivamente acabaram-se as intervenções – quando quê? Quando os proprietários confiantes deixaram de o fazer e quando deixou de haver fiscalização capaz. E, portanto, agora não resta outra maneira e outra forma que não sejam as Autarquias e o Governo, com financiamentos, naturalmente, também veiculados através do Governo Central, podermos ir andando. E nós estamos a fazer esse trabalho, e somos já, também, apontados como exemplo em muitos fóruns, como estando a trabalhar muito bem nessa matéria. Eu depois, entretanto, relativamente à questão da estratégia local de habitação e a todas as questões da Marta, o Sr. Vice-Presidente vai responder. E eu estava aqui a ver, e são... escrevi muito, mas, efetivamente... depois, dizer ao Humberto, também, obrigado por tudo aquilo que diz, que é verdade, relativamente à dinâmica desportiva, cultural, que se está a ver esta retoma e que é bastante interessante. E, naturalmente, sobretudo, também estas obras que nós temos em curso, mas aqui também, mais uma vez, uma preocupação! Eu queria partilhar convosco que nós temos obras que lançámos... lançámos empreitadas e que algumas ficaram desertas. E algumas são preocupantes! O Centro Urbano de Fermentelos já é a segunda vez que ficou! Estamos a lançar a terceira vez, e ficou sem ninguém disponível para fazer a obra! E, atenção, da primeira para a segunda vez, subimos significativamente o preço! E esta questão do preço também, naturalmente que é aflitiva, por uma razão muito simples – os preços estão a subir exponencialmente! E há uma coisa que eu sei, as receitas da Câmara não sobem dessa forma, longe disso, e as necessidades são, no mínimo, as mesmas. E, portanto, nós estamos aqui, efetivamente, a apurar aquilo que terá que ser exatamente a boa gestão, e estamos a tentar fazê-lo, no sentido de continuarmos a fazer efetivamente aquilo que é preciso. Uma outra obra que ficou com concurso deserto e que foi aberto na outra semana passada, foi o alargamento da ponte da Aguieira, e depois, a pavimentação daquelas ruas que estão ali muito próximas e que estão degradadas. Fizemos o concurso, ficou deserto, vamos fazer outra vez! Pronto, não há outra solução! Aliás, mesmo aquela questão dos vinte por cento, não apareceu nenhuma proposta válida! Certo? Relativamente, portanto, ao Sr. Presidente Martins da Castanheira, dizer-lhe que, sim senhor, tenho acompanhado o trabalho que tem vindo a fazer, dizer-lhe que muito desse trabalho também já vinha a ser feito antes, é pá, e que, efetivamente, nós percebemos que muitas vezes temos as reuniões, e aqui o nosso lamento, temos as reuniões e parece que às vezes – e isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aconteceu-me N vezes! – que vínhamos com o assunto resolvido, mas ele depois não se resolvia! E, muito sinceramente, eu espero... eu confio! E, aliás, uma das coisas que nos tem que caracterizar enquanto autarcas é exatamente esta... eu diria que esta capacidade de... esta resiliência na luta. Ouvimos muitas vezes: “Não”, “Não”, “Não”, e os processos, quase todos eles, são muito difíceis! Vamos continuar e não vamos desistir! Edson, fazes o favor, está bem? Se me esqueci de alguma coisa, por favor, basta darem-me o sinal que eu lembro-me!” -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal, Edson Carlos Viegas dos Santos – PPD/PSD.MPT:**-----

----- “Boa noite a todos. Eu também vou ser muito rápido, Sr. Presidente! E, respondendo às questões que foram colocadas, e outras nem foram muito bem questões! Em relação à Deputada Marta, eu acho que levantou a questão e deu o esclarecimento. Obrigado por isso também. Em relação à habitação, Paulo Tomás, de facto, estamos a vinte e nove de abril, é uma preocupação a habitação, nós, como já repeti... eu já disse isto algumas vezes, não foi, se calhar, aqui nesta Assembleia! O processo [02:20:00] está... neste momento, da parte da Câmara, está concluído o nosso projeto, vamos convocar a comissão, estávamos à espera que tomassem posse. Vamos convocar a comissão, recolher propostas... algumas das propostas que o PS tem entregue, são, a nosso ver, algo genéricas, mas vamos tentar incluí-las, e vamos depois chamar a comissão, será feito um novo documento, que irá para o IHRU, e antes de ir para o IHRU, será aprovado em reunião de Câmara e Assembleia. E, portanto, fechado o documento, começaremos a trabalhar numa segunda fase. E essa fase, o que lhe posso dizer, espero eu que até... e para não lhe falhar, que eu não gosto de falhar, e para ter assim um prazo alargado, até ao final do ano, isto vai estar concluído. Em relação ao José Vidal, é assim, as contas são o que são, foram-lhes entregues pelos serviços, se tem dúvidas, volto a disponibilizar todos os serviços da Câmara, contabilísticos, sejam quais forem os serviços da Câmara, culturais, para que lhe indiquem quais foram as classificações. Porque se acha que há dúvidas e há despesas que não estão... a dúvida é... nós dizemos que são trezentos e tal, você diz que são quatrocentos e tal, as contas são o que são, não fui eu que lhas dei, foram os serviços e, portanto, se tem dúvidas, volto a dizer, foram entregues e estão... Sr. Presidente, acho que não tenho muito mais a dizer. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Está tudo? Muito obrigado. Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente... portanto, antes de passar aos pontos da Ordem do Dia, eu queria só dar nota de algo que me esqueci há bocadinho e que merece todo o respeito, que há aqui uma substituição que é do Sr. Presidente da Junta de Recardães e Espinhel, Manuel Campos, e está em sua substituição o Dr. João Coelho, portanto, secretário da Junta de Freguesia, fica a constar em ata. E peço desculpa, porque há pouco não me apercebi. Bom, meus senhores... e porque já vai longa, nós vamos então passar aos pontos da Ordem do Dia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- 3.1 Tomada de conhecimento do Relatório Anual de Avaliação da Atividade 2021 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ de Águeda;-----

----- Relativamente a este ponto, o Sr. Presidente da Assembleia prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----”Conforme podem verificar, ou poderão ter verificado na documentação junta para esta Assembleia, foi remetida pelo Sr. Presidente desta comissão, o Sr. Alexandre Oliveira, a informação da atividade da mesma relativo ao ano de dois mil e vinte e um. Mais informa que a reunião da comissão alargada ocorreu em vinte e oito de janeiro, na qual o relatório foi aprovado por unanimidade. O documento integral do dito relatório da comissão é do conhecimento dos Srs. Deputados, em todo o caso, coloco à apreciação e a eventualidade da pertinência de alguma intervenção dos Srs. Deputados sobre este relatório. O Sr. Presidente da CPCJ está presente, muito obrigado, antes de mais, a paciência, de alguma forma, quer já na outra Assembleia, e agradeço, e também lhe presto a minha homenagem até porque, de alguma forma, depois acabou por ter que se ausentar. E agradecer-lhe, igualmente, a presença nesta Assembleia. E eu pergunto aos Srs. Deputados se alguém quer ter alguma intervenção ou algum esclarecimento sobre este relatório? ----

----- **Deputada Olívia Passos:** Eu quero.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Faz favor, Sra. Deputada.-----

----- **Olívia de Sousa Passos – CDS – PP:** -----

----- “Boa noite a todos. Considerem-se todos cumprimentados na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia, dado que o nosso tempo não é muito para expor a situação. O que eu quero perguntar não é propriamente numa situação de crítica! Em primeiro lugar, é para dizer que considero, e a bancada do CDS considera que a CPCJ é, de facto, uma instituição muito importante para o nosso Concelho e que nós reconhecemos que tem feito um trabalho excecional. Aliás, a informação que me veio mesmo do Pedro Vidal, que fez parte da mesma, ele próprio referiu, em sede da nossa reunião, de que foram [02:25:00] incansáveis em fazer o que puderam e o mais que puderam com o nosso Concelho. Eu li o relatório, li-o atentamente, e dei-me conta apenas de três coisas: a primeira é que me parece que ao... parece, não, está lá dito! que ao nível das reuniões alargadas, elas não foram feitas conforme seria previsível, porque elas deveriam ocorrer mensalmente e apenas ocorreram de dois em dois meses, relativamente, porque não é uma certeza. Por outro lado, uma das coisas que ressalta, antes de passar à final, é que me parece um relatório que está satisfeito com tudo, no entanto, há aqui dois fatores que não parecem estar a ser cumpridos, ou pelo menos, que eu acho que a Câmara poderia fazer um pouco mais! Pelo que eu vi no relatório, e o Enfermeiro Alexandre pode confirmar, há uma dificuldade em termos de atribuição de computadores, parece que não há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

computadores que cheguem para todos os elementos da CPCJ, que certamente necessitarão deles para fazerem melhor o seu trabalho, porque quanto mais gente a trabalhar, melhor. Não acho que seja assim uma despesa tão grande que de facto a Câmara não possa suprir, no sentido de dotar a CPCJ com esses elementos, que são muito importantes. Por outro lado, e parece que não, e parece que é uma coisa pequenina, e é pequenina em termos de não se arranjar, que é o facto de a CPCJ não ter um destruidor de papel. É que, de facto, parece uma coisa tão pequenina, mas que tem a ver com uma coisa muito grande, que é a proteção de dados! Como é que é possível a CPCJ, que lida com situações que são de cariz sigilosa, não tem um destruidor de papel? Por amor de Deus, Sr. Presidente! Arranjem um destruidor de papel, porque é importante! Eu não sei se foi pedido, atenção! Se calhar, o Enfermeiro Alexandre poderá referi-lo! Eu não sei se ele foi pedido, mas a verdade é que isto tem muito a ver! Porque senão, um desses dias apanham-se aí alguns papéis na rua, independentemente, e peço desculpa, porque eu não sei em concreto como é que fazem, de certeza que devem tomar as providências necessárias para que os papéis não venham a lume, nem venham a conhecimento de ninguém, mas pode acontecer! E, um desses dias, temos aí alguém a ver o seu nome aí espalhado porque não foi devidamente destruído. É só esta pequena achega! Porque, de resto, eu acho que fazem um trabalho excecional. Também reparei, através da leitura do relatório, que, infelizmente, houve um aumento na questão da violência doméstica – não é, certamente, da responsabilidade de um mau trabalho, não, pelo contrário! Todos nós sabemos que o Covid veio agravar sobremaneira a questão da violência doméstica, podemos concluir que é melhor, realmente, cada casal ter o seu trabalho e não estarem muito tempo juntos em casa, porque senão, dá sarilhos. Já sabemos, isso foi referido ao nível das estatísticas! E é muito bom que todos tenham trabalho e cada um vá para o seu lado e que só se vejam à noite, senão, as coisas ficam conflituosas. Daqui que eu... é o que eu digo, há de facto a violência doméstica, mas é um facto que eu não posso de maneira nenhuma atribuir à CPCJ, porque muito fazem eles! É, de facto, um instituto muito importante para o nosso Concelho! Apenas me resta fazer uma pergunta ao Enfermeiro Alexandre! O CDS está pronto para ajudar no que for necessário, e tenho a certeza que o Município também e o Executivo também! A pergunta muito concreta que eu faço ao Enfermeiro Alexandre é: o que é que este Município pode fazer de mais... ou melhor, eu faço primeiro uma outra pergunta! O relatório é muito positivo, parece que está tudo bem, e a pergunta que eu faço é: está mesmo tudo bem? Será que não há mais nada que o Município possa dar para melhorar ainda mais aquilo que vocês fazem com tanto valor e com tanta dedicação? Porque é preciso ver que grande parte dos elementos que fazem parte da CPCJ não ganham dinheiro! Dispõem das suas vidas pessoais, saem da sua vida familiar para estarem ali e ajudarem a resolver problemas dos outros! Que são problemas dos outros que acabam por ser todos nossos, também, da sociedade, porque acaba por haver aqui um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

envolvimento social muito grande. Portanto, era esta a pergunta que eu queria fazer! Se, de facto, está efetivamente tudo bem, tirando aqueles pequenos apontamentos, que parece uma gota de água no oceano, ou se de facto o Município, ou a CPCJ, ainda precisará de mais, e o que é que o Município lhes poderá dar [02:30:00] para que possam ser ainda melhores do que aquilo que já são efetivamente? De qualquer forma, eu, pessoalmente, como advogada e como pessoa, agradeço o trabalho que vocês fazem, porque é de facto um trabalho que é preciso ter muito estômago para o fazer e saber ter muito jogo de cintura para poderem lidar com esse tipo de situações. Se ainda estiver em tempo, e ainda no âmbito desta situação, porque pode estar interligado, há uma pergunta... uma pergunta, não! Queria lembrar o seguinte: porque é que nós, Município de Águeda, ainda não temos um Conselho Municipal de Segurança? Porque é que não o temos? A CPCJ seria um dos elementos que, naturalmente, e de forma muito eficaz e muito importante, faria parte desse Conselho Municipal. Mas a questão é a seguinte: há que dar aos nossos cidadãos uma sensação de segurança, há que os dotar de uma sensação de poderem circular livremente pela nossa cidade, e nós não o podemos fazer! Cada vez mais, a nossa população é idosa, nós caminhamos... é todo um problema que também está interligado com a saúde, que há pouco falaram! Nós precisamos de saber que podemos andar ainda na rua, nós temos que saber que os nossos filhos ainda podem jogar futebol sem terem os pais em cima deles, nós temos que garantir isso! E a verdade é que o Conselho Municipal de Segurança poderia ajudar nesse sentido, atendendo às entidades que podem fazer parte dele. Para quem nos está a ouvir através da Águeda TV, eu queria apenas deixar esta nota, e quando eu passar o meu tempo, avisam-me e eu...-----

----- **Presidente da Assembleia:** Ó Dra. Olívia, não tem a ver o passar do tempo, tem a ver com... nós estamos num tema e depois vamos desvirtuar tudo isso!-----

----- **Deputada Olívia Passos:** Não vamos, não! Eu, não! Porque eu não tenho mais nada para dizer, nem vou criticar, nem vou fazer nada! Eu não vou fazer nada! Eu nem quero resposta nenhuma! Até porque o que eu estou a perguntar é a lembrar! Porque é assim, nós temos aqui Aveiro ao lado, e o primeiro Conselho Municipal de Segurança de Aveiro foi constituído em mil novecentos e noventa e oito, logo aquando do surgimento da Lei 33/98 de 16/07! E depois, em dois mil e dois, Aveiro votou o regulamento definitivo, e depois, com a alteração, em doze do doze de dois mil e catorze, voltaram a refazer o regulamento! Porque depois, entretanto, a lei 33/98 sofreu uma alteração com a lei 106/2015, que passou a abranger os acidentes de viação.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Está bem, mas o que é que isso tem a ver com a CPCJ?-----

----- **Deputada Olívia Passos:** Tem a ver com o seguinte: a criação do Conselho Municipal de Segurança tem vários elementos que fazem parte dele...-----

----- **Presidente da Assembleia:** Certo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Deputada Olívia Passos:** ...um deles é a CPCJ, e está intrinsecamente ligado à questão da violência doméstica, porque...-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sra. Deputada, conclua!-----

----- **Deputada Olívia Passos:** Não! CPCJ, diz respeito à violência doméstica entre crianças e jovens em perigo, que também há violência doméstica! Ai, há, há! Está na lei, está cá!-----

----- **Presidente da Assembleia:** Está bem, certo. Conclua! Conclua, por favor!-----

----- **Deputada Olívia Passos:** Está cá! Portanto, nós precisamos que... e é assim, se nós estamos perante uma violência doméstica em que estão incluídas crianças e jovens em perigo, é evidente que esta violência doméstica se vai estender a quem maior também se encontra em casa! Portanto, a CPCJ... e, aliás, devo-vos dizer – se forem ver o regulamento do Conselho Municipal do Porto, de Braga e de montes de Municípios deste país, a CPCJ consta como um dos elementos para contribuir para o Conselho Municipal de Segurança.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito bem, é uma sugestão!-----

----- **Deputada Olívia Passos:** E é assim... eu termino aqui! Eu não estou a exigir, não estou a pedir, não estou a fazer nada, estou a dizer para lembrar, porque, se tantos Municípios no nosso país já têm isto, porque é que nós não temos? E porque é que não nos aliamos a uma CPCJ, que também precisa deste tipo de ajuda? É só isto que eu estou a dizer! E está na lei, sim senhora! Está bem?-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigada, Sra. Deputada. Muito obrigado. Mais alguém quer usar da palavra? Sr. Deputado José Vidal, faz favor.-----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, é pena que não tenha sido aqui projetado alguma das situações, porque nós lemos os documentos, mas esquecemo-nos! Há aqui dois ou três pontos fundamentais em relação à CPCJ! Não sei se o Sr. Presidente da CPCJ depois poderá responder a isto numa intervenção síntese, mas gostaria, por exemplo, [02:35:00] de saber, não sei se tem hoje presente, o número de processos, hoje! É que este relatório é de dois mil e vinte e um e, segundo aquilo que me apercebi, só nos primeiros quatro meses, duplicaram o número de processos! Isto é... duplicaram, não aumentaram! Em algumas situações, duplicaram o número de processos. Portanto, a situação é preocupante, porque os técnicos, aconteceu-me quando eu lá estive nalgumas situações, e acontece neste momento quando lá estão, há técnicos com cinquenta processos! E um processo não é receber o processo – o processo é recebê-lo, é falar, é ouvir as pessoas, é ir a casa delas, é fazer as situações, é falar com as escolas... um processo! Há pessoas que estão perto dos cinquenta processos, acho eu, o Enfermeiro Alexandre, a Dra. Isabel Ferreira... portanto, há várias... Santiago! Há várias pessoas, portanto, com esses problemas! Portanto, um dos problemas da CPCJ que aparece ali é: falta de recursos e falta de atribuição de horas. E um dos problemas que a Câmara pode resolver, se tiver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

possibilidades, é que... o representante da Câmara Municipal, que é uma entidade obrigatória, só está sete horas na comissão, portanto, está muito menos tempo do que deveria e de que já esteve. Portanto, já tivemos representantes, na comissão, da Câmara Municipal, com vinte e uma horas na comissão. E atenção, que eu estive lá muitos anos, que as vinte e uma horas não são vinte e uma horas! Há semanas de trinta, quarenta, cinquenta horas! Não há nenhum dia, e o Sr. Presidente está ali, que agora é Presidente, em que ele cumpra o horário. Não há nenhum dia em que a Isabel cumpra o horário. Não há horário! O horário é às seis, é às sete, às oito... algumas vezes, extraordinariamente, algumas às duas da manhã, não é? Como chegámos... portanto, atenção aqui, é mesmo uma predisposição! Primeira coisa, que haja um reforço de horas das entidades que colaboram com a CPCJ. E mais! Há entidades que colaboram de forma voluntária! O CENSE e outras, que colaboram... há representantes, mas também há voluntariado! Portanto, é preciso ver se a Câmara consegue, dentro dos seus recursos humanos, aumentar o número de horas da sua participação! Aqui está uma situação da Câmara! A outra situação da Câmara é aquela eterna situação que temos vindo a falar – um veículo descaracterizado para a CPCJ. Perdeu-se uma oportunidade agora, que houve a aquisição de vários carros novos, e os dois, que foram devolvidos, um por quatro mil euros, outro por dois mil euros, um deles poderia ter ido para a CPCJ, eventualmente... não sabemos se estaria demasiado estragado ou não, mas poderia, porque a CPCJ precisa de um carro de imediato, e esse imediato é dentro do Concelho, portanto, não são grandes distâncias, não são grandes viagens. E descaracterizado, porque tivemos, quando eu lá estive, N situações, e continua-se a ter, sempre que formos em carros da Câmara, a confusão com os serviços da Câmara e, portanto, uma certa confusão de processos, além de não cumprirmos a privacidade, não cumprirmos determinado tipo de situações, porque sabemos que a Câmara lá está. Aliás, dizem que são da Câmara e confundem-nos com essas situações. Portanto, foi pena! Um dos pedidos que já fizemos aqui muitas vezes à Câmara é: quando houver oportunidade, que seja atribuído um veículo à CPCJ e, nessa altura, descaracterizado. O resto, a Autarquia tem disponibilizado um veículo sempre que pode, às vezes não está e temos que vir buscar, e isso é tudo uma questão de comodismo – nós estamos num processo, temos que vir à Câmara e buscar a chave, pôr cá... às vezes fica lá, portanto, não há problema nenhum, à noite, agora já está resolvida essa situação, fica lá, mas não é solução! A solução é, logisticamente, a Autarquia apoia tudo o que é possível e, neste momento, falta mesmo quase... quanto a mim, para o básico, isso. E o número de horas! Portanto, em relação à tipificação dos crimes – na minha fase inicial eram os problemas dos miúdos nas escolas e nas famílias, neste momento, a violência doméstica é galopante, passou à frente de tudo e de todos, e esmaga totalmente, e atenção que isto é só o que nós... que é descoberto! Portanto, é um caso muito mais grave... a Dra. Olívia disse ali: “O que é que se pode fazer mais?” – eu não sei, mas há aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

uma situação que a Autarquia também tem... a Autarquia e as Autarquias, que é a questão, por exemplo, disto: nós precisamos, muitas vezes, de habitação para resolver uma situação de uma criança, para que ela depois não possa ser retirada por falta... precisamos de habitação e não há habitação! [02:40:00] Tivemos situações com a Câmara, quando eu lá estive, em que nós não conseguimos resolver a situação de um caso grave, que depois foi acabado, foi encerrado, foi aberto o processo outra vez e está na mesma, e se um dia destes houver uma desgraça e cair o telhado em cima da criança, a culpa é da CPCJ, que já teve o processo mais do que uma vez, não resolveu, das entidades, de quem é? O problema é que... não é da criança, a culpa, certamente! Mas continuamos com grandes problemas é nas respostas imediatas! E às vezes temos que ter aquele golpe de asa, que tem que ser imediato! Tem que ser! É pá, aluga-se uma pensão, aluga-se um hotel, faça-se o que quiserem, é de imediato! Há uma disponibilidade da Câmara, pelo menos, enquanto eu lá estive, houve e continua a haver, para resolução dessas situações de imediato, e ainda bem, mas temos que arranjar algumas soluções, porque temos muitos casos que dependem de condição mínima digna de habitação. Estamos a falar de habitações – atenção! No século XXI, acho eu, já, que vamos, não é? – sem casa de banho! Com telhados a cair! Com telhados a cair! Em que eles vivem todos numa mesma divisão! Não é só um caso, dois, três... há muitos! É um problema gravíssimo! Desculpe lá ser muito completo. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Não, Sr. Deputado. Muito obrigado. Estão terminadas as intervenções, presumo eu. Portanto, Sr. Enfermeiro Alexandre, eu agradeço-lhe a sua disponibilidade e... venha então usar da palavra, por favor!-----

----- **Enfermeiro Alexandre Oliveira - Presidente da CPCJ de Águeda:** -----

----- “Obrigado, Sr. Presidente. Considerem-se todos convidados... eu gostava de dizer aqui, antes de poder responder, que é com algum orgulho que estou aqui e poder partilhar convosco algumas das questões que foram aqui colocadas, mas também do trabalho e do que é a CPCJ para os seus comissários, e também o trabalho que é feito junto com as famílias e com as crianças. Em relação às questões colocadas, e é mais fácil responder por aí, depois colocar... falarmos nas outras, que são de índole mais complexa. A comissão alargada reuniu, sensivelmente, de dois em dois meses, porque eram... fizemos sete reuniões e foi as que foi possível conseguir realizar, e tem a ver muito com o trabalho que nós temos. Nós temos duas reuniões mensais na comissão restrita, que é onde trabalhamos os casos e analisamos os casos, e fazemos as... e tomamos as decisões. E depois, tivemos mais treze reuniões extraordinárias, portanto, mais do que uma por mês, para resolver situações de urgência ou emergência que foram surgindo. E, portanto, fizemos as que foram possível realizar. Realizámos as que são obrigatórias em termos de cumprimento do que a legislação nos obriga, e depois, foram ainda conseguidas fazer mais algumas, no sentido de partilhar, quer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

processos com todos os comissários e com todos os representantes da comunidade, que estão na comissão alargada, e fazer também a divulgação das atividades que fomos exercendo ao longo do ano. Relativamente à questão de estarmos satisfeitos – sim, estamos satisfeitos, porque, apesar das dificuldades, todos os comissários que estão lá dão o seu melhor e dão muito mais do que aquilo que a lei e que o seu horário de trabalho lhes pede. Ao contrário de o que se pode pensar, temos duas pessoas, neste momento, que dão efetivamente do seu tempo pessoal para trabalhar na CPCJ. Todos os outros são elementos que são representantes, ou de institutos, ou de Ministérios, ou de organizações da própria comunidade, das IPSS. É evidente que nós temos um horário de trabalho de 35 horas, mas como já foi dito, o nosso horário de trabalho é aquele que é necessário para irmos dando conta dos processos que temos. E, sim, o horário de trabalho é o que nós vamos conseguindo e querendo fazer, e umas vezes são 40, outras vezes são 50, e enquanto todos **[02:45:00]** estivermos a trabalhar como equipa, que é a nossa mais-valia, que é uma coisa que eu hoje vi aqui na área da saúde, todos tentarem trabalhar em equipa no sentido de resolver algo, nós, lá, fazemos isso diariamente. E só assim é que conseguimos dar resposta aos problemas, que são complexos, como compreenderão. As questões relativamente ao destruidor de papel e à questão do sigilo, e aos PC, posso dizer que a questão do destruidor de papel já surgiu, já foi feito o pedido e já foi respondido, portanto, neste momento, está solucionado, já há algum tempo. A questão dos PC está em resolução, já está a ser feito... foi feito um pedido e está a ser feito o estudo, no sentido de reorganizar, quer a rede informática, quer a questão de substituição ou acrescento dos PC para trabalharmos. E posso acrescentar aqui também que, a questão das horas que estamos aqui a falar, no sentido de aumentar o número de horas, há um protocolo entre o Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Segurança Social e dos Municípios, com a Comissão Nacional, no sentido de aumentar o número de horas afetas por cada comissário na comissão restrita, até ao final deste ano. Portanto, no final deste ano, no máximo dos máximos, todos os horários dos comissários que estão lá, nomeadamente, do Ministério da Educação, que está a tempo inteiro, do Ministério da Saúde, que é o meu caso, que estou a tempo inteiro porque sou Presidente e, em Águeda, como o número de crianças é superior a cinco mil, nós temos direito a ter o Presidente a tempo inteiro. Portanto, este ano, a partir de junho, a CPCJ ganhou mais vinte e oito horas de um comissário, neste caso, o meu. Mas depois, o da Câmara Municipal, o representante da Segurança Social e, eventualmente, também, o representante das IPSS de carácter não residencial, poderão, segundo o protocolo, passar para vinte e oito horas a partir de dezembro, que é o prazo limite. É evidente que já se poderia ter aumentado este número de horas, mas é o que temos neste momento, as coisas estão melhores a partir de junho e, previsivelmente, a partir de dezembro também irão aumentar essas horas. Os comissários que lá estão são pagos, logicamente, pelos serviços de origem, portanto, não há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

dinheiro, não há orçamento para o funcionamento da CPCJ no que diz respeito ao pagamento dos seus comissários. E, sim, o relatório é positivo. Posso afirmá-lo que sim, porque o relatório espelha números, apenas, sim, só que estes números representam crianças, representam vidas onde nós tentamos fazer a diferença. Nós tivemos trezentos processos, o ano passado, em atividade, e é evidente que haverá lá uma dúzia que serão situações que, ou nem nos deram muita preocupação, ou que foram arquivados muito rapidamente, mas todos os outros foram de complexidade. Mais de metade deles tiveram de ir à aplicada, o que quer dizer que tiveram acordos de promoção junto dos pais, junto de entidades de acolhimento, de outros familiares. E, portanto, todos esses processos são complexos, demoram sempre para cima de um ano e meio, ou até um ano e meio, de trabalho e de acompanhamento. Portanto, é esse o nosso trabalho. E é positivo, porque nós damos o nosso melhor, todos, e isso vai fazendo a diferença na vida das crianças e na das famílias. O que é que o Município pode fazer mais? O Município tem feito a parte dele no que diz respeito ao funcionamento, que é o apoio ao funcionamento. Sim, tem dado a resposta que nós temos vindo a requerer. Pode fazer mais? Sim, a questão das vinte e oito horas pode... está com sete horas, neste momento, o representante do Município, pode ir aumentando até às **[02:50:00]** vinte e oito horas, até ao final do ano. E, a partir do final do ano, cumprindo o protocolo, passará às vinte e oito horas por mês. Sim, poderá, eventualmente, avançar para aí. Quero agradecer o elogio que... agradeço em nome da equipa, mais uma vez, da CPCJ, logicamente. A questão do Conselho Municipal de Segurança que fala, sim, é evidente que, se houver um Conselho Municipal de Segurança, a CPCJ vai estar, e as preocupações da CPCJ são transversais a muitas outras instituições deste concelho, não é? Tão importante como isso, e porque, quando as situações chegam à CPCJ, já foram trabalhadas ao nível da primeira linha, junto de IPSS, junto das escolas, as escolas foram dotadas também com psicólogos e com assistentes sociais, que também estão a iniciar ou já iniciaram trabalho de proteção das crianças. As IPS têm esse trabalho, já fazem algum desse trabalho e acompanhamento de famílias há alguns anos. A Câmara, a nível da saúde... e, portanto, uma das coisas que nós temos vindo a reparar é que, quando nos aumentam o número de processos e, nos primeiros três meses, eles duplicaram relativamente ao ano passado. Este mês já está estabilizado relativamente ao mesmo período do ano passado, mas duplicaram nos primeiros três meses. E, quando duplicam connosco, também aumentam nas entidades de primeira linha! Uma coisa que pode ajudar, não digo a diminuir, mas pelo menos a acompanhar e a resolver mais rapidamente, será, por exemplo, a questão da partilha da informação e do trabalho conjunto destas entidades todas, a um nível da primeira linha, que poderá passar por uma maior atividade da rede social do Concelho. O Conselho Municipal de Segurança tem uns objetivos, logicamente, mas a rede social tem um trabalho diário junto com estas crianças e com estas famílias e, portanto, poderemos também avançar por aí,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

parece-me. Relativamente ao número de processos, já falámos. Sim, o número de processos por comissário, nomeadamente, no meu caso e da Dra. Isabel, que estamos a tempo inteiro, é evidente que ultrapassa, e depois, quando ultrapassa, o que é aconselhável de gerir por cada um de nós, os colegas, a seguir, também! Portanto, isto é uma escada! Se nós temos o máximo que podemos, porque estamos a tempo inteiro, os outros a seguir vão tendo que fazer o mesmo. E isso é algo que nós fazemos naturalmente! Eu não me lembro, em nenhuma circunstância, um colega recusar um processo que está a ser distribuído, e nós temos reuniões de distribuir quinze, dezasseis, dezassete, dezoito processos por cinco, seis pessoas, para acumular, e não me lembro de nenhum colega recusar porque já tem muitos! Pode queixar-se, claro, sim, mas recusar, não. E deixar de dar o seu melhor pelo facto de ter muitos processos, também não. Portanto, essa é uma garantia que eu deixo aqui – toda a garantia trabalha o máximo que pode e dá o seu melhor. Muito para além, como eu disse, das trinta e cinco horas! Portanto, o maior problema neste momento, podemos considerar que, sim, é o número de horas disponíveis, porque o número de casos também está a aumentar, e isso é uma coisa que nós esperamos que no próximo ano melhore, ou pelo menos, substancialmente, melhore. A questão da tipificação do perigo e relativamente à violência doméstica, sim, podemos ver... no ano passado já era bastante superior e, este ano, as coisas continuam na mesma linha, sim. Há aqui muitos problemas! Esta é uma situação que não sei... nós resolvemos a prevenção junto da criança, mas, todas as situações de violência doméstica entre adultos, onde existam crianças, mesmo que não tenham presenciado, são-nos sinalizados pela GNR. E, portanto, a partir daí há um trabalho que tem que ser feito junto da criança, no sentido da proteção, mas também junto dos adultos, e aí, a primeira linha, normalmente, é pedida a sua colaboração. E, mais uma vez, não é só uma entidade que tem que trabalhar, porque isto é uma situação muito complexa que implica o trabalho de muitas áreas da comunidade. E, mais uma vez, o trabalho de parceria e de conhecimento dessas entidades facilita. E, portanto, isso parece-me que é um dos caminhos que... [02:55:00] porque isto não vai melhorar, muito sinceramente! Isto está ainda a piorar um pouco. E, portanto, temos que dar respostas aos problemas que a sociedade vai tendo. Isso é o que me parece que tem que acontecer. Relativamente ao veículo descaracterizado... a questão do veículo, é assim, nós não temos tido... penso que aconteceu, em três anos, nós precisarmos de um carro e ele não estar disponível, uma situação! Se aconteceu! Portanto, o carro... nós temos tido sempre um carro disponível por parte da Câmara. É evidente que há uma recomendação da Comissão Nacional para que ele seja descaracterizado, é uma recomendação. Ainda não foi possível, vamos continuando a usar o carro que é disponível, porque, a esse nível, tem sido sempre disponibilizado pelo Município. Não sei se respondi a todas as questões.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Então, em nome desta Assembleia Municipal, agradecer-lhe a sua presença e as suas explicações, e apresentar as minhas desculpas pessoais por alguma coisa que, eventualmente, tenha corrido menos bem, está bem? Muito obrigado. Muito obrigado e boa noite. -----

-----Sr. Presidente... ia-lhe dar a palavra, ou a alguém do Executivo que quisesse falar. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** ...queria, naturalmente, pedir à Sra. Vereadora para falar sobre esta temática da CPCJ, que, naturalmente, ela segue com muita atenção. -----

----- **Marlene Domingues Gaio – Vereadora:**-----

----- “Sim. Boa noite a todos. Sigo, naturalmente, com muita atenção, e os que estão aqui, também com muita atenção, sabem porquê – tenho uma relação muito próxima e, de alguma forma, também muito especial com a CPCJ, mantenho os contactos profícuos com o Sr. Enfermeiro, Presidente da CPCJ e, portanto, muito embora ele tenha já esclarecido a maior parte das situações que foram aqui colocadas, é de facto uma prioridade do Município continuar a apoiar, da forma que o Sr. Presidente da CPCJ aqui elencou, o seu funcionamento, através da disponibilização, no fundo, de três funcionários, porque, para além de duas funcionárias administrativas, uma técnica superior e uma assistente operacional, existe de facto uma técnica disponibilizada pelo Município, que é a tal que faz as tais sete horas semanais e que, no final do ano, passará para as vinte e oito horas mensais. Eu quero só esclarecer que, para além das sete horas semanais, existem também outras horas que esta técnica disponibiliza à CPCJ! Ainda esta semana, na quarta-feira de manhã, esta técnica esteve também a prestar este serviço. Portanto, sempre que é solicitada, esta técnica, para além das horas a que está afeta, vai acompanhando sempre a CPCJ. Relativamente ao veículo, reitero aquilo que o Sr. Enfermeiro disse, nós temos um relatório de acompanhamento de todos os veículos e, portanto, existem utilizações quase diárias e não temos nota de que... pelo menos, desde que eu tomei posse, de qualquer incidência relativamente a essa questão. Quanto aos computadores, o Sr. Enfermeiro também já esclareceu. A destruidora de papel já foi disponibilizada. Os computadores ainda não foram, porque houve uma solicitação do Sr. Presidente da CPCJ, porque, contrariamente àquilo que eu achava que acontecia, a própria Comissão Nacional não disponibiliza um sistema com a proteção de dados que o assunto merece. Como disse aqui a Dra. Olívia Passos, e muito bem, são matérias sensíveis, altamente sigilosas, e nós julgávamos que a própria CPCJ nacional fornecia às CPCJ locais esse sistema. Soube pelo Sr. Enfermeiro que tal não acontecia, ele já nos veio aqui colocar essa questão e, portanto, o Município está a trabalhar nesse assunto. E, portanto, quando disponibilizar os computadores e os tablets que ele também nos solicitou, para que os técnicos possam trabalhar também no primeiro andar do edifício com acesso à internet, que a proteção de dados esteja devidamente [03:00:00] assegurada. E depois, terminar aqui, só dizendo e agradecendo muito ao Sr.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Presidente da CPCJ, sobretudo porque, na sua entrevista e no seu último parágrafo, e para que todos percebam efetivamente a relação que existe entre nós, termina, dizendo que a Câmara Municipal de Águeda tem dado resposta positiva às necessidades do funcionamento da CPCJ e ajustado esse apoio quando necessário e solicitado. E, por esse facto, agradecendo o seu trabalho, o trabalho que tem desenvolvido à frente da CPCJ desde que iniciou o seu mandato, e desejando, naturalmente, que a nossa relação possa continuar a ser profícua a nível institucional e pessoal, já agora também. Obrigada.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sra. Vereadora, peço desculpa. O Sr. Presidente também quer usar da palavra, ou não?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Não. Relativamente a esta matéria... penso que está tudo devidamente esclarecido. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito bem. Ponto 3.1, portanto, está ultrapassado. -----

----- **3.2 Tomada de conhecimento do Relatório Semestral - 2.º Semestre 2021.** -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:** -----

----- “Muito obrigado, Sr. Presidente. Agora, cumprimentando o Sr. Presidente, as Sras. Secretárias da Mesa da Assembleia, Caros Membros da Assembleia, Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Excelentíssimos Membros do Público que aqui estão presentes e os que nos acompanham pela Águeda TV, vejo aqui um soberano também; Excelentíssimos Representantes dos órgãos de comunicação social... as minhas saudações para todos. Caros concidadãos, o assunto que aqui me traz é a tomada de conhecimento do relatório semestral do segundo semestre de dois mil e vinte e um, que é um relatório produzido por uma entidade externa, contratada pela Autarquia, como acontece, de uma forma geral, com os organismos públicos e com as empresas, nomeadamente...e designadamente também as empresas financeiras, e que são instituições que realizam com independência, porque são independentes, o trabalho precioso de fazer a auditoria às contas destas entidades, uma auditoria que se pretende rigorosa e independente, que nos permite depois ter mais segurança nas tomadas de decisões... porque, só para vos dar um exemplo, e isto, naturalmente, não esgota aquilo que eles têm de fazer. O relatório de contas da Autarquia relativo ao ano de dois mil e vinte e um que vamos apreciar no ponto seguinte da ordem de trabalhos tem dois mil e cinquenta páginas. Naturalmente, nenhum dos membros desta Assembleia, a não ser um rematado mentiroso vai dizer que leu as dois mil e cinquenta páginas. Agora, é trabalho dos auditores, dos revisores oficiais de contas acompanharem a atividade do Município, inteirarem-se dos documentos, fazerem esse acompanhamento, e depois sintetizarem num relato simples como decorreram as contas do Município. Há dois relatórios habitualmente: um do primeiro semestre e outro do segundo semestre. O relatório relativo ao segundo semestre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

espelha as contas praticamente do ano todo. Eu fiz esta introdução, para que se perceba a importância que tem **[03:05:00]** o revisor oficial de contas, o auditor externo, que faz este serviço de auditoria, e que, depois, entre outras coisas, faz também a certificação legal de contas. Ou seja, uma das coisas que faz é certificar a conformidade legal das contas do Município. É um trabalho importante para o Executivo, porque, muitas vezes, pode permitir encontrar falhas ou erros que, de outra forma, não seriam encontrados e, portanto, permite corrigir e prevenir novos erros. E é também de certeza muito importante para nós, porque nos traz informação útil já trabalhada, muitas vezes ajuda a compreender quais são os elementos mais importantes da informação financeira e, portanto, são, para nós, uma informação preciosa. Esta introdução é feita porquê? Pela primeira vez... pode ter havido erros em muitos anos, mas pela primeira vez, tive o desagrado de encontrar erros materiais nesta informação. Eu não sei se os Srs. Vereadores e o Sr. Presidente da Câmara têm à sua frente o documento de catorze páginas, catorze páginas, que tem este relatório semestral. Se tiverem, eu posso indicar-vos onde estão as inconformidades ou desconformidades que eu detetei e que, eventualmente, depois até podem ter uma explicação simples. Mas sem serem explicadas, eu não as consigo compreender. Em primeiro lugar, já foi noutros anos apontada a questão do gráfico que aparece sobre as verbas orçamentadas em dezembro do ano e do ano anterior. Quer dizer, pouco me importa o orçamento em finais de dois mil e vinte e um. Talvez seja uma informação importante para ter em conta no orçamento de dois mil e vinte e um ou dois mil e vinte e dois, mas na apreciação das contas, interessa-me essencialmente a execução. Por um lado, aquilo que está orçamentado, muito bem, mas, no primeiro orçamento votado, não no último orçamento corrigido. E interessa-me sobretudo a execução, a diferença de execução de um ano para o outro. Acho que isso é mais relevante. No entanto, resolvem fazer gráficos com aquilo que consta nos orçamentos no último dia de dezembro do ano... reparem que o do ano passado foi aprovado no dia vinte e sete. Portanto, interessa-me pouco saber o que é que consta no orçamento a três dias de fim do ano. O orçamento é uma previsão. Daí a três dias, o orçamento acabou, está concluído. -----
----- Bom, o ponto doze deste relatório refere-se à estrutura de gastos, e diz: "em termos globais, verifica-se um aumento..." - eu vou arredondar os números - "... de um virgula oito milhões de euros em relação ao verificado em dois mil e vinte. Esta variação resulta do aumento da rubrica «fornecimentos e serviços externos», cresceu seiscentos e três mil euros face ao período homólogo do aumento da rubrica «transferências e subsídios concedidos», que aumentou seiscentos e três mil euros comparativamente ao valor de dois mil e vinte; e ao aumento da rubrica de «Gastos de depreciação e de amortização», que cresceu trezentos e cinquenta e oito mil euros face ao período transato". Nós temos aqui dois problemas: o problema é que, se somarmos seiscentos e três mil, com seiscentos e três mil e com trezentos e cinquenta e oito mil, vamos ficar longe do um milhão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

oitocentos e quarenta e dois. Portanto, há um erro nesta soma. Mas há pior: é que, obviamente, um dos valores aparece repetido. O valor dos «fornecimentos e serviços externos», só por uma coincidência incrível é que seria idêntico ao das «transferências e subsídios concedidos». O valor, parece-me que é menor, que anda à volta dos quinhentos mil euros. Mas, ainda assim, a soma ainda fica pior. É que se eu somar [03:10:00] seiscentos mil com quinhentos mil, com trezentos e cinquenta mil, não vou ter, de forma nenhuma, um milhão oitocentos e quarenta e dois mil. Portanto, temos um erro, que é uma duplicação, aparentemente é assim que eu a interpreto; mas depois, temos uma soma que não corresponde, de forma nenhuma aos valores, mesmo que a gente procure corrigir o valor que causaria a diferença. Isto é complicado. Continua o texto: "as transferências e subsídios concedidos ascenderam a cinco milhões oitocentos e oitenta e cinco mil euros que corresponde a vinte vírgula quinze por cento dos gastos suportados em dois mil e vinte e um. Em dois mil e vinte, a mesma rubrica fixava-se em cinco milhões trezentos e sessenta mil euros, um aumento de seiscentos e três mil oitocentos e sessenta e quatro euros". Mas é que não, é que não. É que, se retirarmos aos cinco milhões oitocentos e oitenta e cinco os cinco milhões trezentos e sessenta, o que resulta é os quinhentos e vinte e quatro mil oitocentos e quarenta e um que, aliás, é aquilo que consta também no mapa a que corresponderia este texto. Portanto, dá-me ideia que aqui também há um engano. ---
----- E depois, no ponto 12.2, começa-se: "no que diz respeito à rubrica de «fornecimentos e serviços externos», verifica-se um acréscimo de seiscentos e três mil oitocentos e sessenta e quatro euros, sendo que os principais aumentos que constam nas suas rubricas de seis mil... perdão, seis dois quatro, honorários..." - portanto, estes seis dois quatro é o código da conta - "... seis dois três nove, «artigos de higiene e limpeza»". Só que o problema é que isto é acompanhado por esta tabela que lista as contas, ok? Onde podem ver, logo aqui no topo, que a rubrica sessenta e dois, que aqui aparece escrita "subcontratos e parcerias", na realidade, corresponde aos "fornecimentos e serviços externos".-----

----- **Presidente da Assembleia:** Peço que conclua, Sr. Deputado.-----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** "Eu avisei que havia matérias complexas, e depois, quando chegava a altura de discutir assuntos complexos... eu posso calar-me, ok? A questão, abreviando, é muito simples: nós, neste documento... nós, neste documento, temos "gatos", ok? Que eu dou de barato que sejam de escrita. Agora, o que eu não posso admitir de um auditor externo das contas do Município, de uma entidade pública é erros de cálculo, erros na designação das rubricas, porque isso tem a ver com números, ok? Não se consegue compreender como é que aparece este erro aqui, a não ser que algum pirata informático tenha invadido a empresa e tenha decidido boicotar o trabalho de alto a baixo! Não se compreende! Não se compreende como é que a rubrica de «artigos de higiene e limpeza», que deverá ser de seis mil duzentos e qualquer coisa, mas não é de certeza a de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

seis mil duzentos e trinta e nove que aqui está; nem a de seis mil duzentos e dezassete é de «espaços de desporto, cultura e lazer». É seis mil duzentos e dezanove. Estavam quase lá, mas não acertaram. E a questão, Sr. Presidente da Câmara, é esta: que confiança posso eu ter neste momento olhando para isto assim... e sem ter boa explicação, que confiança posso eu ter no trabalho realizado por estes auditores? E mais: como é que é possível que nem o Sr. Presidente da Câmara, nem o Sr. Vice-Presidente com o pelouro financeiro, nem ninguém dos serviços da Autarquia tenha reparado nisto? Ou então, repararam e trouxeram-nos aqui isto, para nós darmos conta que é isto mesmo que se passa! [03:15:00] E então, nessa altura, nós só temos de dizer, Sr. Presidente da Câmara Municipal: a responsabilidade é sua. A responsabilidade de fazer cumprir os contratos e os termos dos contratos que a Autarquia assina com os fornecedores externos é sua. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, quer já usar da palavra?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT** -----

----- “Sr. Presidente, nós... para que toda a gente perceba e perceba muito bem o funcionamento das contas e da contabilidade da Câmara, queria-lhe dizer que este relatório, naturalmente, é um relatório legal e da inteira responsabilidade e construção de uma empresa que me dizem externa, que nos acompanha enquanto revisores oficiais de contas, que chegaram à Câmara Municipal de Águeda por concurso público e, portanto, no âmbito destas questões todas... ah! Uma outra coisa: naturalmente, como toda a gente sabe as sociedades dos revisores oficiais de contas e a atividade dos revisores oficiais de contas são, efetivamente, perfeitamente auditados... e mais: e para pessoas capacitadas para tal. E, portanto... e aquilo que nós estamos aqui a ver é a tentativa do Dr. Miguel Oliveira de dizer que, afinal de contas, quem tem que revisar a sociedade dos revisores oficiais de contas será o Presidente da Câmara. Pronto. Eu declaro-me incompetente para isso, porque, efetivamente, não sei revisar contas da Câmara Municipal. Mas atenção! Queria aqui explicar uma coisa muito simples: nós temos o nosso serviço de Contabilidade com diversas pessoas, naturalmente, e funcionários com a adequada formação, mas também temos, dia a dia, o acompanhamento de uma sociedade de revisores oficiais de contas da nossa praça, que é o Dr. Jorge Silva, a sociedade de ROC, e por isso é que não é um revisor oficial de contas final. E, portanto, temos muito o cuidado de acompanharmos as contas do Município. Não é no final do ano nem no final do semestre, é dia a dia. Eu queria-lhe dizer que estou muito tranquilo com as contas do Município, porque, no dia trinta e um de dezembro, eu sabia exatamente com o que é que iria transferir e qual era o resultado que eu iria ter, e sobretudo o estado das contas. E eu queria-lhe dizer que estamos muito tranquilos, porque, efetivamente, deem as voltas que derem, as contas do Município - vai reparar e vai ver que sim - são efetivamente muito, muito, muito boas. Eu diria que, num tempo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

diffícil... mas isso é para mais daqui a bocado, quando nós estivermos a aprovar efetivamente as contas. Este relatório vem efetivamente para conhecimento. Eventualmente, tem aqui alguma gralha, e com certeza que terá...tomamos a devida nota e vamos, naturalmente, pedir explicações, e sobretudo as dúvidas que aqui são suscitadas a esta empresa, e dela dar-vos-emos conhecimento, com toda a naturalidade. De resto, não vale a pena estarmos aqui a dizer-nos que há aqui incompetência da parte de alguém dentro da Autarquia relativamente a esta matéria. E reparem uma coisa: eu diria que... facilmente, diria que, na primeira questão e não na primeira soma que fez, na leitura do texto é quase intuitivo - mas isso é para mim, se calhar estarei errado - de que não somaram tudo. Na segunda, efetivamente, a subtração está errada, não vale a pena histórias. Mas é uma parcela que não tem nada, mas mesmo nada a ver com as contas finais, e muito menos com as contas finais que vos apresentámos e que são as contas reais do Município. Estou tranquilo. Queria-vos transmitir, dentro do possível, esta tranquilidade. As contas dos Municípios estão em boas mãos, e volto a dizer de uma forma sistematizada, não pode ser uma coisa que ande aqui com uma avaliação de vez em quando por um revisor de qualquer coisa. Não. Nós temos uma empresa, tive o cuidado de dizer quem é. E eu acho que é uma empresa que nos garante alguma tranquilidade, a acompanhar sistematicamente as contas do Município. Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais alguém quer fazer uso de alguma intervenção, não? Passemos então ao ponto seguinte. -----

----- **3.3 Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2021;** -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:** -----

----- Ok. Então, agora que estamos a falar de contas do Município, vai os dez minutos. Ora, então eu iria só gastar um ou dois minutos para responder ao Sr. Presidente, **[03:20:00]** a dizer que é um bocado da sua parte arriscado, pelo menos no que a mim diz respeito, fazer processos de intenções. O senhor não sabe qual é a minha intenção e nunca saberá, a não ser que eu lhe diga. E eu digo-lhe claramente que não tive aqui nenhuma intenção de amesquinhar ninguém. Eu não quero é, enquanto munícipe e enquanto membro da Assembleia Municipal, voltar a receber de um fornecedor de serviços externos da Autarquia um trabalho com este nível! Não quero, Sr. Presidente! E, portanto, as minhas palavras vão no sentido de o sensibilizar para tomar as medidas necessárias para que isto não volte a acontecer. Não é aceitável! Porque o senhor diz que vêm cá as contas uma vez e outra vez por ano. Vem por obrigação legal, vem por obrigação legal. É a lei que fixa essa obrigação. Em relação às contas, eu não sei verdadeiramente em quais é que... vamos lá ver, estes auditores são os mesmos para efeito da aprovação das contas dos Municípios que fazem a análise das contas e nos dão a sua opinião. Eles dão-nos uma opinião com reservas que tenha a ver com a contabilidade que se aplica ao património da Autarquia e às depreciações. É um assunto que já foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aqui referido o ano passado. E eu, de uma forma geral, encontro correspondência entre os dados que estão nas contas comunicadas por estes auditores e os dados que, provavelmente, têm a mesma fonte, que é a Câmara, que aparecem no relatório de contas e que eles certificam, só que não são iguais! Se os senhores forem ao mapa dois da execução orçamental da receita do tal relatório... desculpem, está a preto e branco e assim meio desmaiado... porque eu tento poupar quando imprimo. É que eu imprimo em casa, eu não estou aqui nos serviços da Câmara a imprimir para mim, e então é assim, é baratinho. Tem a ver com contas. E se formos ver o relatório de gestão... lá está, está desmaiado e tal... mas se formos ver o mapa que consta no relatório de gestão, em termos de impostos diretos, é-nos dito pelas contas e pelo relatório de gestão, que foi arrecadado um valor de onze milhões cento e sessenta e quatro mil oitenta e nove euros e quarenta e um cêntimos, só que aquelas contas que foram enviadas pela entidade, dizem que é onze milhões, cento e quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco euros e vinte e um cêntimos. Tirando os onze milhões, praticamente mais nada bate certo no número. Eu não li as duas mil e cinquenta páginas do documento, eu li a informação principal, que até é assinada, penso eu, pelo Sr. Presidente da Câmara, e bem... eu li a parte mais, vá lá, o sumo. Eu não estava à espera de encontrar uma discrepância destas. Expliquem-me então, porque deve ter boa explicação, porque é que este valor é diferente daquele que aparece no relatório de contas do exercício. Muito obrigado.”-----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Gabriel Alexandre Almeida.-----

----- **Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida – PPD/PSD.MPT:** -----

----- “Minhas senhoras e meus senhores, a todos, muito boa noite. Os meus cumprimentos ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Filipe Almeida, os meus cumprimentos às Secretárias desta mesma Assembleia, e o meu cumprimento ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, Enfermeiro Jorge Almeida, e aos Srs. Vereadores e a todos os Deputados deste hemiciclo. Em especial, os meus cumprimentos ao público aqui presente e a todos [03:25:00] que nos acompanham através da Águeda TV. Realço o agradecimento ao público que assiste, enaltecendo o sentido de responsabilidade do acompanhamento do exercício do Executivo. Minhas senhoras e meus senhores, o documento que nos foi apresentado como prestação de contas de dois mil e vinte e um é algo importantíssimo para o nosso Concelho. Os valores apresentados no relatório de gestão são o resultado de um trabalho em prol da dignidade das boas contas. E, nesse sentido, o grupo parlamentar "Juntos por Águeda", PSD e MPT não pode deixar de enaltecer o trabalho executado num quadro pandémico adverso, com consequências anormais e imprevisíveis para execução de qualquer orçamento, seja ele privado, empresarial ou autárquico. Consideramos que foi exercida a capacidade e a adaptação, e a reação para obter resultados positivos. Em resumo, impôs-se meter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

em prática o significado da palavra que agora está muito em voga: a resiliência. A Covid 19 alterou completamente as prioridades de atuação do nosso Município. O Executivo teve de direcionar a sua intervenção para políticas de apoio à população mais vulnerável, dois mil e vinte e um, ano com alguma retoma permitiu mais apoio e dinamização do comércio e indústria. Foram atribuídos vários apoios e também concedidas várias isenções. Esta situação provocou um decréscimo da receita. Mas, graças a uma gestão bastante rigorosa, a Câmara Municipal conseguiu apresentar o melhor resultado líquido dos últimos dez anos, e as melhores execuções dos últimos dezasseis anos. Apesar de ouvirmos falar cada vez menos sobre a pandemia, a Covid 19 não cessou. As consequências da Covid 19, mas também da guerra vão permanecer durante os próximos tempos, dadas as circunstâncias. O nosso Grupo Municipal realça esta situação financeira com contas certas, que nos permitem olhar para o futuro com tranquilidade e com certeza, que será possível apoiar a comunidade e o tecido empresarial e superar as suas dificuldades. Lembro que, em dois mil e vinte e um, foi um ano muito importante na programação de candidatura a fundos e programas de financiamento. Como o Sr. Presidente da Câmara já tem referido, só no plano de recuperação e resiliência, Águeda conseguiu captar cerca de sessenta e seis milhões de euros. Sr. Presidente, Srs. Deputados, reconhecemos que este Executivo, com esta determinação orçamental, reúne condições para que seja um Município ainda mais competitivo e com melhores acessibilidades. O meu forte agradecimento. Obrigado pela atenção.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. O Sr. Deputado José Vidal, por favor.-

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, em relação ao relatório, tendo em atenção que são contas e que as contas, à partida, são contas certas, e embora verifiquemos que tal não acontece, talvez por erros naturais ou talvez por erros já de procedimentos e de que aquilo tem que dar certo de qualquer maneira, interessa-nos também saber como é que estas contas apareceram. O que nós temos é uma situação equilibrada em termos económicos e financeiros da Autarquia, portanto, há uma continuidade de uma ação de Executivos passados e, até hoje, portanto, o Executivo... já são dois Executivos em dois mil e vinte e um, mas, portanto, mantiveram uma certa ação que nos dá uma situação equilibrada. Em relação aos percentuais de execução da despesa e da receita, nem sequer vale a pena falarmos, porque chama-se a isso ludibriar o povo com percentagens. Não interessa, porque o orçamento era de quarenta e oito milhões, baixaram em dezembro, no início de dezembro, para trinta e cinco, para trinta e oito e, mesmo assim, erraram por trinta e cinco. Eu já verifiquei e verifico nos outros sítios que, se fizermos a reunião no dia trinta e um de dezembro, temos quase a certeza de acertar e, portanto, conseguimos até uma taxa de execução perto dos cem por cento. Portanto, isto aqui é daquelas coisas que as pessoas dão importância, "taxa de execução A, B, C"...



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

não tem interesse nenhum, porque, a partir do momento em que fazem um rectificativo para ajustar [03:30:00] uma coisa de doze milhões, portanto, não tem interesse nenhum a parte percentual. Tal como não tem interesse, quando aprovamos o orçamento, e estamos a aprovar orçamentos de doze milhões de outros que nós nem sabemos o que é que lá está dentro, portanto, o orçamento em si também é falacioso e leva ao engano e permite fazer tudo e mais alguma coisa. As contas não! As contas têm que dar certo no final e acredito no Sr. Presidente, e nada me leva ao contrário, que temos uma situação financeira boa. Ora, quando temos uma situação financeira boa não se percebe que nenhuma das catorze ou quinze propostas que o PS propôs no âmbito do golpe para dois mil e vinte e dois, nenhuma tenha sido tida em consideração, nomeadamente aquela em que dizíamos para por um milhão de euros, tivemos lucro, e temos lucro, temos boa situação, um milhão de euros para investirmos na habitação, nas suas diversas vertentes, desde a aquisição de terrenos até custos controlados, apoio às rendas, etc., etc. Não o quiseram fazer! Também apresentam aqui um milhão de resultados positivos e nós propusemos que fossem gastos quinhentos mil euros / ano, seria menos mas pronto, apontamos para quinhentos mil ano para apoio à família no comércio local. Não o quiseram fazer! Para eles as famílias não interessam, para eles o comércio final, local não interessa embora o apoiem sistematicamente com outro tipo de medidas. Esta que era diretamente para o comércio local e para as famílias, que era diretamente gasto os quinhentos mil euros na natalidade, no apoio às crianças até aos três anos, que esse dinheiro só podia ser gasto no Concelho, que esse dinheiro, portanto, reverteria ao comércio local não só em Águeda, mas em Macinhata, em Valongo, em Belazaima, em qualquer sítio onde eles o comprassem, não é como o comércio local, o apoio que é feito na rua de baixo, metade na rua de cima e depois já não chega a mais nenhum lado que é o apoio que é visto nos outros projetos, portanto, não quiseram. E têm dinheiro para si, e tiveram ideias para isso, e fazem-no em várias vertentes e bem nisso, nesta aqui não quiseram embora tivessem o dinheiro e os bens para que o pudessem fazer. Em relação também ao relatório de contas, fala-se que foi o melhor dos últimos 16 anos, o melhor de não sei quê, o melhor, e eu compreendo, porque o Sr. Presidente já o disse aqui e eu concordo, que houve aqui dificuldades de investimento, houve aqui obras que não foram realizadas, foram aprovadas, tinham prazos de execução este ano e que ainda não foram, do ano de dois mil e vinte e um, e já passaram para dois mil e vinte e dois, e espera-se que acabe em dois mil e vinte e dois. Portanto, houve aqui obras que não foram realizadas. O Sr. Presidente já explicou e eu concordo com ele que há grande dificuldade, neste momento, em contratar empreiteiros, em arranjar pessoas que a realizem, e é talvez uma das questões que eu lhe dou razão. Já não o posso dar quando não aceita nem uma única proposta no âmbito das, no âmbito das florestas, no âmbito da saúde, no âmbito do desporto, nenhuma proposta que nós em campanha eleitoral apresentamos e que apresentamos na reunião de discussão do GOP,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

nenhuma foi tida em consideração nesse plano de orçamento. Em relação a estas contas, Sr. Presidente temos uma boa saúde financeira, espero que aproveite para fazer novos projetos, para fazer novas ações, para investir naquilo que deve ser investido, não só as estradas que são necessárias, não só os centros de saúde que são necessários, não só, não só, não só, mas realmente também nas famílias, na parte de ação social continuamos com grandes dificuldades de ação social, tivemos a ver aqui o da CPCJ há bocado, há poucos, não sei se permite ou não, mas eu acho que temos que conseguir ter mais assistentes sociais nos serviços camarários. Temos que absorver a área social agora na descentralização, temos que absorver a área da saúde na descentralização, nós temos que lá chegar. Com mais discussão ou menos discussão, já houve Municípios que aceitaram, já houve Municípios que sabem que vão investir porque todos, sempre que recebemos do governo iremos investir mais, porque vamos também fazer mais e diferente, mas é o caminho, é por aí, e estas contas certas, estes bons resultados servem para isso, essas contas certas e estes bons resultados são fruto da ação do Executivo e os meus parabéns por isso. Agora, vamos é tentar aceitar, tentar aceitar, se assim o entenderem, algumas das propostas, algum do trabalho e lembro-me de partilhar, por exemplo, a estratégia local de habitação que estamos há mais de dois anos à espera e que nenhum dos Srs. Vereadores de oposição tem conhecimento. [03:35:00] Obrigado. Ah, desculpem só, portanto, a votação do partido socialista será, sempre que houver contas seria a favor, neste caso iremos nos abster porque está provado que estas contas não estão certas e isto é contas que nós estamos a falar. Os resultados são bons, as contas não estão certas. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais ninguém quer usar da palavra? Sr. Presidente?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT** -----

----- “E queria agora neste, finalmente, e relativamente a esta questão de apresentação de contas, relativamente ao ano de dois mil e vinte e um, dar duas ou três notas muito tranquilas, mas antes queria fazer um pedido a todos porque é assim que eu acho que nós temos que funcionar. Nós quando falamos do orçamento rectificativo que fizemos no final do ano e que depois nos permite cumprir um conjunto de medidas, compreendo e faço, [03:36:00] sem grandes dificuldades, compreendo muitas coisas que se dizem. O que eu não compreendo é que desde dois mil e cinco, lá atrás, até dois mil e dezassete, era uma prática boa e depois de repente só porque mudaram, mudou o Presidente da Câmara, mantemos exatamente a mesma coisa e passa a não ser. É tal e qual como os, é tal e qual, desculpe, não me interrompa, é tal e qual como os apoios à UVA. Até aí nós fomos, fomos nós durante esses anos todos, e eu digo nós porque efetivamente estive nesses Executivos com o mesmo empenho que estou neste, tal e qual, e aí fomos nós que começamos a fazer e fazíamos assim, e subitamente, é pá, pronto, pronto, deixou de ser correto e está tudo mal, e pior do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que isso, não é transparente. É pá, nós temos que ter esta calma e esta tranquilidade e sobretudo aqueles que andamos cá há mais tempo porque aqueles que andamos cá há mais tempo, é pá, temos história, e essa história está connosco. E, portanto, não há nada de mal, todos os Municípios fazem assim e, portanto, é preciso que as pessoas percebam exatamente o que é que é, e do que estamos a falar. A outra questão tem a ver efetivamente com as contas e com aquilo que se fez. Nós, e quem está numa posição de fazer, que são os Executivos e indiscutivelmente são os que ficam sempre eu diria que com, com aquela sensação de que era bom ainda termos feito mais. Mas em cada ano fazemos sempre aquilo que é possível, mas sempre dentro destes critérios de boa gestão. E com uma certeza de que não conseguimos fazer tudo, é pá, e que é extraordinariamente fácil. Eu costumo dizer relativamente aqueles buracos que aparecem na estrada que não costa nada a gente mandar tapar um! Tê-los permanentemente tapados todos, por todo o Concelho, é impossível e ninguém vai ser capaz nunca. E isto é que fica absolutamente claro. E, portanto, o termos ideias, o tomarmos opções, é pá, é da vida e faz parte exatamente deste, desta forma de estar nisto, na política e na vida. Nós temos que fazer as nossas opções e, portanto, é por aqui que vamos. Relativamente às contas, eu queria vos dizer o seguinte, as contas são indiscutivelmente boas, são boas para o Município, é sempre agradável nós apresentarmos resultados positivos, é sempre agradável e eu até digo que não é a coisa mais importante nas contas de uma Autarquia, ok? Mas é, não deixa de ser, não vale a pena estarmos com coisas a dizer que não, e ficamos muito satisfeitos quando percebemos que em termos de gestão as coisas estão no bom caminho, estão indiscutivelmente. É pá, isto, quando lá atrás aqueles anos todos, fruto das boas gestões, nós depois no fim, eu tive há uns dias até porque vem aí o aniversário do centro de artes e tive ocasião de o dizer, o Centro de Artes foi construído por fundos exclusivamente da câmara porque efetivamente nós conseguimos um conjunto de boa gestão durante uma série de anos, que depois nos permitiu ter capacidade de fazer sem apoios, e sem recursos, a outras formas de fazer. Há uma coisa que nós também temos, nós temos capacidade de endividamento, mas reparem numa coisa, olhem bem para aquilo que vem aí, para aquilo que queremos fazer e vamos fazer, e efetivamente dada a incerteza, eu disse isto no meu discurso, lamento que só tenham ouvido, algumas pessoas, até aquilo que eu não disse, mas reparem numa coisa, eu disse isto, nós temos que ter cuidado para perceber que temos que navegar com ventos que nós não conhecemos completamente, porque o Mundo efetivamente está assim. Eu diria que neste momento, nesta apresentação de contas, nós temos aqui condições para todos nós, para todos nós, eu tenho a certeza, estamos preocupados com o bom caminho do nosso Município, com a nossa capacidade de fazer e sobretudo com a nossa capacidade de não termos que deixar de fazer. E nós temos aí uns desafios pela frente que nós temos que estar prontos, prontos a navegar, e em quê? Numa coisa que é completamente incerta, neste tempo. Olhem, estas contas dão-nos essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

confiança e só por isso digo-vos uma coisa, muito bom! Poderíamos ter feito mais coisas, gostaria de ter feito mais, e mais, e mais, mas sabem uma coisa, afinal de contas fizemos tanto como nos tempos melhores. [03:40:00] Temos contas como nos tempos melhores! É pá, isto é bom, indiscutivelmente é bom. Era aquilo que eu disse quando nós fizemos o orçamento, é pá, o que importa é aquele saldo final quando nós apresentamos contas, e hoje estamos a apresentar contas, e eu hoje a apresentar estas contas, em nome deste Executivo e do outro que cá esteve comigo antes, digo-vos uma coisa, estamos satisfeitos, mas não estamos completamente satisfeitos. Sabem porquê? Vamos continuar a tentar fazer o mais que pudermos. É pá, muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado José Vidal, faça favor.--

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Olhe, Sr. Presidente da Câmara, é só para dizer que eu referi e o senhor também, [03:41:00] e a sua intervenção final foi correta, as contas são boas, as opções são as opções nós com esse dinheiro poderíamos ter tomado outras, as limitações foram muitas, as pandemias também e o senhor tem uma certa razão quando diz que não sabemos mesmo como é que vai, e que tendo umas contas mais saudáveis, como elas são, e ter esse cuidado, nos permite depois até tomar opções no futuro, melhores. Agora, também não vamos rescrever o passado, Sr. Dr. Apoios à UBER e que as contas eram sempre assim? Então, o Sr. Presidente se for às atas, vê lá intervenções e eu era do partido do poder, que é o que muitos não fazem, era do partido do poder e concordei com o PSD muitas vezes e sempre quando dissemos que as contas estavam exageradas, extrapoladas, e nos explicavam que eu também acredito que era por candidatura, porque tínhamos candidaturas que poderiam vir a ser cobertas e podiam dar receitas acrescidas. Era a vossa explicação, certamente será a explicação agora, portanto, tendo as candidaturas, e estão as rubricas abertas e acrescidas, mas que nunca era real! Tenho intervenções e eu era o líder da bancada municipal do PS, e fazia-as, não é como hoje que ninguém faz nada contra o Estado do poder que lá está, mas isso são pessoas, [03:42:00] isso são caracteres. Em relação à UBER a mesma coisa, o apoio à UBER foi um, foi reduzido, foi aumentado, muitas intervenções, não só minhas, mas como de outros Deputados do PS, que éramos a maioria, falávamos nisso, e sabe porquê? Chama-se a isso que estamos em liberdade, Sr. Presidente. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. O Sr. Deputado António Mascarenhas. Está primeiro, estava primeiro, peço desculpa, peço desculpa. Se estava primeiro, eu peço desculpa [03:43:00] que eu não me apercebi ... Estava? Só um minuto. Sr. Deputado, espere só um minuto. Deputado Miguel Oliveira, faça favor.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Muito obrigado, Sr. Presidente. Então, na minha primeira intervenção espero que tenha anotado o valor, eu de qualquer forma posso-lhe dar, mas volto a mostrar que há uma incongruência noutra parte daquele documento original que é o relatório de contas, não é? O relatório da conta do segundo semestre, e que é noutra parte do documento, e que tem a haver com a arrecadação de impostos, há uma incongruência, eu não sei o que é que está errado, se é esta proposta de relatório de contas, de relatório de gestão que inclui as contas do Município ou se é o outro, mas eles não **[03:44:00]** podem estar os dois certos, um deles está errado. Se os senhores me dizem que provavelmente será o documento que veio do auditor externo que contem mais um erro para além daqueles que eu já aponte, bom, provavelmente, até pode ser, mas isso reforça a necessidade do Município de ter uma posição em relação a essa matéria porque isto não é um desrespeito com o Sr. Presidente da câmara, não é um desrespeito comigo, nem com o Sr. Presidente da Assembleia, é um desrespeito com o Município. É um desrespeito de um, de uma empresa contratada para fornecer um serviço externo e que não está a prestar nas devidas condições. Quanto às contas, Sr. Presidente, eu saúdo, venho aqui saudar o facto de independentemente da alteração modificativa que foi feita no dia vinte e sete. **[03:45:00]** Se ter feito aquilo que eu apelei a que se fizesse durante muitos anos, olhe, no tempo do seu antecessor, e continuamente no tempo do seu primeiro mandato para que progressivamente a execução da receita se aproximasse dos limites definidos para os sistemas de alerta prévio que é aproximar-se dos oitenta e cinco por cento em termos de execução, e saúdo o facto deste ano se ter alcançado esse objetivo através da alteração orçamental, porque sem a alteração orçamental, sem essa alteração do orçamento teríamos fazer em setenta e sete por cento de execução, isto já tendo em conta a incorporação de três milhões de euros de saldo de gerência anterior, portanto, **[03:46:00]** teríamos ficado longe dos oitenta e cinco por cento, mas de qualquer forma quero saudar porque no ano anterior apesar de nas vésperas do fim de ano termos feito uma alteração ao orçamento para tentar precaver esta situação que aconteceu, é que se falhou redondamente e ficou-se nos sessenta e cinco por cento de execução. Portanto, eu saúdo esta melhoria e faço um apelo, Sr. Presidente, no próximo ano, em relação ao orçamento que aprovamos no final do ano passado, se a melhoria for de setenta e oito por cento, um por cento passado de setenta e sete por cento de execução, para setenta e oito por cento de execução, eu estarei aqui a saldar essa melhoria. Portanto, que mantenha esse rumo de aproximação aquilo que está definido como sendo uma trajetória de segurança. E já agora, **[03:47:00]** sendo que a Autarquia tem disponibilidades financeiras e capacidade de endividamento que rondará... estará próxima dos seis milhões de euros, seis milhões de euros, é cinco milhões e qualquer coisa, mas próxima dos seis milhões de euros, perguntar-lhe, ainda estamos cedo no mandato, mas perguntar-lhe se tem intenção de recorrer... “-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Não vale a pena entrar em diálogo direto, eu tenho estado a tentar para que todos percebam que os próprios que estão a fazer algum ruído, e estava a tentar não chamar à atenção a ninguém, a ninguém, mas pronto. **[03:48:00]** Estejamos todos atentos a isso, vá, estejamos todos atentos. -----

----- **Deputado Miguel Oliveira:** Bom, Sr. Presidente, com esta eu me despeço porque, entretanto, perdi-me no discurso, era só para saudar e desejar, olhe, peço desculpa, peço desculpa. -----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado, já acabou? Não? Conclua, a sério.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:** -----

----- “Saudar a melhoria da execução da receita e fazer a questão, lá está, em que me perdi, se tenciona a breve prazo, portanto, a prazo dois, três anos, fazer recurso a essa margem que tem, que é relativamente confortável e se sim, em que casos, em que projetos, em que tipo de projetos. É uma pergunta que é pertinente, não estou aqui a fazer um convite à dívida, mas havendo essa margem é importante que **[03:49:00]** saibamos se o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo pensam usar essa margem para alavancar algum projeto ou não. muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais nenhuma inscrição. Sr. Presidente, quer responder?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Sim.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Ah, António Mascarenhas. Ah não, Sr. Presidente, só um minutinho.

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS** -----

----- “Boa noite Sr. Presidente da Assembleia, boa noite Sr. Presidente da Câmara, caros Deputados, fico satisfeito e dou-lhe os parabéns por realmente a Câmara ter umas contas saudáveis, mas ao mesmo tempo fico triste porque enquanto cidadão estive aqui em dezembro de dois mil e dezanove a solicitar uma **[03:50:00]** passadeira em frente ao novo Portela por causa do risco de atropelamento das crianças e até hoje não houve dinheiro para isso, ou tempo, não sei. Na altura da pandemia que as escolas tiveram fechadas, até era um bom momento para procedermos a essa criação da passadeira, sei que na altura me respondeu que se calhar o ideal era não alcatroar estradas porque cada vez que alcatroa uma estrada as pessoas vêm pedir passadeiras, mas essa é a sua função como Presidente, de ter que ouvir toda a gente. Convido-o também a ir a Aveiro que eles agora estão a implementar um novo tipo de passadeiras elevadas para que haja o abrandamento dos veículos. Quero também aqui referir e no seguimento do tema anterior da CPCJ em que nós, efetivamente, **[03:51:00]** nos preocupamos com as crianças em casa, mas eu acho que também é importante nos preocuparmos com as crianças na escola, nomeadamente redes de incêndio armada desatualizadas, fora de validade, com as estradas, andam as crianças a atravessar estradas e correm risco de morrer, acho que se temos orçamento para isso, acho que poderíamos intervir. Muito obrigado.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor agora para terminar.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT** -----

----- “Naturalmente, e muito rapidamente, relativamente ao que o senhor vogal foi dizendo, naturalmente que não há muito mais a acrescentar, vem realmente só reforçar o ponto de vista e sem problema nenhum. Relativamente à questão que o Deputado Miguel Oliveira colocou da possibilidade de nós irmos a solicitar algum, algum tipo de empréstimo financeiro, é uma solução que estará naturalmente, nós temos essa disponibilidade, [03:52:00] mas há aqui um só, e naturalmente, e se for encaminhada para algum daqueles projetos efetivamente estruturantes que nós temos pelas mãos e que possamos, por uma questão de liquidez ter, ter que, ter uma disponibilidade maior financeira para que a obra ande com a rapidez que nós queremos. Eu penso que, face aquilo que PRR diz da forma como está a ser orientada, que com o sistema de adiantamentos que estão a fazer, penso que não, não sei, mas vai ser muita coisa em simultâneo e sobretudo numa estrutura que nós temos que, vamos uma vez mais ter que ver exatamente como é que vai correr sobretudo esta questão do encaixe financeiro e do gasto porque, lá está, a câmara vai ter pela frente aqui muitas frentes e com uma tesouraria a ter que funcionar eu diria que plenamente e de uma forma nunca vista, não é? Porque, porque em três anos, chamemos-lhe assim, até dois mil e vinte e seis vamos ter aqui coisas pela frente que eu diria que são o orçamento de vários anos em termos de investimento. Vamos ver. Para projetos desse género, se for necessário, naturalmente que colocaremos, [03:53:00] mas antes até a própria comissão de economia e finanças será chamada a decidirmos perante aquilo que, os cenários que forem criados. Esta disponibilidade existe, naturalmente que estamos, que estamos, é bom saber que temos e dá-nos um certo conforto e dá, sobretudo, dá pelo bom. Relativamente ao Deputado Mascarenhas, é, ouça, naturalmente que nós temos um conjunto de coisas, eu podia-lhe dizer, por exemplo, que estamos aqui com algumas questões relativamente, para resolver em frente à Adolfo Portela, aquela rua, aquela vala de que eu lhe falei, porque você também só viu parte, eu também ainda me lembro da conversa, lembra-se aquilo que até lhe disse que estive, que tivemos lá com aquela coisa a ver a fundura da vala? Até se esqueceu? Lembro-me, lembro-me. Vê como se esquece? Não se lembra de tudo, é como eu, às vezes, e ainda bem, atenção, isso é bom! E estivemos, e estamos a resolver e a encontrar ali soluções um bocadinho diferentes para resolver, e em breve teremos ali pavimentações muito perto, em breve, atenção, se os empreiteiros que agora com o custo [03:54:00] do betume para os alcatrões que dispararam de uma forma absolutamente incrível, e há aqui naturalmente todo um conjunto de adjudicatários de obras que estão a colocar todas as pessoas, a todas as entidades que têm obras adjudicadas, um conjunto de questões relativamente a isto que são preços absolutamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

desmesurados e que naturalmente todas as empresas estão a entrar em perda. E volto a dizer, e outra vez a nossa liquidez financeira, os preços das coisas estão a aumentar de uma forma desmesurada e as nossas necessidades são as mesmas e, portanto, é isso que nós temos que também refletir e irmos vendo aquilo que vamos tendo e pronto, fizemos o melhor que pudemos. Muito obrigado, senhor.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria** com nove abstenções - sete do PS, uma do Deputado do CDS Miguel Oliveira, e uma do Deputado independente -, a proposta da Câmara Municipal de Prestação de Contas 2021. -----

----- **3.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição de um apoio financeiro à União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo para realização do evento “Estás em Barrô Mexe-te 2022”;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Alguém quer fazer uma intervenção? Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor. **[03:56:00]** -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:** -----

----- “Muito obrigado, Sr. Presidente. O Sr. Presidente acabou de dizer uma verdade que não pode ser contornada, os preços estão a aumentar de uma forma muito mais significativa do que temos estado habituados. Eu lembro-me que, salvo erro, em dois mil e quinze ou dois mil e dezasseis, no seguimento da alteração à organização administrativa das Freguesias, foi feita uma alteração ao código regulamentar para permitir que esta verba que é destinada à realização das Freguesias passasse de um teto de dois mil euros para um teto de três mil e seiscentos euros, quer isto dizer que cada uma das Freguesias tem à disposição até este limite para uma organização pontual de um evento, que neste caso é o Barro Mexe-te, noutras, no caso de outras Freguesias serão outras **[03:57:00]** atividades. Ocorre que, até pelo simples passar do tempo, sem ter em conta este último período, o tempo já correu, há todos os anos uma atualização do índice de preços de consumidor e, portanto, os três mil e seiscentos euros tinham um valor aqui há seis, sete anos, e hoje têm outro, e para o ano ainda vão ter um valor menor. Como o Sr. Presidente bem diz, as Juntas de Freguesia enfrentam necessidades cada vez maiores e, portanto, estas organizações também estão a ficar mais caras e a quantidade de dinheiro, o valor em si permanece inalterado, mas, entretanto depreciou-se, ou seja, as Freguesias, esta verba que satisfazia em grande medida as necessidades das Freguesias, neste momento **[03:58:00]** vai sendo cada vez mais insuficiente. Portanto, Sr. Presidente, faço aqui um apelo, que durante este ano seja alterado o código regulamentar do Município para antecipar, não apenas aquilo que será, aquilo que se espera em termos de inflação deste ano, remontando aquilo que havia, pelo menos em dois mil e dezasseis, mas também prevendo aqui, antecipando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aquilo que se passará no próximo ano, uma vez que as candidaturas ocorrerão no próximo ano. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma intervenção? Sr. Presidente, quer algumas palavras?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- “Sr. Presidente, sim. Nós naturalmente que estamos a fazer e acho que é notório, vamos continuar a fazê-lo, aliás, eu vou ter uma reunião na próxima semana, uma reunião conforme ficou acordado entre nós todos, vamos sistematizar, vamos de uma forma sistemática encontrar-nos, os Presidentes da Junta, e naturalmente que comigo para irmos trabalhando [03:59:00] nestes processos todos, e olhem, por exemplo este ano já foi público e é notório que nós vamos, aliás, foi provado que vamos fazer um incremento, por exemplo, na aquisição de equipamentos e de uma forma supletiva, portanto, para, e eu queria aqui só salvaguardar uma coisa que naturalmente o aumento de preço é para todos, as necessidades naturalmente que são também as mesmas, mas há uma entidade aqui que também não tem nenhuma máquina de fazer dinheiro, que é a Câmara. Eu diria que as transferências do Orçamento de Estado são as que são, nós estamos a fazer um esforço muito mais significativo de subir os nossos, no fundo, as nossas, o nosso apoio e a nossa colaboração às Juntas de Freguesia, mas também não podemos ir fazer Roma e pavia num dia porque ficamos descalços e, portanto, vamos fazê-lo, vamos apoiar, vamos, vamos, esta é uma área e eu acho que, eu diria que quase aqui para, penso que estamos todos de acordo, que os Presidentes da Junta têm um fórum onde podem funcionar muito bem e naturalmente que é lá que nós vamos tomar essas decisões que [04:00:00] depois vos trarei aqui e que naturalmente acho que é tradição desta casa respeitarmos aquilo que é decidido por, e ainda mais desta forma colegial com eles. É assim, não é? Tem funcionado. Muito obrigado.-----

----- Continuando no uso da palavra, disse o Sr. Presidente da Câmara Municipal: -----

----- “Mas Sr. Vereador, Sr. Vereador, já foi também, Sr. Deputado também já foi, pronto. Era só para lhe dizer o seguinte, mas não arrecadamos um conjunto de taxas e licenças e tudo mais por causa do covid durante dois anos que também foi assim uma conta calada que ultrapassou largamente isso, ok? Pois era. Ouça, mas vocês oiçam bem tudo o que nós fizemos, isso tinha sido espetacular, nós tivemos anos lá atrás, naquele tempo em que era tudo bom, em que não fazíamos tanto, mas fazíamos quase, mas isto efetivamente foi uma capacidade de captar receita muito interessante, muito interessante. Também é importante, é importante. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito bem, muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Deputado Rui Moreto, por favor. -----

----- **Rui Miguel Pires Moreto – CDS – PP:**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Sr. Presidente, cumprimento-o a si e à Mesa, ao Executivo da Câmara Municipal, restantes Vereadores, aos meus colegas e membros da Assembleia Municipal, à comunicação social e a quem nos assiste via TV também, e ao público aqui presente. Queria também assinalar nesta minha intervenção que é com muito gosto que pela primeira vez que estou no Salão Nobre da Câmara Municipal no âmbito da Assembleia Municipal, portanto, isso para mim também é um marco importante. Relativamente a este tema, que é um tema que a mim é bastante caro porque este tipo de eventos e realizações nas Freguesias é algo em que eu me sempre envolvi e acarinho. Pegando no que o meu colega Miguel Oliveira falou e bem, este valor, pronto, começa a ser um valor muito baixo tendo em conta os aumentos registados, ouvi, e é por isso que eu até atrasei a minha intervenção, ouvi com atenção o Presidente da Câmara a referir que era algo que já estava em equação para revisão no âmbito do vosso trabalho de Presidentes da Junta de Freguesia, também compreendo que os fundos não são ilimitados, de qualquer maneira pedia-lhe que tivesse em atenção esta retificação, mas no âmbito do vosso trabalho, isto é uma sugestão minha, ponderem também a possibilidade na discussão do regulamento e das regras de atribuição deste apoio que possa haver, porque nós temos uma percentagem fixa, temos uma percentagem do custo do evento com um patamar máximo. Portanto, ponderarem a possibilidade de projetos de maior dimensão que sendo feitos nas Freguesias, também são eventos de valor acrescentado para o Município no seu total, e poderem haver aqui alguma, alguma, algum, algum evento de valor acrescentado a poder ser majorados de alguma forma para também haver a tal correspondência à dimensão do evento com o apoio da câmara Municipal pois os orçamentos a Juntas de Freguesia são sempre muito limitados, portanto, pedia aqui essa análise da parte da Câmara Municipal juntamente com os Presidentes da Junta. Portanto, era essa, era esta, era esta a minha sugestão para a vossa análise, está bem? Muito obrigado.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de atribuição de um apoio financeiro à União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo para realização do evento “Estás em Barrô Mexe-te 2022”.-----

----- **3.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição de um apoio financeiro à União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão para realização do evento "V Trail Bela Bela 2022"; [04:05:00]**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Alguém quer se inscrever para o ponto? Não há intervenções, também o Sr. Presidente quer dizer algumas palavras ou passamos à votação?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT**-----

----- “Sr. Presidente, é uma situação muito semelhante à anterior. Muito obrigado.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de atribuição de um apoio financeiro à União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão para realização do evento "V Trail Bela Bela 2022".-----

----- **3.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolo entre o Município de Águeda e a Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga para a gestão partilhada do Núcleo Museológico de Macinhata do Vouga;**-----

----- **Presidente da Assembleia:** Alguém quer se inscrever para o ponto? Não há intervenções, também o Sr. Presidente quer dizer algumas palavras ou passamos à votação?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT** -----

----- “Sr. Presidente, só para explicar que é o seguinte: o Município de Águeda tem desde, tem desde dois mil e nove, penso eu, um acordo, um contrato com o Museu Nacional Ferroviário para a gestão partilhada do museu ferroviário. Desde lá até cá, o Município tem diretamente assegurado recursos humanos e neste momento tem, tem uma funcionária que é técnica superior que está no museu e que só faz o museu. Entretanto, percebemos que havia alguma, alguma vantagem se integrássemos a Câmara, a Junta de Freguesia também neste processo de museu sem modificar profundamente o protocolo que temos com o museu ferroviário porque passamos por isso, e estas entidades são muito burocráticas, naturalmente que este protocolo e esta proposta que vem aqui hoje foi auditada também por eles, mas em nada altera aquilo que está feito com o Município e por isso é que se mantêm ali determinadas, determinadas condicionantes, e aqui é claramente o, a Junta de Freguesia passa a fornecer, portanto, os meios humanos e também passa a promover aquelas pequenas reparações do museu que a Câmara Municipal está obrigada no âmbito do tal, do referido protocolo. Com isto, nós, com esta verba transferimos, tenho que fazer face relativamente a esse meio humano e a esta capacidade mais próxima de, de fazer a tal manutenção corrente do edifício. Em termos financeiros, naturalmente que o Município neste momento está a dispor de mais, mas naturalmente que o recurso que lá tem é mais qualificado, mas, mas pensamos que não, não se justifica exatamente por isso, manter as coisas desta forma. Portanto, eu diria que estamos aqui numa situação de ganha... ganha, indiscutivelmente e, portanto, é por aí que o vamos propor. Uma nota, estamos a preparar com algumas outras Juntas de Freguesia espaços em algumas Freguesias, em que vamos fazer algumas coisas neste conceito, para mantermos algumas coisas a funcionar, e que é absolutamente essencial. Muito obrigado.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

unanimidade, a proposta da Câmara Municipal de celebração de protocolo entre o Município de Águeda e a Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga para a gestão partilhada do Núcleo Museológico de Macinhata do Vouga.-----

----- **3.7 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Águeda e a Junta de Freguesia de Fermentelos para manutenção do percurso pedestre PR7 - Trilho dos Poços;** -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Águeda e a Junta de Freguesia de Fermentelos para manutenção do percurso pedestre PR7 - Trilho dos Poços.-----

----- **3.8 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolos de Colaboração entre o Município de Águeda e as Freguesias para atribuição de apoio financeiro para 2022;** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT** -----

----- “Sr. Presidente, só para explicar e lembrar uma vez mais que são completamente parciais, uma vez mais. Nós em junho traremos cá, com toda a certeza mais, a próxima reunião vai-nos servir para afinar-mos aqui um conjunto de coisas até porque houve algumas propostas que depois tivemos o cuidado de explicar porque não agora que precisamos de esclarecer, acho que temos aqui que fazer um esforço de homogeneização de um conjunto de procedimentos, e vamos fazê-lo. **[04:10:00]** Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, passemos então, Sr. Deputado Jorge Melo?-----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

----- “Boa noite a todos novamente. Relativamente aqui a esta situação do apoio para, para as Freguesias, por mera coincidência que nada tem que ver obviamente com o facto de ser na Freguesia, na União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas, repare que há aqui uma verba para duas paragens de autocarros, e corrija-me se estiver errado, mas eu penso que é isso em Pedações. Onde eu queria chegar com isto e é sugestão que deixo ao Sr. Presidente da Câmara, à semelhança de várias sugestões relacionadas com esta matéria, nós vemos um Município a várias velocidades um bocadinho por força da boa vontade ou da disponibilidade, ou da capacidade de resiliência, de motivação dos próprios presidentes de junta e isso relativamente à sua função, naquilo que executam, parece-me perfeitamente normal até porque lhes foi confiado essa, essa responsabilidade. Mas há aqui pelo menos duas matérias que eu penso que são competência da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Câmara Municipal nomeadamente esta situação das paragens dos autocarros, bem como os locais e os, portanto, os caixotes de lixo. Onde eu estou a querer chegar com isto é que eu penso que o Município poderia tentar elaborar, esboçar um projeto que congregasse procedimentos iguais em todas as Freguesias, em especial para o que toca aos caixotes do lixo que nós vemos que estão colocados um bocadinho avulso, um por aqui, outro por ali, outro por acolá e depois vem o vento e viram-se e vão para o meio da estrada e colocam em causa a segurança dos, dos, portanto, de quem circula na via, a sua limpeza não é com a regularidade que deveria de ser, pese embora que isso depois não seja também a Câmara Municipal que o faz, onde eu estou a querer chegar com isto é que penso que é tempo de tratarmos o lixo também com alguma dignidade que se, que se elabora um projeto ao nível municipal e que o mesmo caixote do lixo seja acondicionado e já dei aqui uma vez o exemplo de Recardães, seja condicionado, em Recardães da mesma forma que é condicionado na Trofa e no Préstimo, e em Valongo, e por aí fora. E o que toca também às paragens dos autocarros, presumo que seja de bom tom pensarmos alguma coisa deste género porque isto obedece depois a outras regras que estão relacionadas também com a própria segurança da via, e eu sei de antemão e todos nós sabemos, senhores Presidentes da Junta, têm a melhor das boas vontades para executar estes trabalhos, mas obviamente também não podemos ser experts em todas as matérias e se calhar requer um planeamento mais aprofundado por parte da Câmara Municipal que à posterior obviamente pode delegar esta competência na Junta de Freguesia, mas com as regras bem definidas de que o lixo, os caixotes de lixo e o seu condicionamento deverá ser feito de acordo com o projeto, e de acordo com aquilo que a Câmara, que a Câmara define e que seja igual em Macieira de Alcôba como em, no Caselho, ou como é em Agadão, ou como é em Fermentelos, ou o que quer que seja. Muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Srs. Deputados, nos termos do artigo 20º tenho, temos que deliberar o prolongamento da Assembleia por mais uma hora porque já é uma da manhã. Nós temos muito poucos temas, temos mais três, quatro pontos. Sr. Deputado, vamos tentar, vamos tentar matar, será menos prejudicial do que estar a marcar uma outra Assembleia para todos, julgo eu. Mas estamos de acordo? Estamos de acordo? Pergunto eu. Não? Mas vale a pena colocar à votação, Sr. Deputado? Muito bem. Prolongamento, nos termos do artigo 20º do regimento, prolongamento da Assembleia por mais uma hora, pergunto quem vota contra? Quem vota contra o prolongamento? Quem se abstém? Aprovado por maioria com os votos contra **[04:15:00]** 4 do CDS, e 4 do PS. Muito bem, avancemos então. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca do ponto 3.8 da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolos de Colaboração entre o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Município de Águeda e as Freguesias para atribuição de apoio financeiro para 2022. -----

----- **3.9 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de composição do Conselho Municipal de Educação de Águeda, para o mandato de 2021-2025;** -----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Sr. Presidente, a minha proposta, para já acho que há um erro aí porque há uma representatividade dupla, isto é, a mesma pessoa representa um órgão de conselho pedagógico e é representante também dos docentes. Ora, em órgãos colegiais não pode haver dupla representação senão tinha que haver duplos votos, isso é da sua área, uma pessoa representar duas vezes, voto ou do pedagógico, ou voto não sei quê, ou tenho direito a dois votos quando houvesse votações. Portanto, é um erro que é fácil da escola indicar facilmente outra pessoa. E sugeria a essa, a esse Conselho, quando reunisse, que a CPCJ fosse participante como convidada, como acontece aliás no CLAS e noutros, não temos direito a votos, mas somos convidados, estamos presentes, podemos intervir, mas não votamos. É só a minha sugestão ao Conselho quando eles tiverem efetivamente em funções que veja-se se convidam a CPCJ, que participe como convidada. Obrigado.” -----

----- A seguir, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida, Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Sr. Presidente, eu vou aqui pedir à senhora Vereadora porque o nosso jurídico, portanto, pronunciou-se sobre essa matéria. -----

----- **Marlene Domingues Gaio – Vereadora:**-----

----- “É, exatamente nesse sentido. Portanto, quando houve a indicação deste nome, nós também levantamos a questão e a informação que temos da parte do jurídico aqui da Câmara é que não há nada contra. Terá os dois votos, representa as duas entidades. Pronto, é a informação que temos cá. Relativamente à participação da CPCJ, posso? Relativamente à CPCJ existe o elenco das entidades que podem, efetivamente, fazer parte do Conselho Municipal de Educação, e existe uma norma que diz que em determinados assuntos em que tenham, que possam ter relevância, pode ser convidada uma personalidade. Portanto, se nós fizermos uma apreciação estrita do conceito, estamos a falar de uma pessoa. De qualquer forma, a questão também foi levantada na reunião de Executivo pela senhora Vereadora Dra. Daniela Herculano e, portanto, o compromisso que houve é que nas situações efetivamente de interesse, nós podemos entender um conceito mais abrangente de personalidade, que a CPCJ pode efetivamente ser convidada a participar.” -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta da Câmara Municipal de composição do Conselho Municipal de Educação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de Águeda, para o mandato de 2021-2025. -----

----- **3.10 Análise e discussão da proposta do Grupo Municipal do PS para a pronúncia da Assembleia Municipal sobre o Relatório de Avaliação Anual do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição 2021;** [04:20:00] -----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Sr. Presidente da Assembleia, senhores membros da Assembleia, isto está muito, senhores membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, o presente relatório começa por ser estranho pois identifica a oposição com o PS e o CDS, quando em ¾ do ano o PSD foi oposição, levantando muitas das questões que o relatório não revela. No seu, portanto, nas respostas do relatório às normas legais, a Câmara diz o seguinte, 4.1 direito à informação, relativamente ao direito à informação, no respeito pelo princípio da transparência e no cumprimento do dever de prestação de contas, durante o período compreendido pelo presente relatório, e diz entre os vários pontos, a resposta a requerimentos remetidos pela Mesa de Assembleia Municipal, em prazo razoável para o solicitado. Das muitas situações que conhecemos no último ano de dois mil e vinte e um, dou só dois exemplos, a vinte e oito de outubro de dois mil e vinte, o líder municipal do PS dirigiu ao presidente da Assembleia um mail em que entre outras coisas solicitava, a relação toda das obras adjudicadas a empreiteiros desde outubro de dois mil e dezassete, com a indicação dos respetivos prazos de conclusão contratualmente previstos e a data de auto de entrega da obra. Em novembro de dois mil e vinte, portanto, quinze dias depois, o Sr. Presidente da Assembleia respondeu que seria entregue antes da Assembleia seguinte, o que não aconteceu. Foi novamente solicitado em quinze de dezembro de dois mil e vinte, foi novamente solicitado em treze de abril de dois mil e vinte e um, pois até hoje, no exemplo da resposta atempada, como vêm aqui. Um segundo exemplo, na Assembleia Municipal de junho de dois mil e vinte e um, há a solicitação de espetáculos e custos dos mesmos que iriam transitar para a Feira das Lambarices, e foi solicitado pela Dra. Marlene Gaio as despesas de dois mil e vinte com a CPCJ, depois da afirmação da Dra. Elsa Corga que disse que gastaram com a CPCJ dezenas de milhares de euros. Passou julho, agosto, setembro, passou a Feira das Lambarices, passou o Natal, sem que viessem as prendas. Pensei que em abril acontecesse, aconteceu hoje, como eu vos disse, às 16h30, também não foi mau, nove meses, portanto, foi também dada essa resposta. Isto é só dois exemplos! Noutro ponto diz, do relatório, a resposta aos pedidos de informação apresentados pelos Srs. Vereadores do PS e CDS, nas reuniões quinzenais do Executivo Municipal em prazo razoável para o solicitado, além de todas as queixas dos Srs. Vereadores e das informações que lhe foram dando, e daquilo que saiu nos jornais ao longo do ano de dois mil e vinte e um, não só dos antigos Vereadores e não só do PS e CDS agora, basta ler os jornais e as informações dos Srs. Vereadores do longo mandato que não podemos confirmar porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

o PSD acha que só podem ser esclarecidos os que lá forem, mas há vários exemplos nos jornais, Srs. Vereadores, de informações de, de informações que não foram ditas, dadas nem transmitidas, muitas delas, e algumas com muito atraso. Diz também a promoção e a publicação na página da internet do Município, nas redes sociais da calendarização das ordens de trabalho, é verdade que isso acontece nesse Executivo há cerca de dois meses, portanto, desde dois mil e vinte e um, que por proposta do PS, que e bem, o Executivo aceitou, mas só agora, em dois mil e vinte e um aconteceu. Existe também a publicação e distribuição do boletim municipal de Águeda, trimestralmente, com o objetivo de estabelecer a comunicação entre a Autarquia e os munícipes dando a conhecer atividades realizadas e a realizar pela Autarquia. Que eu tenha reparado, mas pode ser distração minha, não tenho lido no boletim municipal as posições, as opiniões, as propostas das oposições nem visto fotos do mesmo, mas isto, digo eu, que sou muito distraído. Diz também, a resposta em geral às questões colocadas formais, ou informalmente, sobre assuntos do interesse do Município. Os [04:25:00] exemplos são tantos da inexistência de resposta, aliás, com especial aumento do regime legalmente obrigatórias, só me lembro de recentemente por mais que uma vez o Sr. Presidente não responder a questões que lhe coloquei, dizendo que não o fazia porque eu era inimputável. Diz também, no direito à consulta prévia, o partido Socialista foi ouvido sobre as propostas que gostaria de ver consideradas no plano e orçamento, não foram apresentadas pelo Executivo as grandes linhas orientadoras, dos mesmos. Apresentou propostas no âmbito da transparência, ação social, habitação, desporto, saúde e outras, não tendo sido nenhuma levada em consideração. Mais disse, mais disse, à frente, neste ponto ainda do direito à consulta prévia, as ordens de trabalho das reuniões do Executivo das sessões de ordem deliberativo, bem como os documentos indispensáveis à tomada de decisão foram remetidos através de correio eletrónico, conforme os prazos estipulados por lei, sempre que solicitado foram entregues cópias desses documentos em suporte papel, tendo sido no entanto salvaguardada alguma contenção na disponibilização dos documentos em suporte papel de forma a evitar custos desnecessários com a reprodução de documentos, e aqui neste ponto é que não entendo mesmo. Ao mesmo tempo que afirmam isto, recusam proposta dos Vereadores de oposição para que seja enviados documentos em formato digital, com custos financeiros de tempo, de funcionários ambientes num Concelho cheio de prémios do Município do ano, ambientais, ecológicos, etc., etc. Caso para dizer, pois. Direito à participação, o relativamente ao direito à participação, lembrar só dois exemplos, os Vereadores não foram convidados para uma homenagem a atletas realizadas pelos, pelo Executivo, aliás, de forma irregular pois essa decisão cabia à Câmara e não a um qualquer dos seus elementos. Os Vereadores não tiveram conhecimento da conferência de imprensa sobre os cinco anos de Centro de Artes, não foram convidados nestas e noutras situações, talvez porque não fossem importantes os eventos ou talvez não fossem importantes a sua presença.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Outra situação, outras medidas dizem respeito ao direito de oposição, diz o relatório que o site da Câmara Municipal de Águeda tem sido utilizado como um mecanismo importante, que traduz uma abordagem de partilha, abertura, transparência e integridade. Ora, o site da Câmara não traz nenhuma intervenção, sugestão ou proposta dos elementos de oposição. Estranha forma de partilha, abertura, transparência, integridade, na síntese disso entendemos que a gestão municipal deve ser rigorosa, dinâmica, clara e transparente, pelo que continuaremos a privilegiar e a incentivar a participação dos nossos munícipes na vida do Município. Nada melhor para a promoção da participação que retirar um ponto de intervenção do público na Assembleia, e não permitiu acesso através das redes digitais das reuniões de Câmara. A apreciação do Partido Socialista a este relatório só pode ser negativa porque não traduz minimamente o que se passou no cumprimento dos direitos de oposição, pelos simples exemplos que foram dados em cinco pontos, contradições insanáveis, por isso a nossa apreciação é negativa. Obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado. Mais alguém quer intervir? Sr. Deputado Miguel Oliveira, faça favor.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:** -----

----- ”Muito obrigado, Sr. Presidente, não estava na sala para intervir, para ouvir a intervenção do Deputado José Vidal. Em relação a este assunto do relatório de observância do estatuto de oposição, eu tenho a dizer que já tivemos relatórios muito maus, e nessa altura eu vim cá e falei sobre isso, entretanto houve uma melhoria, uma melhoria [04:30:00] significativa, e em termos de estrutura acho que podemos ainda melhorar um pouco mais. Em primeiro lugar, há uma questão da qual eu tenho dúvidas e que certamente será esclarecida. Este ano não é um ano normal, é um ano em que grande parte do ano foi feito com uma maioria nesta Assembleia e com um Executivo, e outra parte do ano foi feita com outra maioria e com outro Executivo, o facto das pessoas não serem as mesmas não está espelhada inteiramente no relatório e, portanto, a primeira dúvida que eu tenho é se o relatório se refere aos três últimos meses do ano, portanto, a partir da tomada de posse dos órgãos autárquicos atuais ou se se refere ao ano todo, é que se se referir apenas aos três meses, eu não tenho muito a acrescentar senão dizer que há algumas imprecisões no relatório que podiam ser muito facilmente resolvidas. Por exemplo, eu sei que o senhor Vereador Antero Almeida pediu algumas vezes algumas informações que não lhe foram fornecidas, pelo menos atempadamente na opinião dele, e que certamente outras pessoas poderão ter tido o mesmo problema, sei que há informações que são disponibilizadas a tempo e horas, eu próprio já as recebi no próprio dia em que tinha de vir aqui intervir, mas apesar de tudo consegui dar uma vista de olhos e, portanto, haverá certamente alturas em que os processos falham, os procedimentos falham, quanto maior for o número de solicitações maior a probabilidade de virem a falhar, e uma das falhas deste relatório, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

meu ver e era uma sugestão que eu deixava, é que não quantifica nada, não quantifica. Nós não sabemos quantos pedidos de informação foram feitos, por exemplo, por parte dos Deputados da oposição ou por parte dos Vereadores da oposição. Acho que era um ganho que nós teríamos, inclusive fazendo um relato daqueles que foram prestados dentro de um prazo razoável, seja para a realização das reuniões, seja para aquilo que está previsto em termos de lei geral. Sr. Presidente, há margem para melhorar, nós estamos, como o senhor sabe, sempre dispostos a colaborar, acho que uma das coisas que via que não está nestes relatórios e da parte do CDS não há impedimento nenhum a isso, antes pelo contrário, seriam as atas dos, das reuniões tidas com a oposição em vésperas de elaboração do orçamento do ano. Achamos que se essas reuniões são feitas e são tidas, se existem atas, então elas deviam eventualmente acompanhar o relatório. É uma sugestão que deixo. Muito obrigado.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguém quer intervir? Sr. Presidente, quer intervir? -----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT** -----

----- “Sr. Presidente, parece que, parece não, claramente da leitura do relatório percebe-se que há uma evolução muito maior nos últimos três meses e já nesta, neste Executivo e, portanto, neste mandato. E pronto, e efetivamente eu próprio tenho ideia de que podemos melhorar este documento e sobretudo fazê-lo mais participado, e que haja abertura e haja condições para tal. Relativamente a algumas questões que aconteceu no mandato passado, se for possível que elas não voltem a acontecer porque eu não estou a falar nisto no meia culpa, completamente, há coisas que efetivamente seria bom que nós todos fizéssemos num ato de contribuição e percebessem exatamente o que é que terá acontecido. Por exemplo, o Sr. José Vidal deu aqui um exemplo de que quando se pedem todos os contratos das empreitadas, sabem perfeitamente que isto é uma imensidão, e ainda por cima qual é o objetivo, o que é que trará e, ou seja, isto é mesmo só para chatear e mais nada. Porquê? Porque indiscutivelmente, o direito não legitima tudo. Todos os contratos de todas as empreitadas, é pá, estão todos no base.gov, todos, e o interessante da história é que as pessoas quando pretendem alguma coisa e a gente sabe por prática própria de ir ver o que quer que seja, afinal de contas encontramos facilmente. E, portanto, é relativamente fácil até fazer a pesquisa, nós não temos problema nenhum relativamente a essa matéria de fazer isso, agora é este o exemplo que nós queremos dar. Portanto, se houver intenção, se houver vontade, se quiserem construir, efetivamente, e estamos com uma postura de construção, estamos cá disponíveis para melhorarmos muito [04:35:00] este relatório e para fazermos efetivamente tudo aquilo que vai ser, porque não tenho dúvidas nenhuma, nós não fazemos tudo bem, não acertamos tudo, mas vocês também não, pronto. E é por aí, não é? E, portanto, se nos pudermos ajudar uns aos outros era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ótimo, era ótimo e eu acho, e muito sinceramente, eu não gosto muito e acho que, olha quem, e eu dar aulas, não é isso, não é nada que se pareça, mas acho que é mais para perfeito para todos, acho que o resultado para todos são melhores indiscutivelmente e como nós estamos todos, e eu não tenho grandes dúvidas de que é esse o objetivo, o último de tudo e o que nos faz estar aqui, e que nos faz também e nos fez lá atrás candidatar-mo-nos, que é efetivamente lutarmos pela nossa terra com as nossas convicções, fazermos o melhor, respeitando o resultado das eleições que é normal e natural, e com respeito. E sabem uma coisa? E com uma certeza: nós somos honestos, todos. Não há aqui ninguém mais honesto do que ninguém e que tenham esse cuidado. Acho que esta coisa de sistematicamente estarmos a por em causa os processos, isto, aquilo, como se houvesse aqui sempre permanentemente um conjunto de segundas intenções e é pá, é mau, e cria animosidade, não pode deixar de o ser. É pá, hoje gostei muito da Assembleia e vamos acabar assim que estamos muito bem, e vamos tentar continuar, e eu dá-me ideia que estamos mais juntinhos, é pá, passo a coisa, mas estarmos mais juntinhos indiscutivelmente torna-nos mais calorosos, mais amigos, e é pá, esta coisa de podermos estar a olhar uns com os outros, e é pá, porque até às vezes alguma coisa que se percebe menos bem, é mais fácil. O Centro de Artes era tudo muito longe, era tudo muito longe, era, sim senhora. Eu aqui até acho que somos todos mais bonitos, muito obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Deputado José Vidal. -----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Sr. Presidente, a sua intervenção, mas eu quero aqui deixar algumas sugestões. Primeiro, se há um relatório que tente corresponder aproximadamente à verdade, este relatório com mais precisões ou não, como tudo que eu mostrei, em seis pontos, eu rebati cinco totalmente e só dei alguns exemplos, não dei todos. Portanto, este relatório não tem validade, é o primeiro ponto porque, não é que não tenha validade, a realidade desmentiu, portanto, mas queria, mas estão aqui propostas, não sei se o senhor quer, e a primeira proposta é que no site da Câmara Municipal haja este espaço para as reposições, haja espaço para a sua opinião, para as suas propostas, isso é a primeira proposta. A outra proposta que já aqui foi recusada, mas nós até podemos trazê-la qualquer dia outra vez que é a transmissão das reuniões da Câmara porque senão não podemos, não pode corresponder aquilo que aqui diz, da participação, da participação dos munícipes e direito de oposição. Tenho aqui outra proposta, portanto, o boletim municipal já é o direito à informação, espero que o senhor o cumpra, portanto, e solicitei até hoje ao senhor Vice-Presidente que me envie as contas, para ser mais objetivo do Pai Natal, do mini Pai Natal e do, pronto, só publicidade e marketing, e eu somo e olha, obtenho eu os, as contas do Natal, mais ou menos. Pronto, mas eu pedi objetivamente isso em dezembro, não me deram, portanto, são duas coisas objetivas, as contas do mini Pai Natal e as contas do marketing e publicidade, mais nada, o resto não me interessa. A questão das propostas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

pronto, é um direito seu, e bem que fomos recebidos daquela proposta do Miguel Oliveira tem todo o sentido, a ata está bem feita, estão lá as nossas propostas, está a resposta da Câmara, contrapropostas, e foi uma reunião de várias horas e, portanto, está lá muito da nossa expressão e acho que tem tudo a ver com isto. Outra coisa que não se entende não sei porquê, não conseguiu explicar, porque é que não aceitaram a proposta dos Vereadores da oposição de que tudo lhes seja enviado por mail. Não se justifica, por acaso eu vi no outro dia uma foto, fiquei admirado, molhos de papéis ao lado dos seus Vereadores, em respostas, e às vezes uma capa de duas capas, com uma folha no meio, três folhas, para dar uma resposta que é um mail. Portanto, os Srs. Vereadores da oposição já propuseram isso, há todo num Município prémio em dois mil e vinte e um que os prémios todos que têm, e correspondem, ou têm que responder a alguma coisa, não se justifica que não se utilize o mail, a digitalização, e se envie tudo por mail, tal e qual como eles querem. **[04:40:00]** O direito à participação já falamos e, portanto, era aqui esta parte dos, dos direitos. Pelo menos, o boletim municipal que traduza também propostas das oposições, pelo menos que convidem os Srs. Vereadores da oposição, já não falo dos Deputados, mas que convidem os Srs. Vereadores da oposição, tal como aqui diz, para aquilo que lhe diz respeito e que é importante. Ora, a comemoração, conferência de imprensa de comemoração do Centro de Artes, cinco anos, bla blá e ta, ta, ta, eles não sabem, nem foram convidados, nem sabem que vai acontecer. Portanto, uma homenagem a atletas que ganharam fora, eles não sabem, aliás, têm que saber porque eles é que podem decidir, ninguém pode decidir homenagem se não for o Executivo todo.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Conclua, Sr. Deputado. -----

----- Continuando no uso da palavra, disse o Sr. **Deputado José Vidal:** -----

----- “E decidem, fazem e eles não sabem? Pronto, é nesses cuidados que o senhor presidente pode e bem criar o tal bom ambiente com a oposição, é cumprindo os direitos à oposição, o melhor possível, claro, sempre com erros. Às vezes uma coisa que se esqueceu, agora por sistema não o fazer. Era só, portanto, são propostas objetivas, abertura do boletim municipal, a digitalização nos documentos, não nos entregarem nada em papel, só se o requerermos e a abertura do site para as opiniões se eventualmente o quiserem. Se os Srs. Vereadores quiserem exprimir alguma opinião no site da Câmara têm todo esse direito. Obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Terminamos a pronúncia da Assembleia Municipal sobre o relatório de avaliação anual, portanto, e eu vou agora, portanto, colocar à votação a proposta. Como? Não, mas eu punha esta antes. Se me permitem, eu estava agora então a pensar colocar a proposta que faz parte do ponto 3, peço desculpa, ponto 2, foi do período antes da ordem do dia, peço desculpa, têm razão, e colocávamos já à votação, e depois terminávamos então com a apreciação e informação escrita do Sr. Presidente, para terminarmos. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Portanto, chegou então à Mesa uma proposta de deliberação dos Grupos Municipais juntos do PSD/MPT, PS e CDS, e o Deputado independente Jorge Melo, propõem a esta Assembleia Municipal reunirem em Assembleia ordinária a vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, que se aprove a criação de uma delegação com representantes desta Assembleia Municipal, do Executivo Municipal e de cada uma das Juntas de Freguesia, que proceda ao levantamento das necessidades existentes no Concelho para reunir com as autoridades competentes da saúde, designadamente a senhora Ministra da Saúde, e da Administração Regional da Saúde, por forma a sensibilizar e alertar para os problemas crónicos sentidos em todo o Concelho de Águeda. A proposta está subscrita por todos os líderes junto dos Conselhos Municipais e pelo Deputado também independente Jorge Melo. Portanto, atendendo que a mesma é consensual, eu vou colocá-la imediatamente à votação, e pergunto se alguém vota contra? Se alguém se abstém? Portanto, a proposta é **aprovada por unanimidade**, deixando uma nota clara que fico muito satisfeito pelo trabalho desenvolvido de todos os grupos no sentido de a conseguir. Muito bem, fico bastante satisfeito mesmo, aliás, não podia ser de outra forma, no meu entender. -----

----- **3.11 Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.--**

----- **Presidente da Assembleia:** O Sr. Presidente quer apresentar?-----

----- **Presidente da Câmara Municipal:** Estou naturalmente disponível para qualquer questão que coloquem. Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado José Vidal. -----

----- **José Carlos Raposo Marques Vidal – PS** -----

----- “Sr. Presidente, eu aqui rapidamente aproveito este, a existência deste ponto para referir que, e tem a ver com as funções do Sr. Presidente da Câmara, que houve reunião da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, e um dos pontos que abordei lá foi a questão da Pateira de Fermentelos, e da intervenção que estava prevista e da necessidade urgente de resolvermos o problema da Pateira. Foi dito, aliás, que eu lembrava-me vagamente disso, [04:45:00] que o projeto está pronto há oito anos, que é um excelente projeto, bla, bla, bla, bla, havia naquela altura dois milhões que depois voaram para Ovar, mas isso foi habilidades do Presidente da Comunidade Intermunicipal, a verdade é que CIRA não se tem debruçado sobre este aspeto, e não tem feito candidaturas e a altura das candidaturas é agora, é agora ou nunca, não é? Temos resiliência, mas depois temos o 20/30, e ou conseguimos agora e o financiamento que naquela altura era previsto de quase cinco milhões de euros, agora é capaz de ser sete ou oito, mas tem que se tentar fazer alguma coisa pela Pateira e, portanto, um alerta aqui ao Sr. Presidente para que não deixe no âmbito do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Conselho Executivo, naquelas candidaturas, várias que lá fazem, tentar meter uma candidatura da Pateira. Depois, se dá, se não dá, isso já não é connosco, mas temos que, pelo menos, já que o projeto está pronto e está há oito anos e está tudo pronto, que o faça. Em relação às funções e ao desempenho, também foi um dos aspetos que lá foi falado por causa da famosa viagem ao Dubai, e lembrei-me de situações que se passam cá e que se passaram anteriormente cá, e bem, que é não esquecer sempre que houver uma saída, nomeadamente para o estrangeiro, deverá, foi aprovado nesta Assembleia e têm cumprido várias, mas não esquecer que deverá ser sempre feito um micro, não é preciso um relatório extenso, um relatório básico das visitas, das eventuais ... ou não, dos eventuais gastos ou não, com essa visita. Portanto, que venha depois nas informações aqui a esta Assembleia, portanto, é só uma sugestão, sugestão não, é uma coisa que já foi nesta Assembleia enorme, mas que para não esquecerem disto. Obrigado.” -----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Mais alguma intervenção? Sr. Deputado António Mascarenhas?-----

----- **António Carlos Pinto dos Santos Mascarenhas – PS:** -----

----- Sr. Presidente, no seguimento das intervenções que foram feitas aqui hoje pelos vários Deputados, quero dizer que as minhas intervenções que são aqui feitas são sempre no âmbito da segurança, da saúde e das alterações climáticas, nomeadamente o ambiente. Como profissional de saúde também, como técnico superior de segurança e proteção civil, com aquilo que eu já ajudei e sempre ajudo, e estou disponível para ajudar ao Município nesse sentido, como o fiz na implementação do plano de segurança do Município de Águeda, entre outras. Aqui o meu alerta vem para a Freguesia de Fermentelos, nomeadamente também a falta de médicos de família, eu próprio não tenho, portanto, Fermentelos também é uma Freguesia que não tem médicos, para o facto de numa intervenção e eu sei que neste momento e muito como disse, e muito bem, os custos estão a aumentar, mas isto em Fermentelos é um problema, eu vivo lá há 14 anos e, portanto, já existia, e nessa altura não havia crise, e eu deparei-me recentemente com uma cratera no centro, quase no centro da vila, portanto, estamos a falar de um buraco que é uma cratera e que foi intervencionado, mas não sabemos o que está por trás ou por baixo porque pelo que dá a entender as águas têm levado as terras e, portanto, esta intervenção, o buraco foi tapado parcialmente, mas não sabemos o que é que lá está. Eu sei que isto provavelmente será à responsabilidade da AdRA, mas Sr. Presidente, como responsável máximo da proteção civil a nível municipal acho que é uma preocupação porque estamos a falar de um buraco que engole um carro. Muito bem, foram colocadas barreiras para que as viaturas não passassem lá, mas isso não serviu de nada porque passavam todos os dias, até os autocarros, portanto, em situações como esta acho que era importante nós termos mais atenção para que não haja o risco de um acidente mais grave e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

coloque vidas em risco. Da mesma forma, na Assembleia anterior, eu questionei sobre **[04:50:00]**, estamos a falar da vida das pessoas, e estamos a falar da Câmara Municipal e das intervenções a nível municipal.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado...-----

----- **Deputado António Mascarenhas:** Eu não estou a criticar, estou a pedir...-----

----- **Presidente da Assembleia:** Deixe-me tomar a palavra. As coisas são como são, nós estamos num ponto, já é tardíssimo, estamos num ponto que é a apreciação da informação escrita, claro que entretanto o Sr. Deputado, obviamente, está a expressar algumas, alguns pontos que acha importante e a Assembleia também os deve achar, certamente estarão é fora do contexto e é isto que estamos aqui a discutir, sem querer, sem querer cortar-lhe a palavra, apenas para que entenda, é exatamente isto e o porquê da reação. Certamente, no momento certo, no ponto certo, haverá forma e tempo para poder...-----

----- **Deputado António Mascarenhas:** Muito obrigado.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Sr. Deputado Jorge Melo.-----

----- **Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:** -----

----- “Boa noite novamente. Venho aqui neste balanço que o Sr. Presidente da Câmara estava a fazer, portanto, do Município e deixar aqui algumas ressalvas que considero, na minha opinião, serem importantes. Nós, é um facto que, portanto, o parque empresarial do Casarão é um dado adquirido, é uma excelente obra, vai trazer certamente muito investimento para Águeda, a ressalva que quero fazer é apenas e só que não nos podemos esquecer de todos aqueles que nos trouxeram até onde nós estamos hoje, portanto, há mais uma série de parques empresariais, tenho visto esses parques empresariais em certa medida um pouco, um pouco, não vou dizer esquecidos, mas não trabalhados de uma forma tão apaixonada como está a ser trabalhado o parque empresarial do Casarão e, portanto, Águeda e a sua indústria não será só o parque, mas será o conjunto de todos os parques e toda a indústria do Município. Eu tenho falado aqui também de forma insistente no Conselho Municipal, no Conselho Municipal de Prevenção Rodoviária e que eu vejo agora neste momento uma oportunidade muito interessante tendo em conta o que foi aprovado do plano de mobilidade, porque uma coisa acaba por estar, não digo diretamente ligada, mas não as podemos dissociar uma da outra. Vejo também e queria também deixar aqui a oportunidade, há pouco falamos de saúde, falamos de médicos, falamos de cuidados primários, estes cuidados primários como o Sr. Presidente tão bem sabe podem muito bem ser melhorados a médio e longo prazo se os começarmos a implementar no ensino e nas escolas e, portanto, este é o repto que deixo de haver aqui algum investimento nesta matéria porque uma criança atenta pode ajudar um avô com menor discernimento a detetar alguns sinais e sintomas que podem prevenir situações mais, mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

complexas. Acaba por ser repetitivo, mas mantemos a situação do património cultural, no que toca ao Cabeço de Vouga, absolutamente esquecido e ainda semana passada o Município fez uma série de viagens através das escolas e dos nossos alunos a um património semelhante a Conimbriga e, portanto, acho que é algo que podemos potenciar no nosso Município. Isto são apenas algumas sugestões a título de pergunta clara e objetiva, depois de termos estado dois anos com a suspensão do AgitaÁgueda, queria tentar perceber se este AgitaÁgueda irá ter alguma coisa de diferente, se vai rejuvenescer ou se vamos continuar com o modelo igual ao que estava até aqui, e se porventura não teremos aqui oportunidade de avançar com o AgitaÁgueda para aquilo que se pensou em termos de ser o novo parque da cidade...-----

----- **Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado Jorge, não leve a mal, isso também não faz parte...-----

----- **Deputado Jorge Melo:** E, muito obrigada. É só.-----

----- **Presidente da Assembleia:** Não faz parte. Temos que ser justos todos. Srs. Deputados, portanto, terminamos a nossa ordem [04:55:00] de trabalhos, vou pedir à senhora secretária para passarmos à leitura da ata, desculpe. Eu estou cheio de pressa hoje, Sr. Presidente, sabe? Peço desculpa. Faça favor, Sr. Presidente.-----

----- **Presidente da Câmara Municipal, Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT** -----

----- “Antes de mais, relativamente ao Mascarenhas, Deputado Mascarenhas, vai-me desculpar aquela reação extemporânea, mas a esta hora, e o meu amigo é sistematicamente, está sempre lado a lado, e pronto, uma vez mais estamos aqui a falar sobre uma questão que tem que ver com informação escrita, que é o que estamos a fazer, e o senhor está a falar de outras matérias. Foi só por aí, e desculpe-me, foi mesmo depois da insistência porque falou de uma coisa e nós ouvimos, falou de outra coisa e nós ouvimos e depois ia para falar outra vez de outra coisa, quer dizer, pronto, e estava sempre ali. Peço desculpa pela reação, foi um bocadinho, pronto, mas eu às vezes, ainda bem que vou tendo destas reações. O Deputado José Vidal falou-nos da questão da Pateira e eu ouvi com toda a atenção aquilo que perguntou na CIRA, mas pronto, tenho uma resposta que é, que é a que foi dada na CIRA e tenho a outra que é a que nós andamos a trabalhar, e que estamos a trabalhar de uma forma mais adiantada com quem, com as instituições que efetivamente têm a tal competência, do que estarmos a trabalhar. Como sabem, a apreciação do parque ambiental para alargar a Pateira está feita, aprovada e tem validade, nós estamos apostados em que a validade não se perca uma vez mais e então estamos a trabalhar nos organismos que são nomeadamente a organização portuguesa do ambiente e a ARH Centro, no sentido porquê? Porque também é indiscutível e de todas as conversações que nós temos tido que é matéria, aquela empreitada vai ser uma, vai ser assumida por essa entidade, pela ARH, e neste momento já estamos a discutir uma coisa muito simples, já andamos a apoiar e a procurar sítio para colocarmos os dranados. Eu, pronto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aquela questão do polis é uma coisa que está ali muito bem encostada e eu não me está a apetecer mexer nele, portanto, daí que tenha ouvido não quis retorquir quem e afinal de contas deu-me uma resposta tão efetiva, certo? Mas pronto, estamos neste trabalho, estamos a trabalhar com, e penso que sim, que estamos bem encaminhados para resolvermos essa questão. Relativamente ao Dubai, estamos mais que entendidos, a própria comunidade intermunicipal fez indiscutivelmente e antes duas notas de imprensa claras, objetivas, inequívocas, ninguém quis saber o saldo, pelas questões que toda a gente percebe, foi, foi altamente concorrencial, aquilo foi uma coisa que saltamos muito alto, e eu por acaso não saltei não sei porquê, mas pronto. Uma nota porque é preciso, porque é preciso dizê-lo, na reunião de executivo falamos sobre este assunto e eu disse uma coisa muito simples, disse que o valor, a viagem foi organizada pela CIRA, o Município de Águeda foi responsável pela minha viagem, mas além daquilo que estava na viagem que foi o quê? Transportes e hotel, tudo o resto foi suportado por mim e eu não utilizei pura e simplesmente o cartão porque a pergunta foi o que é que, a pergunta que me fizeram foi que queriam um extrato do cartão, e naturalmente que está completamente à vontade e disponível só que não tem qualquer tipo de movimento, não tem qualquer tipo de movimento porquê? Porque eu lá, assumi eu pessoalmente, as despesas de tudo aquilo que foi para além disso e, portanto, a viagem foi perfeitamente na data, linear, limpo, sem qualquer tipo de problema. Relativamente à questão dos parques empresariais que o Jorge Melo falou, nós temos essa preocupação bem ciente, primeiro efetivamente nós precisamos da própria coesão do território leva-nos a procurar estabelecermos zonas empresariais noutros sítios, e eu não me esqueci ainda do que estamos a tentar fazer e estamos a tentar fazer, e vamos fazer, nomeadamente no Préstimo, uma pequena zona de acolhimento empresarial, mas nós precisamos de fazer isto. Porquê? Porque a coesão de território, e nós afinal de conta temos um Concelho que tem trezentos e cinquenta metros quadrados, não fazemos um Concelho assim, ok? Nós queremos, mais ou menos, andar e, portanto, temos essa preocupação e estamos a fazer investimentos em todos os outros parques, só que os outros parques não são parques. O único parque que nós temos até agora é o Casarão, é esse que nos permite fazer, porque nas Zonas Industriais que nós temos, é pá, elas são o que são, e foram crescendo como são, e atenção, nós temos aí Zonas Industriais que são muito maiores que o Casarão e que acolhem muito mais empresas que o Casarão e, portanto, estão longe de estar longe das nossas preocupações. Agora, que fique claro que nós não conseguimos fazer aí um projeto com a dimensão do que estamos a fazer no Casarão. Porquê? Logo por causa de toda a questão que tem que ver com a titularidade de tudo o resto, mas é por aí. É pá, esses Concelhos que vocês já repararam aqui uma coisa, nós podemos fazer os Concelhos sobre todas as coisas, todas, todas, [05:00:00] todas. Tudo isto são recurso e sobretudo tempo, e há muita coisa que funciona sem o tal Conselho embora o Conselho Municipal de Segurança seja claro que nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

vamos implementá-lo porque tem que ser. Atenção, tem sido difícil é termos quórum em algumas convocatórias que aconteceram para o enquadrar, a Dra. Olívia já se foi embora, efetivamente a CPCJ não faz parte do Concelho Municipal de Segurança em nenhum que vocês vejam. Relativamente ao AgitÁgueda, estamos a preparar isso e naturalmente que será a seu tempo divulgado não vamos levantar agora a cortina porque nós também ainda não sabemos muito bem, pronto, ok? quem confessa uma fraqueza deste género, nem eu sei, nem eu! E pronto, e muito obrigado. Não, mas isto é inequívoco, não vale a pena, mas não é assim linear! E aliás, a única coisa que eu estou a dizer é que a maior parte dos Concelhos Municipais de Segurança, a grande maioria não consta, pronto. Prometo que não contrário, até logo.”-----

----- **Presidente da Assembleia:** Faça favor, Sr. Deputado.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:** -----

----- “Sr. Presidente, isto estava a correr tão bem! Sr. Presidente, convido-o a ler a lei antes de, a visitar a lei, a visitar também já agora a moção que foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia Municipal no mandato anterior sobre a criação do Concelho Municipal de Segurança e também aquela que foi aprovada por maioria com abstenção do grupo do Juntos, mas com a votação plena do Grupo Municipal do PS, do Grupo Municipal do PSD sobre a criação do Conselho Municipal de Saúde. Só para precisar, é verdade que a CPCJ pode não fazer parte do conjunto de entidades obrigatoriamente pertencentes nos termos da lei, ao Conselho Municipal de Segurança quando ele for constituído. Mas também é verdade que há entidades que podem ser convidadas a integrar esse Conselho e naturalmente no nosso Concelho é óbvio que não faria sentido nenhum deixar de fora a CPCJ. Obrigado.” -----

----- Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata. -----

----- E nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos pela uma hora e cinquenta e seis minutos do dia trinta de abril de dois mil e vinte e dois, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: